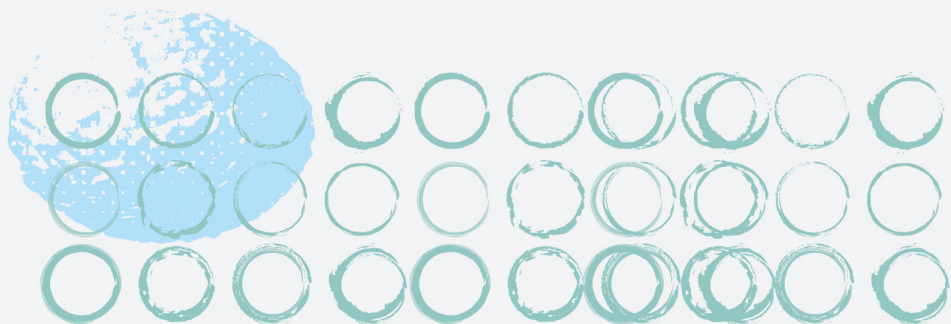
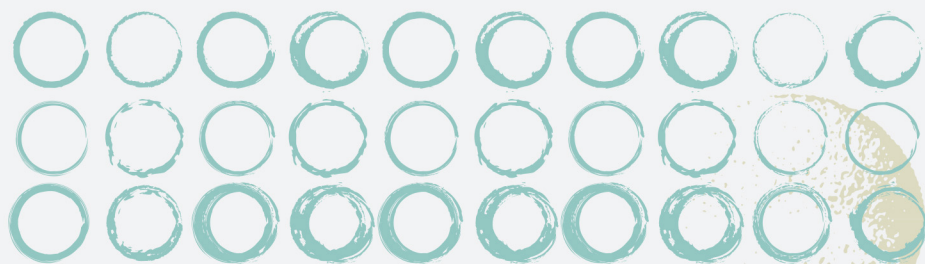




EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS EM MULTICONTEXTOS



Maria de Lourdes da Silva
Francisco José Figueiredo Coelho
João Paulo Cunha Parada
(Organizadores)

EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS EM MULTICONTEXTOS

Maria de Lourdes da Silva
Francisco José Figueiredo Coelho
João Paulo Cunha Parada
(Organizadores)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Droguett
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

**©2025 Maria de Lourdes da Silva; Francisco José Figueiredo Coelho;
João Paulo Cunha Parada (Orgs.)**

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra
pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar,
em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a
permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E26

Educação para as drogas em multicontextos / Organização de Maria de
Lourdes da Silva, Francisco José Figueiredo Coelho, João Paulo Cunha Para-
da. -- 1. ed. -- Jundiaí, SP : Paco Editorial, 2025.

204 p. ; 14x21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-462-3073-0

1. Drogas - Educação - Brasil. 2. Drogas - Abuso - Prevenção - Estudo
e ensino. I. Silva, Maria de Lourdes da. II. Coelho, Francisco José Figueiredo.
III. Parada, João Paulo Cunha. IV. Título.

25-101377.0

CDD: 362.29071081

CDU: 364.692:613.83(81)

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os pós-graduandos que, com seus trabalhos de conclusão de curso (TCC), trouxeram problematizações e debates importantes para o campo da Educação para as Drogas.

Agradecemos aos docentes responsáveis pelas disciplinas e seus respectivos mediadores pelo empenho e acompanhamento discente ao longo da pós-graduação.

Em especial, agradecemos aos membros do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/Uerj) pelo desafio de estruturar um curso *lato sensu* sensível e preocupado com os debates educativos contemporâneos, possibilitando que a Redução de Danos seja não apenas uma abordagem pedagógica, mas um referencial teórico que favoreça um mundo mais equilibrado e diverso.

Francisco José Figueiredo Coelho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
---------------------	----------

*João Paulo Cunha Parada
Francisco José Figueiredo Coelho*

PREFÁCIO	13
-----------------	-----------

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

EQUIPE PEDAGÓGICA E DISCENTES DA ESPECIALIZAÇÃO EM DROGAS, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS	15
---	-----------

Primeira parte:

**O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO
BRASIL**

Capítulo 1. O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO BRASIL: PRODUÇÃO DE LIVROS E CONTEÚDOS NA CONTRACULTURA	19
---	-----------

*Maria de Lourdes da Silva
Francisco José Figueiredo Coelho*

Segunda parte:
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DA
ESPECIALIZAÇÃO EM DROGAS, SOCIEDADE E
PRÁTICAS EDUCATIVAS (DSPE)

Capítulo 2.

**DESAFIOS DA ENFERMAGEM POSTOS EM
PRÁTICA NO CAPS BETINHO, EM MACAÉ 55**

*Mônica Gomes Lírio Pimentel
Cauê Almeida Galvão*

Capítulo 3.

**DROGAS, ESTIGMAS E PRÁTICAS
EDUCATIVAS EM SAÚDE: SISTEMATIZANDO
EXPERIÊNCIAS E POTÊNCIAS EM UM
CAPS-AD 69**

*Tamires Souza Diz
Cauê Almeida Galvão*

Capítulo 4.

**CARTILHA SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL:
UMA APOLOGIA AOS ALIMENTOS NATURAIS 91**

*Maria Fernanda Batista Bittencourt Guimarães
Maria de Lourdes da Silva*

Capítulo 5.

**EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS: PROPOSTA
PEDAGÓGICA FRENTE AO ABUSO DE
ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS
COM ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL
DE MATO GROSSO 105**

*Ana Talia Fernandes Gregolin Oliveira
Maria de Lourdes da Silva*

Capítulo 6.
DIALOGANDO AS DROGAS NA SOCIEDADE
ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA
AUDIOVISUAL **135**

Egberto Rodrigues Alves de Sousa
Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

Capítulo 7.
ANÁLISE CRÍTICA DA CARTILHA DO
PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À
VIOLÊNCIA (PROERD) **149**

Gustavo Henrique Medri
Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

Capítulo 8.
DEBATES CANÁBICOS VIA
AUDIOVISUALIDADES: CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO PROJETO CURTA CEPAP **161**

Rosely Silva de Albuquerque Souza
Francisco José Figueiredo Coelho

Capítulo 9.
CORPO, DOR E ANALGESIA: UMA
PROPOSTA DE OFICINA CENTRADA
NA REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS **177**

Guacimara Catharino Freitas
Francisco José Figueiredo Coelho

ÍNDICE REMISSIVO **185**

SOBRE OS ORGANIZADORES E DEMAIS
AUTORES(AS) **195**

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, esta obra resulta de um trabalho coletivo desenvolvido pela equipe de professores conteudistas e docentes mediadores do *lato sensu* em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Educação e Drogas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em seus nove capítulos, o livro abarca relatos de experiência e ensaios teóricos dos trabalhos de conclusão de curso desta especialização, realizados no ano de 2024.

No **Capítulo 1**, os autores inicialmente abordam o início da Educação sobre Drogas no Brasil. Além disso, trazem compreensões sobre as condições históricas concretas que favoreceram a escritura dos primeiros livros paradidáticos e didáticos sobre drogas produzidos no país, ainda na década 1970, e também discutem os mecanismos que favorecem a produção de significados e sentidos sobre as drogas e temas correlatos. No contexto de discussão sobre a temática, procuraram identificar os conteúdos selecionados para esses materiais, as motivações que os geraram e suas finalidades, com o objetivo de compreender o projeto de Educação sobre Drogas daquela época e, a partir disso, refletir sobre o que se tem feito desde então.

O **Capítulo 2** contextualiza o objeto de pesquisa ao compartilhar a trajetória profissional da primeira autora como enfermeira, destacando sua experiência no Caps III – Betinho. Nesse sentido, o trabalho buscou entender a precarização dos ambientes e das condições de trabalho do local. É enfatizado que a luta pela valorização dos profissionais de saúde e pela melhoria das condições de trabalho deve ser uma constante, refletindo o compromisso com a qualidade da assistência prestada. Além disso, o trabalho realizado naquele Caps não apenas contribui para a reflexão sobre a prática da enfermagem, mas também indica a necessidade de um compromisso coletivo em prol da saúde mental, visando sempre a humanização e a dignidade no atendimento aos usuários.

No **Capítulo 3**, os pesquisadores discutem brevemente como era o consumo das drogas na Idade Média. Também abordam a medicalização como tratamento e a forma como o proibicionismo trata os usuários. Exploram as complexidades que envolvem a questão das drogas a partir da experiência sistematizada com usuários do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (Caps-AD), localizado no município de Valença, no Rio de Janeiro. Utilizando rodas de conversas com os paciente, argumentam que a valorização das experiências dos sujeitos, considerando os múltiplos aspectos da questão das drogas, pode ampliar as possibilidades de práticas educativas e fortalecer a integralidade na área da saúde, essenciais para uma política realmente inclusiva e transformadora.

No **Capítulo 4**, as autoras explicam que a motivação da pesquisa foi baseada nas observações da primeira quanto ao consumo de alimentos ultraprocessados e processados, bem como, a rejeição àqueles mais naturais e saudáveis oferecidos na merenda da escola onde leciona. A pesquisa buscou analisar a difícil relação das crianças com os alimentos saudáveis e naturais, compreendendo alguns de seus aspectos e explorando, com base na Redução de Danos, a possibilidade de promover uma apologia dos alimentos naturais através de uma cartilha educativa. O estudo explorou as possibilidades e limitações que esse material apresenta para o debate em sala de aula.

O **Capítulo 5** traz a discussão de que geralmente a Educação sobre Drogas nas escolas segue um modelo proibicionista e com abordagens meramente descritivas sobre os processos e impactos biológicos do uso de substâncias, que é conceituada como Currículo Mínimo Irredutível. A pesquisa teve como objetivo de aplicar e analisar uma intervenção baseada no método de diálogo aberto sob a perspectiva da Redução de Danos em uma escola estadual de Cuiabá, capital do Mato Grosso. Para as discussões, foram desenvolvidas perguntas sobre questões socioemocionais, além do uso de cartas do tipo “puxa-conversa”, que contém uma informação e uma pergunta sobre temáticas relacionadas ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, abordando as percepções sociais de uso.

No **Capítulo 6**, os pesquisadores mencionam que o tema das drogas é tratado nas escolas de maneira moralizante e punitiva, reforçando estereótipos e perpetuando estigmas de exclusão social. É importante propor caminhos que abram novas visões na sociedade. Nesse cenário, destacam que o uso do audiovisual como recurso didático apresenta-se como uma alternativa poderosa, permitindo a criação de identificação e de narrativas pensadas ao fator humanista sobre o uso de drogas. A pesquisa se propôs a investigar as potencialidades e limitações do uso de material audiovisual como recurso pedagógico no debate sobre drogas na educação formal e/ou informal, desafiando tabus e práticas associadas ao proibicionismo. O trabalho destaca como o audiovisual, ao conectar teoria e prática, pode fomentar reflexões críticas ao sistema social atual, incluindo políticas públicas, e promovendo a Redução de Danos como alternativa ao controle repressivo.

No **Capítulo 7**, são expostas as inquietações pessoais do primeiro autor a respeito da única abordagem de Educação sobre Drogas a que milhares de alunos são submetidos durante sua formação escolar, realizada pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Discute-se que poucos estudos demonstram de forma objetiva os impactos e resultados do programa, evidenciando sua ineficácia quanto na prevenção ao uso de substâncias e ao comportamento violento. A pesquisa está ancorada no Materialismo Histórico-Dialético, em uma análise qualitativa da cartilha do Proerd, visando discutir a utilização do método de ensino de prevenção às drogas e como este contribui para a perpetuação do proibicionismo e seus efeitos na sociedade.

O **Capítulo 8** discute que as drogas sempre fizeram parte do contexto histórico-cultural da humanidade. Apesar disso, os debates educativos, dentro ou fora do espaço escolar, são frequentemente permeados por discursos de proibição e estigmatização opressores e cruéis. Os autores mencionam que a escola, como parte das instituições que compõe a sociedade, tem como função discutir os estigmas, preconceitos, racismo e a violência que envolve a temática das drogas. Além disso, exploram a pos-

sibilidade de se trabalhar o assunto a partir de recursos audiovisuais. É descrito um relato de experiência com jovens do ensino noturno, na disciplina de Sociologia, ministrada em uma escola pública da cidade carioca de São Gonçalo, onde documentário *Baseado no Brasil* foi exibido como um caminho disparador na promoção de debates canábicos entre os estudantes.

O **Capítulo 9** traz um paronama sobre os fatores que causam a dor e o uso de medicamentos para minimizá-la ou bloqueá-la. Além disso, os investigadores problematizam o uso discriminado de medicamentos para o combate às dores, como os analgésicos, anti-inflamatórios e opioides. A automedicação é descrita pelos como um grave problema de saúde pública, que demanda a necessidade de uma nova organização e modificação no controle e normas para a dispensação de medicamentos. É necessário investir em educação para sensibilizar e minimizar a prática dentro e fora da escola. Através de rodas de conversa e práticas educativas, a pesquisa propõe uma oficina para discutir colaborativamente os caminhos educativos para a minimização da dor sem o uso de analgésicos, com base na Redução de Danos.

*João Paulo Cunha Parada
Francisco José Figueiredo Coelho*

PREFÁCIO

Falar sobre educação e drogas, no Brasil contemporâneo, ainda exige coragem. Coragem para enfrentar tabus, preconceitos, discursos moralistas e políticas proibicionistas que historicamente têm contribuído mais para a exclusão do que para o cuidado. Coragem, também, para afirmar que práticas educativas podem e devem ser construídas a partir do reconhecimento das diferenças, da escuta ativa e do diálogo entre saberes.

Este livro, *Educação para as drogas em multicontextos*, é resultado de um esforço coletivo que assume essa postura como ponto de partida. **Produzido no âmbito da Especialização “Drogas, Sociedade e Práticas Educativas”**, vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/Uerj), articula teoria e prática a partir de uma perspectiva crítica, interdisciplinar e comprometida com os direitos humanos. Trata-se de uma coletânea que não apenas discute o fenômeno das drogas, mas propõe caminhos concretos para uma educação que valorize a autonomia, a singularidade e a dignidade dos sujeitos.

As reflexões aqui reunidas abordam experiências desenvolvidas em contextos variados: escolas, unidades de saúde, movimentos sociais, ações intersetoriais, instituições públicas e coletivos de resistência. Cada autor e cada autora traz um olhar contextualizado, construído a partir das vivências e do engajamento com seus territórios e comunidades. Ao invés de tratar o “usuário de drogas” como objeto de intervenção, o livro valoriza sua condição de sujeito, com história, identidade e voz.

Um dos elementos centrais que perpassa os trabalhos é a Redução de Danos, compreendida não apenas como uma técnica, mas como uma abordagem política e pedagógica. Uma prática que recusa a lógica da punição e defende cuidado, escuta, vínculo e construção de estratégias compartilhadas. Nesse sentido, a obra se distancia das respostas simplistas, muitas vezes institucionalizadas, e propõe uma formação crítica e situada,

que reconhece a complexidade dos fenômenos sociais e busca alternativas mais humanas e transformadoras.

É importante ressaltar que este livro chega em um momento histórico marcado por retrocessos no campo das políticas públicas, especialmente no que se refere aos direitos das populações mais vulneráveis. O recrudescimento das estratégias de controle, o aumento do encarceramento de jovens pobres e negros e o fortalecimento de discursos que associam uso de drogas à criminalidade são sintomas de um modelo que insiste em punir ao invés de compreender, em silenciar ao invés de dialogar. Trata-se, portanto, de uma contribuição relevante não apenas para o campo da educação, mas também para a saúde coletiva, os serviços de atenção psicossocial, a assistência social e a formulação de políticas públicas.

Ler este texto é um convite à reflexão e à ação. Um chamado para que educadores, profissionais da saúde, gestores públicos e demais atores sociais repensem suas práticas e se posicionem de forma crítica diante de um tema que, embora sensível, é urgente. Mais do que respostas, aqui são oferecidas ferramentas, provocações e experiências que podem servir como base para a construção de políticas mais inclusivas, horizontais e comprometidas com a vida.

Ao final, fica evidente que falar sobre drogas é, também, falar sobre desigualdades, racismo, território e os modos como o Estado se faz presente (ou ausente). É falar, sobretudo, sobre educação e suas possibilidades de transformação.

Que esta obra inspire novas práticas, fomenta debates e contribua para a construção de uma política pública de drogas mais justa, mais humana e, acima de tudo, mais educativa. Porque educar sobre drogas, como nos mostram as autoras e autores, é, antes de tudo, um ato político e de resistência.

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira
IGEOG/Uerj

EQUIPE PEDAGÓGICA E DISCENTES DÁ ESPECIALIZAÇÃO EM DROGAS, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

COORDENADORES E DOCENTES

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes da Silva

Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho

CORPO DOCENTE

Prof.^a Dra. Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi

Prof.^a Dra. Ângela Sanches Rocha

Prof.^a Dra. Letícia de Luna Freire

Prof. Dr. Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

Prof.^a Dra. Rosângela Malachias

PROFESSORES(AS) MEDIADORES

Prof. Dr. Cauê Almeida Galvão

Me. Flávio da Silva Miranda

Me. João Paulo Cunha Parada

Ma. Layla Magalhães Waltenberg

Me. Vinicius Motta da Costa

ORIENTADORES(AS)

Prof. Dr. Cauê Almeida Galvão

Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho

Prof. Dr. Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes da Silva

DISCENTES

Ana Talia Fernandes Gregolin Oliveira

Egberto Rodrigues Alves de Sousa

Guacimara Catharino Freitas

Gustavo Henrique Medri

Maria Fernanda Batista Bittencourt Guimarães

Mônica Gomes Lírio Pimente

Rosely Silva de Albuquerque Souza

Tamires Souza Diz

PRIMEIRA PARTE:
O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO
BRASIL

CAPÍTULO 1. O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS NO BRASIL: PRODUÇÃO DE LIVROS E CONTEÚDOS NA CONTRACULTURA

Maria de Lourdes da Silva
Francisco José Figueiredo Coelho

Introdução

A Educação sobre Drogas nas escolas brasileiras tem início em 1971, no período mais duro do regime militar, em meio ao acirramento da política proibicionista às drogas iniciada pelos norte-americanos na chamada “Guerra às Drogas”. Preparada para acontecer no espaço da educação formal como parte dos ensinamentos para a higiene do corpo e da mente e como estratégia de cultivar hábitos de vida saudáveis, de modo a garantir saúde à população, a Educação sobre Drogas adentra os currículos escolares através da disciplina Programa de Saúde, nascida com a reforma realizada no ensino com a Lei n. 5.692/1971.

A política de “Guerra às Drogas”, instituída pelo presidente Richard Nixon, em 1971, visava atingir especialmente os jovens aderidos ao movimento contracultural vivido naquela época, caracterizado pela contestação das gerações mais novas às condutas, preceitos e modos de vida dos mais velhos, incluía, em larga medida, a negação dos valores da sociedade de consumo, da sociedade patriarcal, do imperialismo e das formas de subserviência advindas do modo de produção capitalista, como o machismo, racismo e discriminações diversas.

Na conjuntura que acima mencionamos, considerando a robustez do design capitalista, com frequência leviano e per-

verso, reconhecemos seu bojo medíocre e sensacionalista na defesa de uma cultura de Guerra às Drogas pautada no proibicionismo e implicando em regimes de segregação social, ética, estética e racial dos usuários, estigmatizando indivíduos e generalizando o termo “drogas”, como se não houvesse qualquer diferença entre as substâncias e pessoas que delas se apropriam. Quer dizer, um modo de produção capitalista que se recusa a dialogar com os saberes seculares que as Ciências Humanas e Sociais nos deixaram de legado para uma maior compreensão das relações. Nesse sentido, cabe resgatar a disputa entre as distintas experiências sociais que produzem e reproduzem conhecimento, como destacado por Miguel Arroyo (2013), o que nos permite aferir que o temário se configura como um grande território em disputa, onde duas grandes forças antagonistas se contrapõem: o proibicionismo e a Redução de Danos.

Tais potências justificam o cenário de avanços e retrocessos que se estabeleceu na educação básica brasileira, como bem pontuado por Coelho e Silva (2021), perpetuando a soberania das práticas educativas proibicionistas em detrimento de caminhos mais flexíveis e humanizados, como a aposta da Redução de Danos, seja em seu âmbito assistencialista ou educativo. Isso significa que o assunto ainda tem sido fortemente influenciado pelo ideário de proibição, abdicando do entendimento de que todo conhecimento é uma produção social pautada em experiências sociais e que toda experiência social produz conhecimento que pode nos levar a estratégias de novas percepções de mundo (Arroyo, 2013). Nessa visão, diante de uma visão macro do próprio currículo, Miguel Arroyo entende a necessidade de:

[...] Superar visões distanciadas e segregadoras de experiências, de conhecimentos e de coletivos humanos e profissionais. Reconhecer que há uma pluralidade e diversidade e não uma hierarquia de experiências humanas e de coletivos, que essa diversidade de experiências é uma riqueza porue produzem uma rica diversidade de

conhecimentos e de formas de pensar o real e de pensar-nos humanos (Arroyo, 2013, p. 117).

Como aponta o autor, é conveniente repensar a hierarquização das diversidades tão persistentes em nossa cultura e atentar para como as políticas de dominação configuram a nossa formação social. Isso é um grande limitador pedagógico para que novas formas de pensar e agir possam chegar aos espaços educativos, dada a tensão que reverbera nos currículos e que tem disseminado o proibicionismo ainda como cultura dominante, especialmente com o ordenamento legal sobre drogas instituído entre 2010 e 2022 (Coelho; Silva, 2021).

Diante de tais pressupostos, no presente capítulo, buscamos compreender as condições históricas concretas que favoreceram a escritura dos primeiros livros paradidáticos e didáticos sobre drogas produzidos no país na década 1970. O objetivo é compreender os mecanismos que favorecem a produção de significados e sentidos sobre as drogas e temas correlatos. Nesse enquadramento, procuramos identificar os conteúdos selecionados para esses materiais educativos (didáticos e paradidáticos), as motivações que os geraram e suas finalidades para pensar o projeto de Educação sobre Drogas daqueles dias e, a partir disso, refletir sobre o que temos feito desde então.

Caminho metodológico

Este trabalho é oriundo de uma pesquisa quanti-qualitativa de base documental. Nossas fontes são os materiais educativos para as drogas publicados nos anos de 1970, os jornais e a legislação sobre a matéria (Educação sobre Drogas e drogas) das décadas de 1960 e 1970. Com base nisso, analisamos os discursos contidos nestes materiais, buscando compreender: 1. as circunstâncias que os constituem; 2. o quanto reverberaram/reverberam naquela década; 3. como chegam até os nossos dias.

Compreendemos que os contextos não estão simplesmente justapostos, indiferentes uns aos outros, eles encontram-se numa situação de interação e de conflito ininterrupto (Bakhtin, 1988). A produção de sentidos é uma condição da existência humana e das relações estabelecidas com os outros e com o meio. Enquanto seres relacionais, construímos nossa existência na interação social e, a partir dela, definimos nossa identidade pessoal e social. Trata-se de uma dinâmica dialética, na qual a construção de cada ser sócio-histórico se dá na relação com o ambiente social e este, por sua vez, também resulta das interações que o constituem. Optamos por investigar como isso ocorre nos veículos de comunicação e educação, aqui materializados nos jornais dos anos 1960-1970 e nos livros (para)didáticos produzidos nesta década de 1970.

Nessa condição, entendemos os jornais e materiais (para) didáticos da época como acervos pedagógicos que carregam ideologias e mensagens, explícitas e subliminares, em toda sua produção e dinâmica editorial. Especificamente no debate sobre drogas, notamos uma conjuntura em que se consolidou uma política nacional de repressão à produção, comércio e uso da maconha e outros produtos demonizados pela forte campanha proibicionista ao longo do tempo (Maia; Lins, 2023).

A materialidade dos atos de fala se relaciona à interação verbal, condicionada aos contextos político-ideológicos e aos processos de regulação social, sendo expressão viva da potência que escapa e inova, a despeito dos processos regulatórios que buscam estabilizar os sentidos de modo abstrato. Quando apresentado na forma de livro, quando os atos de fala se instituem em discurso escrito (enunciados em forma de textos), ainda assim eles se inserem na cadeia interrupta da interação social como “parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala” (Bakhtin, 1988, p. 123), refutando, confirmando ou respondendo a alguma coisa, antecipando respostas, objeções, apoios etc.

Podemos compreender que tanto as notícias quanto os livros e a legislação constituem elementos da comunicação forjados no tensionamento entre a enunciação e o enunciado. Enquanto dis-

curso, permitem que se perscrute as condições específicas em que foram gerados, as condições sócio-históricas, as relações entre a estrutura social e política e a produção da ideologia que os sustêm. O discurso mescla as formas fortuitas da língua cotidiana com seus moldes regulares e institucionalizados. Como diz Bakhtin (1988, p. 126), “toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e consequentemente um certo repertório de pequenas fórmulas correntes”. O discurso entremeia o já dado com as circunstâncias enunciativas impostas à ação de cada sujeito histórico.

Conforme sinalizado por Eni Orlandi (2015, p. 15), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Portanto, é o discurso compreendido como uma totalidade de qualidade particular e natureza específica. Considerando ainda que a linguagem não é transparente e está relacionada à exterioridade, a análise aqui proposta confronta o político e o simbólico através do entendimento da historicidade dos discursos, o que implica em pensar sentidos “dimensionado[s] no tempo e no espaço das práticas do homem” (Orlandi, 2015, p. 14). Assim, o discurso produz sentidos e efeitos, atitudes responsivas ativas e reflexivas, às quais, mediante as formas de assimilação, refletem e refratam as práticas sociais dos sujeitos históricos, uma vez que a linguagem não é neutra e os signos são ideológicos e socialmente condicionados.

Acerca de tal materialidade considerada por Orlandi (2015), convém sinalizar como os jornais de meados do século XX comungaram com a ideologia proibicionista às drogas de forma a ampliar e perpetuar olhares estigmatizantes. Pensando a lógica dessa ideologia sobre o consumo da maconha e de seus usos na sociedade, Maia e Lins (2023) mostram como essa visão favoreceu uma disputa cultural e deu legitimidade ao projeto proibicionista e à consolidação da política repressiva contra as drogas no Brasil (Maia; Lins, 2023).

Essa dinâmica é instituinte dos sujeitos que só existem na relação com o outro. São esses os meios pelos quais os sentidos

mudam e a sociedade mantém seu movimento e se transforma. É constitutivo da dialogia as interações e os conflitos, as tensões de dominação e resistência que expressam posições de classe e luta pelo poder (político, ideológico, estético, artístico, científico etc.).

Orientada por esse referencial, nossa análise considera o modo como os materiais didáticos e paradidáticos conformaram as regularidades discursivas relativas ao tema em questão na educação formal no Brasil e os modos como os contextos, capturados aqui no que se veiculava pelos jornais e no que se ordenava nos documentos legais, se materializam enquanto formações discursivas dialogicamente negociadas e, em certa medida, definidoras de horizontes de possibilidades de significação e ação.

Resultados e discussão

Nesta seção, os resultados e suas respectivas discussões estão organizados em duas partes, a saber: “Análise de jornais cariocas das décadas de 1960 e 1970” e “Analisando livros (para) didáticos sobre drogas nos anos 1970”, seguindo o referencial metodológico antes mencionado.

Análise de jornais cariocas da década de 1960 e 1970

Quando olhamos alguns periódicos em circulação nas décadas de 1960 e 1970, observamos que as associações relacionadas ao tema das drogas são distintas das do atual momento. A pesquisa documental até aqui feita tem investigado os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. Quando usamos o termo “drogas”, hoje em dia, logo o associamos a um conjunto de ideias e situações relacionadas a vícios, dependência química, perda da saúde e do autocontrole, violência, guerras, facções criminosas, morte e destruição. Tanto os jovens estudantes quanto os professores que, em seu conjunto, forneceram esses sentidos aqui mencionados dão mostras dos sentidos hegemônicos em nossa sociedade sobre a matéria. Tais signi-

ficados foram gestados imbricados às conjunturas nas quais essas associações e significações ganharam forma e se sedimentaram.

O termo droga(s) era bastante utilizado nos jornais dos anos de 1960, mas para referir-se aos medicamentos em teste; às descobertas/experiências das pesquisas médicas e farmacológicas para velhas e recentes enfermidades; aos problemas identificados a partir do uso de determinados medicamentos, cujos efeitos adversos e colaterais estavam sendo estudados e, muitas vezes, implicavam na interrupção e proibição de certas substâncias, como a talidomida, por exemplo, indicado para náuseas em mulheres grávidas – as pesquisas indicavam o uso desse medicamento como causa da má formação congênita dos fetos. Esses assuntos frequentavam bastante os noticiários do período, como pode ser observado a seguir.

Termo	Década de 1960		Década de 1970	
	<i>O Globo</i>	<i>Tribuna da Imprensa</i>	<i>O Globo</i>	<i>Tribuna da Imprensa</i>
Drogas	3.603	299	6.969	816
Entorpecentes	1.240	288	1.880	332
Tóxicos	1.611	192	5.669	680
Narcóticos	337	27	715	115
Psicotrópicos	176	35	265	53

Tabela 1. Ocorrência dos termos “drogas”, “entorpecentes”, “tóxicos”, “narcóticos” e “psicotrópicos”, entre os anos de 1960 e 1970, nos jornais analisados

Fonte: Jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* (1960-1970).

Considerando que os jornais apresentavam tiragem diária, os números se referem a um universo total da ordem de 1.460 exemplares, englobando os dois veículos nas duas décadas. A Tabela 1 mostra que o termo “drogas” comparecia com muito

maior frequência no jornal *O Globo* do que na *Tribuna da Imprensa*. “Drogas” e “tóxicos” são os mais recorrentes nos dois jornais, nos dois períodos.

É possível notar, com base nos dados, que, nos anos 60, os termos mais utilizados para as drogas, como as entendemos hoje, eram “entorpecente(s)”, “tóxico(s)” e, em menor escala já naquele período, “narcótico(s)”, especialmente no *O Globo*. Os “psicotrópicos” se referiam a uma classe específica de medicamentos, utilizados na Psiquiatria. Do mesmo modo, “drogas” se referia aos medicamentos. À medida que a década vai avançando, a permuta de sentidos entre “entorpecente(s)” e “tóxico(s)” com o termo “droga(s)” segue aumentando, até chegar a uma relativa equivalência de sentidos no final dos anos de 1960, quando o termo drogas já se referia às substâncias alteradoras do estado de consciência de um modo geral. Muito contribui para isso o debate sobre o poder viciante dos medicamentos psicotrópicos.

Quando comparamos os dados extraídos, percebemos significativo aumento da ocorrência do tema nos dois jornais entre a primeira década e a seguinte. Chama atenção o crescimento das ocorrências dos termos “drogas” e “tóxicos” no periódico *O Globo*, na década de 1970, comparativamente ao mesmo período na *Tribuna da Imprensa*, indiciando uma aproximação dos sentidos dos termos. Exploramos essa hipótese na leitura de algumas matérias publicadas ao longo dos anos 60 na *Tribuna da Imprensa*.

Uma análise qualitativa dessas matérias mostra algumas peculiaridades no campo da significação dos termos “entorpecentes” e “tóxicos” no período. Na edição de 6 de setembro de 1962, da *Tribuna da Imprensa* (Figura 1), do político e comunicador Carlos Lacerda, vê-se pareadas na mesma página duas notícias, “Revolução pela dor é mais séria que a fome” e “Viciados usam fórmulas para adquirir tóxicos”.



Figura 1. Notícias sobre drogas e vício no ano de 1962

Fonte: Jornal Tribuna da Imprensa – edição de 6 de setembro de 1962.

A primeira notícia o lançamento de uma Portaria do Serviço Estadual de Fiscalização da Medicina, que determina obrigatoriedade de apresentação de receita para a venda de estimulantes, tranquilizantes e antiepiléticos, o que obrigaria os doentes crônicos a terem que gastar com consultas recorrentes para apresentar receitas recentes na aquisição do medicamento de uso contínuo. Considerada “desumana” e “desvirtuada” por um médico entrevistado, o texto afirma que a dor e o sofrimento podem provocar uma revolução maior do que a fome, podendo levar aqueles que não encontram amparo na saúde pública a procurarem “com suas próprias mãos” e por meios diversos (prostituição, suicídio, desespero) acabar com a dor e o sofrimento. Observa-se a relação entre uso de drogas, vício e marginalidade, relação já percebida no decorrer dos anos de 1920 e 1930 (Silva, 2015), mas aqui não relacionada à questão étnico-racial. Essa ausência se confirma na segunda matéria da

mesma página, onde o mesmo serviço é mencionado em sua inoperância para impedir que viciados falsifiquem receitas ou adquiram-nas por meios ilícitos.

O ponto chave, para nós, além da crítica ao Serviço de Fiscalização da Medicina, é o entendimento de que estimulantes e tranquilizantes (psicotrópicos) alteram o estado de percepção sensorial e são capazes de viciar, tal qual os tóxicos e os entorpecentes. Além disso, informa que esses medicamentos são vendidos na porta das boates cariocas, aos “cosmonautas” (os que buscavam viagens cósmicas, os viciados) das classes abastadas, sem maiores problemas. Contudo, eles não são tratados como viciados.

A matéria indica que a profusão de receitas demandadas pela mesma portaria, citada na primeira, estaria desorientando os farmacêuticos e não obtendo efeito algum sobre a venda clandestina dos fármacos que, quando mal-usados, provocam “impotência sexual e neuroses que levam ao suicídio e à loucura”. Há aqui a reiteração da associação entre vício e loucura, o que explica o empenho para controlar a situação, circunscrito aos juízes de menores e às várias entidades médicas. Naquele momento, a educação não tem um papel a cumprir no assunto.

Com base na fonte citada, vemos a educação, especialmente a universidade, ser arrolada como uma das razões para aquela situação, pois “a criação de universidades em todos os cantos e recantos do território nacional”, conforme diz o primeiro artigo, é responsável pela “inflação de médicos” inexperientes/incompetentes, que se aglomeram nas cidades, sendo eles os culpados pela necessidade da referida portaria. Vê-se a verve anticomunista do jornal, quando equipara a revolução pela fome à pela dor, como sua sutil crítica à ampliação da oferta da educação superior e à chegada de pessoas de outros segmentos sociais à universidade.

Nos anos 1960, os assuntos relacionados aos “tóxicos e entorpecentes” não eram questões para a educação formal. A Organização das Nações Unidas havia determinado, em 1961, que o assunto passava a ser um problema de saúde pública e não apenas da justiça criminal e caso de polícia. É isso que o

vemos reverberar na *Tribuna da Imprensa* e em outros periódicos. Vai ser preciso atravessar os anos de 1960 com toda sua carga político-ideológica, socioeconômica e cultural para que se configurem os termos da entrada da Educação sobre Drogas no sistema escolar. Demarcada pelas questões daquele período, essa educação irá se configurar em estreita relação dialógica com o tempo, tentando dar respostas ao desafio de disseminar seus hegemônicos preceitos político-ideológicos sobre o tema.

A Educação sobre Drogas se consolida na educação formal no Brasil em 1971, no auge da ditadura militar, seguindo a política norte-americana de “Guerra às Drogas”, iniciada também naquele ano. A Lei n. 5.726, de 26 de outubro de 1971, determina os meios para prevenção e repressão ao consumo e ao tráfico de drogas, com o uso da força para combater tanto o tráfico quanto o consumo. No que diz respeito à educação, essa primeira lei determina, no seu artigo 5º, que os professores de todo território nacional farão cursos sobre o tema a cada início de ano letivo. O parágrafo 3º do artigo 5º completa: “Somente poderão ministrar os cursos a que se refere este artigo pessoas devidamente qualificadas e credenciadas pelos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde” (Brasil, 1971, [n.p.]). Afirmando o papel da educação nessa nova conjuntura, a lei define em seu art. 7º que

os diretores dos estabelecimentos de ensino adotarão todas as medidas que forem necessárias à prevenção do tráfico e uso, no âmbito escolar, de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica (Brasil, 1971, [n.p.]).

Convém sinalizar que, ficava estabelecido, em parágrafo único, no art. 7º:

Sob pena de perda do cargo, ficam os diretores obrigados a comunicar às autoridades sanitárias os casos de uso e tráfico dessas substâncias no âmbito esco-

lar, competindo a estas igual procedimento em relação àqueles (Brasil, 1971, [n.p.]).

Contudo, cursos de qualificação para professores já estão sendo oferecidos há, pelo menos, um ano, conforme mostra a Figura 2.



Figura 2. Informe de curso sobre drogas (1970)

Fonte: Luta..., 1970.

No periódico *Gazeta da Farmácia*, encontramos, na edição de dezembro de 1970, página 7, a notícia exposta na Figura 2.

O artigo divulga um curso de extensão universitária, organizado pela Universidade Federal Fluminense, dedicado a educadores, sobre “ação e efeitos dos tóxicos”. Isso será central para a formulação de um conjunto mínimo de conteúdos não negociável que estará na base de todo movimento de esclarecimento de educadores e jovens contra os entorpecentes e tóxicos, usados aqui como sinônimos. Chamamos atenção para o uso do termo “psicotrópico”, utilizado na sua acepção de origem (*psico* = mente; *tropo* = afinidade, atração), referindo-se aos medicamentos psiquiátricos que atuam no cérebro. Logo na sequência, aplica “drogas” para sintetizar os termos anteriormente escritos, processando uma equivalência entre eles.

Vale destacar em pormenor os conteúdos tratados a cada dia do curso mencionado, a saber: (1) Aspectos e influências gerais da toxicomania; (2) Deprimentes do Sistema Nervoso Central (brometos, aldeídos, carbinóis e glutarimidas); (3) Legislação sobre tóxicos no Brasil; (4) Deprimentes do Sistema Nervoso Central (morfina e morfínicos); (5) Estimulantes do Sistema Nervoso Central (anfetamínicos) e Excitantes do Sistema Nervoso Central (alucinógenos); (6) Medidas gerais de repressão às toxicomanias.

Trata-se, convém ressaltar, de um conteúdo centrado nos conhecimentos do campo médico e nas penalidades jurídicas sobre a matéria. O primeiro tópico, “Aspectos e influências gerais da toxicomania”, dedicado à etiologia da doença toxicomania, tem no termo “influências” uma entrada nas questões conjunturais e contextuais, arrolando antiga discussão sobre as determinações do meio nas enfermidades e das medidas aplicadas pela saúde mental como modo de regeneração através da educação e da higiene.

As drogas, naquele início dos anos 70, fazem recrudescer, em parcela da comunidade científica-médico-psiquiátrica e sociedade, as velhas concepções sobre os “vícios sociais” do início do século XX. Antes ligados ao alcoolismo, mas não apenas, esses já aludiam às drogas que circulavam em ambientes mais elegantes. Em 1972, a Academia Nacional de Medicina dedicou

um curso sobre drogas aos médicos e estudantes de Medicina, conforme se vê na Figura 3.

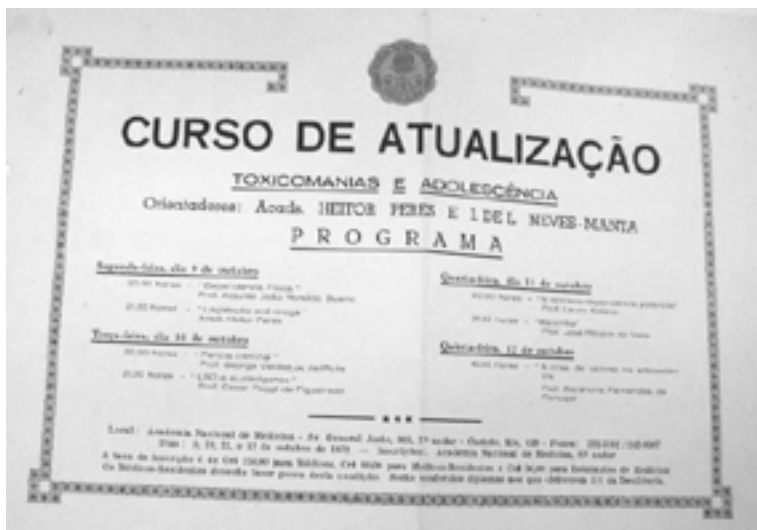


Figura 3. Curso oferecido pela Academia Nacional de Medicina (ANM)

Fonte: Arquivo de Inaldo de Lira Neves-Manta, ANM.

O conteúdo desse curso reverbera o mesmo tom do comentado anteriormente:

Segunda-feira, dia 9 de outubro:

20h30 – “Dependência física”, Prof. Adjunto João Rómulo Bueno.

21h30 – “Legislação antidroga”, Acad. Heitor Peres.

Terça-feira, dia 10 de outubro:

20h30 – “Perícia criminal”, Prof. George Verdeaux, de Paris.

21h30 – “LSD e alucinógenos”, Prof. César Poggi de Figueiredo.

Quarta-feira, dia 11 de outubro:

20h30 – “A fármacodependência potencial”, Prof. Lauro Sollero.

21h30 – “Maconha”, Prof. José Ribeiro do Valle.

Quinta-feira, dia 12 de outubro:

18h00 – “A crise de valores na adolescência”, Prof. Barão Fernandes, de Portugal (Silva; Bastos, 2013, p. 96).

Observamos, em ambos os cursos, a repetição dos temas ligados à legislação e aos efeitos e danos causados pelas substâncias no organismo. Dois destaques cabem aqui sobre o formato deste último curso: 1 – o espaço dedicado à maconha; 2 – o tema do último dia do curso, “A crise de valores da adolescência”.

Analisando a ementa e a proposta de divulgação deste último, entendemos que reverbera o sentido do afrouxamento das moralidades, em função das questões colocadas naquele momento histórico, decorrente da degeneração pessoal e social causada pelas drogas. A título de exemplo, nas discussões médicas da época, a maconha tem lugar destacado como promotora de imoralidades e degeneração da juventude, merecendo atenção especial. Entre as drogas novas, recém-descobertas e recém-chegadas ao Brasil, por que o destaque dado à maconha? A matéria abaixo, da *Tribuna da Imprensa*, publicada no dia 14 de dezembro de 1960, ocupando a página 8 inteira (Figura 4), dá indícios sobre essa questão:



Figura 4. Matéria de página inteira sobre a maconha

Fonte: Maconha..., 1960.

A primeira manchete da página, “Maconha (1200 A.C. – 1960): de Troia a Copacabana” (Figura 4), começa anunciando que o filho de Ulisses, rei de Ítaca, e Penélope, Telêmaco, era usuário de maconha. Essa parte não contada da história seria

uma primeira referência à presença ancestral de maconha nas sociedades humanas. Segundo o artigo, a substância teria chegado ao Brasil há 500 anos pelas mãos dos africanos, que a teriam apresentado aos indígenas. Foi o médico Rodrigues Dória, em seu famoso texto de 1915, “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, quem primeiro teria atribuído a chegada da substância no país aos povos escravizados, informação já devidamente refutada pela historiografia recente (França, 2015). Vê-se aqui que os negros são responsabilizados pela maconha chegar a Copacabana, habitada pela “elite” nacional à época.

Em outro trecho, cuja manchete, “Depoimentos: destruir as plantações”, é autoexplicativa, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), com criação em 1936, comparece como a maior autoridade nacional, incentivando a destruição pelas Forças Armadas de toda maconha encontrada, uma vez que ela “está penetrando todas as camadas sociais”.

“Tráfico, vício em liberdade” trata da disseminação do vício entre jovens da Zona Sul do Rio de Janeiro e traz depoimento espetacular de um que vendeu drogas para duas garotas do bairro do Lido e, depois de fumar com elas, teve “relações íntimas” com uma. Além de trazer comparativo do preço da maconha e da cocaína, o texto afirma também estar se “generalizando o hábito do Pervitin e Dexamil”, medicamentos à base de anfetaminas.

Já “Experiências médicas mostram o que a maconha faz do homem”, relata dois experimentos com maconha, conforme se lê na transcrição de trecho:

Os dois desenhos foram feitos pela mesma pessoa, o primeiro antes e o segundo depois de fumar maconha, sob controle médico. Note-se, no primeiro, a intensidade dos traços sua firmeza e a complexidade do desenho. No segundo os traços são vacilantes, inseguros e revelam ausência de autodomínio; o paciente fora convidado a repetir o desenho anterior, não o conseguindo. Ambos

os desenhos são reproduzidos nas proporções do original (Maconha..., 1960, p. 8).

Esse segundo desenho intensiona mostrar o desequilíbrio que acomete um usuário após o consumo da substância. Além disso, faz-se referência aos donos de uma “boca [de fumo]”, lugar onde se vende a maconha, já assim conhecida naquele período.

A informação sobre a queda da pressão arterial, a aceleração dos batimentos cardíacos e a diminuição dos movimentos respiratórios é complementada pela descrição de outros sintomas, aprofundados em “Sensações e hábitos do viciado em maconha”, onde se enumeram os efeitos da droga no “maconheiro”: 1 – euforia, alucinações visuais e auditivas, desordem psíquica, taquicardia, irritabilidade, mutações de caráter, sonolência e outras mais; 2 – sinais de perturbação da personalidade (“é impedido para o crime e a agressividade”), perda da noção de tempo e espaço, entre outras. É feito, ainda, um detalhamento das diferenças entre as maneiras de fumar maconha e cigarros comuns.

As outras produções denunciam os investimentos na plantação e comércio no território nacional, com destaque para os estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Maranhão e Piauí. Sobre o Rio de Janeiro, lista os pontos de venda indo do centro da cidade à zona sul. No artigo “Delegados pedem mais vigilância e fiscalização”, são enumeradas dez medidas reivindicadas para controlar a situação. Todas versam sobre aumento do controle pela área da segurança de regiões estratégicas (fronteiras, aeroportos e portos). A Medicina é acionada na sua vertente estatística e epidemiológica para produzir dados sobre os viciados (atendimentos, internações, mortes).

O jornal udenista empenha uma página inteira à divulgação dos efeitos e danos da droga no organismo e às medidas legais e repressivas para controlar comércio e consumo. Ideias educativas não compõem, ainda, os instrumentos de controle sugeridos. O ano é 1960 e, mesmo sendo anterior à Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU, de 1961, vê-se consolidada a premissa do

uso de drogas como um problema de saúde pública que alcança as classes mais abastadas e de segurança nacional, necessitando acionar os mecanismos de cooperação internacional para conter o “contrabando” de entorpecentes. Observa-se um caminho pedagógico na estruturação da página, na distribuição dos temas de acordo com as instituições encarregadas de cuidar da questão. A CNFE combina ações com a Ciência Médica, a segurança pública e a justiça criminal. No cardápio, estão o combate ao plantio, comércio e consumo, divulgação dos efeitos e danos das drogas no organismo à população e condenação dos usuários pela doença do vício ou pelo contrabando. O termo “tráfico” não aparece.

O que apresentamos até aqui corrobora com as impressões de Maia e Lins (2023), sobretudo acerca das publicações positivas em relação ao uso da maconha. Estas passaram a ser cada vez mais raras. Nesse alinhamento, emergem e se pulverizam as representações negativas, conforme preconizava a Ciência hegemônica da época, como destacado no excerto:

[...] a planta e seus usuários passam a ser estigmatizados como substância e efeitos condenáveis que levam os “fumadores de maconha” a serem qualificados como criminosos e sujeitos a punições pelas autoridades governamentais e policiais para que o hábito do fumo da erva fosse extirpado da sociedade (Maia; Lins, 2023, p. 221).

Nesse contexto, a pesquisa de Maia e Lins (2023) coaduna com o que temos apresentado até aqui. Os autores destacam que, a partir dos muitos registros levantados na pesquisa, acerca do aumento crescente das menções negativas à cannabis nas páginas policiais a partir da época (no caso, a década de 1950), percebe-se que a

[...] política de drogas cada vez mais passa a caçar e criminalizar constantemente tanto o hábito de fumar a erva no Rio de Janeiro quanto daquelas pessoas e famílias que

migravam em contingentes massivos da região Norte e Nordeste (Maia; Lins, 2023, p. 222).

Se combinarmos tais informações com o que averiguamos nos jornais aqui analisados, seja no *udenista* ou no *O Globo*, é interessante notar que uma década após essa matéria a educação definia seus currículo sobre drogas seguindo este roteiro, conforme se verá adiante.

Analisando livros (para) didáticos sobre drogas nos anos 1970

No presente trabalho, utilizamos a definição de “livro didático”, de Circe Bittencourt (2004), que o entende como sendo um material de difícil definição, dadas as funções diferentes que pode desempenhar na estrutura pedagógica, mas também o compreende como produto cultural e uma mercadoria do mundo editorial que atende à lógica capitalista de produção. E utilizamos o conceito de “livro paradidático”, de Kazumi Munakata (1997), um livro adotado no processo de ensino aprendizagem mesmo sem ter as características dos materiais didáticos (conteúdo definido por um currículo oficial e seriação, por exemplo).

Tão logo o tema das drogas se torna assunto da educação formal, livros didáticos e paradidáticos são produzidos. O primeiro livro sobre drogas, dedicado ao público juvenil, que nossa pesquisa alcançou foi *A rosa dos ventos*, de Odette Barros Mott, cuja 1ª edição é de 1972. Conta a história de um menino pobre que diante das dificuldades e dos apelos da sociedade começa a roubar, a traficar e a consumir maconha. É o primeiro infanto-juvenil a abordar a questão como parte de problemas sociais como pobreza, miséria, injustiças e falta de oportunidades (Lajolo; Zilberman, 2007). O menino, Luiz, protagonista da história, não tem um final feliz, pois termina viciado e traficando para sustentar seu vício. Em 1984, a obra atingiu sua 14ª edição, o que indica uma trajetó-

ria muito bem-sucedida para algo destinado ao espaço escolar. Na orelha do livro, na edição de 1993, a autora confirma a destinação:

Nas visitas aos colégios, eles (os alunos) me perguntavam o que eu pensava do amor, das drogas, do relacionamento familiar e fundamentalmente, se era verdade o que eu escrevia. Foi assim que me propus a somente criar obras que dessem margem a discussões, que ajudassem a derrubar as barreiras que separam jovem e adulto, que provocassem o diálogo, que abrissem novos horizontes (Mott, 1982 *apud* Elias, 2015, p. 35).

Seu editor à época, na Editora Brasiliense, Caio Graco Prado, em correspondência enviada à autora, em 1984, dá informações sobre a tiragem da obra:

São Paulo, 08 de agosto de 1984

EB – N. 2857/84

Ref.: A ROSA DOS VENTOS – 14^a edição

5.000 exemplares

Querida Odette:

Hoje, doze anos depois os temas deste livro nada têm de novidade

mas na época foi grande sua coragem de escrevê-lo. E foi bom, e

está ajudando.

Beijo, Caio Graco (Silva, 2013).

Publicado por uma das grandes editoras de livros didáticos e paradidáticos do país, o livro atingiu a 26^a edição, em 1993. Em entrevista, a autora afirma que visitava os colégios e conversava com os alunos, demonstrando que o livro era adotado como paradidático na educação formal. As reiteradas edições e a alta tiragem de cada uma destas (5 mil exemplares), além da fala do editor na correspondência acima, indiciam que foi bem-sucedido na educação formal, atravessando as décadas de 1970 a 1990, com

presença na educação formal. Mesmo sendo um livro ficcional, há marcas do que chamamos de “Currículo Mínimo Irredutível” (CMI) da Educação para as Drogas, adiante comentado.

Cabe lembrar que, nele, há várias passagens sobre o estado físico e mental do personagem sob o efeito das drogas e mais outras sobre suas condições comportamentais, mentais e sociais, caracterizando o vício, as mudanças na relação com os amigos e com a família, a ruptura lenta e gradual com o mundo e a vida que conhecia antes do primeiro contato, ou seja, os danos sociais causados pela droga e os impactos do uso continuado no indivíduo. Há uma trajetória traçada que vai do consumo de drogas ao roubo, numa escalada vinculada às questões sociais e materiais. São também abordados outros temas, como a homossexualidade e o racismo, também esses incomuns para a época. Segundo Elias, o livro teve uma recepção dúbia, tendo sido muito criticado por não oferecer uma história de superação (Elias, 2015).

Entretanto, o livro juvenil ficcional sobre o tema de maior repercussão do período é *O estudante: estória-verdade de uma geração em conflito consigo mesma*, de Adelaide Carraro, publicado em 1975. Embora o livro caminhe na linha do de Odette Mott, oferecendo um pedagógico desfecho infeliz, o protagonista aqui pertence à classe alta, não passa por necessidades materiais, não trabalha, tem uma família exemplar, até que o irmão mais velho, também ele um menino de comportamento exemplar (caridoso, inteligente, altruísta, amável, generoso, aluno aplicado etc.), se envolve com as drogas.

Salientamos que as imprecisões sobre as drogas são inúmeras, mesmo assim percebe-se uma preocupação com a inclusão de determinado conteúdo sobre as drogas ligado aos efeitos e aos danos causados no organismo, de modo impreciso em algumas passagens, o que ajuda a reforçar os mitos sobre o tema. Na primeira aventura do irmão do protagonista com as drogas, lemos:

Olhei para Renato e vi que ele suava muito e passava a mão constantemente pela testa.

— O que foi, Renato?

— Nada, nada. Tomei um comprimido que o Mário me deu para passar a dor de cabeça... (Carraro, 1985 [1975], p. 65).

A partir desse ponto, o livro começa a descrever o comportamento tresloucado e agressivo desenvolvido pelo personagem até o final trágico para a família. O bom menino se transmuta em um viciado pérfido, sem caráter, violento e implacável e assim se faz desde o primeiro contato com a droga:

Não comia, não falava, não ria. Suas notas eram as piores da classe. Andava sempre agitado, abrindo e fechando as mãos e seus olhos iam de um lado para outro procurando alguma coisa que só eu sabia o que era: tóxico (Carraro, 1985 [1975], p. 75).



Figura 5. Livros paradidáticos sobre drogas

Fonte: Autoria própria.

A despeito das imprecisões, do caráter sensacionalista e do tom melodramático, muito semelhante às telenovelas daqueles dias, que alcançavam imenso sucesso, o livro teve grande repercussão, tendo sido adotado por escolas do ensino básico do

país inteiro, chegando a mais de cinquenta edições. Até hoje é possível encontrar na internet leilões e pregões públicos de prefeituas que o comprem para fins educacionais.

Independente disto, *O estudante* traz informações curiosas sobre o contexto das drogas na década de 1970, em São Paulo. Na obra, o traficante era um farmacêutico que morava numa região de muito prestígio da cidade. As drogas chegavam às escolas particulares através do círculo de amigos dos estudantes e esta prática era mais comum do que o deslocamento dos jovens às bocas de fumo, inexistentes no livro e ainda com pouca relevância no período. Chama atenção o título ser “O estudante”, já que esse ambiente tem importância secundária na narrativa, deixando em maior evidência as relações interpessoais no espaço privado familiar. Esse cenário será retomado no início da década seguinte pela mesma autora, com *Meu professor, meu herói* (1982), uma história que guarda relações com *O estudante* e coloca o professor na linha de frente do combate às drogas. Não trataremos, contudo, deste aqui.

Para fechar os paradidáticos ficcionais da década de 1970, temos *O irmão que tu me deste*, de Carlos Heitor Cony, publicado em 1979 (Figura 4). O enredo atua no contrapelo do livro de Adelaide Carraro, com uma narrativa mais elegante e erudita. Centrado na história de uma família abastada onde os filhos (também dois homens, como na história de Carraro), enfrentam os dilemas da adolescência, tais como a escolha da carreira, as experiências sexuais e o consumo de drogas. Aqui, há uma construção narrativa pela Psicanálise, abordando o complexo de Édipo, a competição entre irmãos, a formação da personalidade e a importância do autoconhecimento. O autor foge do embrutecimento maniqueísta do personagem pelas drogas, optando pela construção das drogas como meio para edificação da personalidade, mostrando alguns hábitos imbricados às tipicidades das experiências da juventude da época, sem deixar de apontar seus aspectos negativos.

Vê-se um empenho do mercado editorial em oferecer uma obra que fale sobre a temática das drogas e se dirija às classes médias e altas, mas que seja mais refinado e traga elementos da

cultura erudita. Aqui, o protagonista narra situações onde Literatura, Arquitetura, Música e o ambiente urbano de Paris dos anos 1970, por exemplo, aparecem como elementos da composição narrativa, mostrando a vida dos abastados para além da exterioridade dos iates, mansões, festas, choferes e “viagens ao exterior”, como Carraro retrata a família do seu protagonista. Também no livro de Cony, as drogas ilícitas se misturam às lícitas, tendo o cigarro um papel importante na composição do estilo de vida do personagem e na busca da própria identidade. Para além disso, as marcas do currículo mínimo também estão presentes na descrição do estado dos indivíduos sob o efeito das drogas e nas análises sobre a vida destes após o início do consumo. Droga aqui é experiência juvenil, caminho de descoberta e de autoconhecimento. Ainda assim, a trágica morte de uma personagem feminina, com quem o protagonista aprende a fumar maconha, recupera o desfecho desafortunado que pode encontrar os que enveredam por este caminho. Consumo excessivo e morte caminham juntos.

Mas é nos livros didáticos, nos manuais sobre o tema que o currículo mínimo se mostra com mais propriedade, evidenciando o campo de disputa (Arroyo, 2013) e a soberania do proibicionismo, como pode ser percebido no livro *O jovem deve saber tudo sobre os tóxicos*, de Oswald Moraes de Andrade, publicado em 1971. Especificamente, como revelado na Figura 4, fica registrado com inteireza os melindres e peculiaridades de um currículo centrado no drogacentrismo (droga como cerne dos debates) e nos conteúdos típicos das Ciências Biopsicomédicas (Figura 4).

Aqui, as explicações de ordem técnico-científica tomam a cena – explicações sobre as substâncias, a origem e a composição das plantas psicoativas, as formas de consumo, os efeitos no organismo, das sensações de bem-estar e prazer às alucinações, demência e loucura, conforme a droga ofereça, segundo o autor e a Ciência da época. Este pequeno volume promove a primeira sistematização dos conteúdos já mencionados na convenção da ONU, de 1961, presentes nas matérias dos jornais ao longo da década de 1960 e nos cursos para professores e médicos, já citados.

No ano seguinte, 1972, o psiquiatra José Elias Murad oferece um manual mais robusto e mais agressivo. A obra *O que você deve saber sobre os psicotrópicos: a viagem sem bilhete de volta* é um manual que se empenha na defesa do proibicionismo e da abstinência. Os títulos dos tópicos e capítulos dão mostras disso: “LSD, anjo ou demônio?”; “O mau humor da cocaína”; “O gosto amargo da maconha (os perigos de um sonho)” ; “O abuso dos psicotrópicos – um problema médico-social ou policial?”. Esse livro paradigmático marca com maior propriedade a definição do conteúdo mínimo necessário para ser ensinado aos jovens nas escolas. Como se vê na passagem: “Em primeiro lugar, deve-se considerar o fato de que o uso da droga [maconha] é considerado crime dentro do Código Penal Brasileiro. E romper a lei pode ter sérias consequências para os jovens adultos” (Murad, 1972, p. 90).

Interessa para nós marcar a discussão de um dos elementos importantes da nossa discussão: o momento em que os psicotrópicos (medicamentos psiquiátricos) são colocados como drogas, ao lado da maconha, da cocaína e do LSD. Sugerimos que é em função deste cenário que os termos “entorpecentes” e “tóxicos” saem de cena (afinal, nem toda substância alteradora do estado de consciência entorpece e/ou intoxica) e entra “droga”, na acepção que o conhecemos hoje, reunindo tanto as qualidades farmacológicas dos medicamentos quanto os atributos das substâncias alteradoras do estado de consciência.

Para encerrar nosso levantamento das produções sobre drogas da década de 1970, vamos trazer o livro didático escrito para a disciplina escolar Programa de Saúde. Escrito por Lídia Rosenberg Aratangy, Silvio de Almeida Toledo Filho e Oswaldo Frota-Pessoa, *Programa de Saúde: projetos e temas de higiene e saúde* reservou o seu último tema, na segunda parte, às drogas. “Drogas e comportamento” é o título da seção, cuja abordagem do conteúdo se mostra na Figura 5.

As drogas estão ao lado de temas como qualidade da água, situação sanitária, vacinas e verminoses. Não se adota a perspectiva antiproibicionista, mas sua visão contrasta com a dos

manuals anteriores, em que pesa o fato de seguir o conteúdo mínimo já mencionado. A classificação das drogas foi aqui destacada e será replicada em outros livros no futuro.

Contudo, ele foi proibido pela censura da época. Cremos que o modo dialógico e argumentativo proposto para exploração dos temas em sala de aula, incluindo as drogas, trilhou um caminho não desejado. Apesar das perguntas que provocavam reflexão, as respostas apontavam para a defesa do proibicionismo e do currículo mínimo, como se vê na passagem abaixo destacada:

O vício é um problema da polícia ou do médico?

[...] frequentemente, o viciado comete atos criminosos, na ânsia de obter recursos para adquirir a droga. É por causa deste aspecto que o problema cai também no âmbito policial. O vício é propagado principalmente pelos próprios traficantes, que procuram ganhar a confiança de pessoas imaturas ou desajustadas para induzi-las ao uso de drogas (Aratangy *et al.*, 1975, p. 127).

Convém destacar que este material didático e argumentativo é o único, entre os aqui tratados, que propõe não somente uma estrutura pedagógica dialógica e participativa, como também é o único cujas questões guardavam proximidade com o cotidiano, propondo reflexões sobre questões como o café enquanto substância viciante e não criminalizada, por exemplo, e mais ainda pela resposta ao apontar a criminalização do café em outros tempos e culturas. Fica a reflexão sobre o caráter histórico e relacional da criminalização das drogas e não como propriedade intrínseca das substâncias alteradoras do estado de consciência.

A construção do Currículo Mínimo Irredutível das drogas para a educação

A contracultura dos anos 1960-1970, os movimentos de resistência à ditadura dos militares, a crescente condenação às dro-

gas, aliada à nova política de Guerra às Drogas lançada pelos Estados Unidos, a entrada da saúde como agência de controle das drogas, a educação como campo de atuação dos militares para exercício do controle social, especialmente através dos livros didáticos e paradidáticos, são as condições de produção das formações discursivas essenciais ao argumento de combate às drogas.

Com os exemplares paradidáticos e didático aqui trazidos, vemos a caracterização do Currículo Mínimo Irredutível (CMI), já sinalizado em trabalho anterior (Silva, 2019), e podemos assim sintetizar: 1 – classificação das drogas, dividida em três eixos temáticos, a saber: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal ou ilegal) e nas ações sobre o sistema nervoso (estimulante, depressora ou perturbadora); 2 – descrição dos efeitos das drogas no organismo, no SNC e suas implicações no desenvolvimento da tolerância e da dependência; 3 – descrição dos danos causados no organismo pelas drogas e seus impactos na saúde e na vida social.

Em nossa compreensão, cada um desses aspectos guarda relação estreita com o ideário da contracultura, conformando um enfrentamento político-ideológico e uma reação do *establishment* às formas de resistência ao sistema, que passavam (ou não) pelo consumo de drogas. Vejamos cada dos itens:

1. *Classificação das drogas em:*

1.1 natural-sintética – para desconstruir o argumento de que drogas naturais como a maconha não são prejudiciais à saúde, o contra-argumento formulado foi o de que independente da origem, todas as drogas viciam e trazem danos. Esse ideário reforça que a maconha é droga e seu uso causa danos e dependência como qualquer outra substância;

1.2 legal-ilegal – com esta classificação, busca-se estabelecer o limite entre estar na legalidade ou contra ela. As drogas ilegais colocam seus usuários fora da cobertura da lei, na criminalidade. O uso representa violações à lei, são atos criminosos e levam aqueles que as usam à condenação e à prisão;

1.3 estimulante-depressora-perturbadora – aqui busca-se explicação do campo médico para a alteração fisiológica da mente, indo de encontro aos argumentos esotéricos e transcendentais da contracultura que enalteciam a libertação da mente e a busca do nirvana para construção de um mundo livre dos grilhões que retardavam a evolução humana, as viagens psicodélicas e/ou transcendentais são apenas marcas do impacto das drogas na mente humana.

2. *Descrição dos efeitos das drogas no organismo*: para os idealizadores do CMI, a descrição dos efeitos era um anúncio aos jovens de que as experiências transcendentais, psicodélicas e místicas não passavam da ação das drogas no organismo. Eram alterações psíquicas de natureza fisiológica provocadas por elas, sendo prejudiciais à saúde, não eram viagens transcendentais rumo ao autoconhecimento ou à Era de Aquarius, não se tratavam de libertação mas prisão e escravização da mente.

3. *Descrição dos danos causados no organismo pelas drogas*: a descrição dos danos das drogas no organismo reforçava o perigo e o poder destruidor da saúde física e psíquica dos indivíduos e empenhava esforços na associação entre consumo e doenças mentais, com perda do controle, da razão e do livre arbítrio, condenando o indivíduo à tutela dos poderes legais e médicos.

Esse conteúdo forma uma resposta à contracultura através do CMI adotado nos livros sobre drogas para as escolas. Ele continha o mínimo necessário para combater com eficiência e argumentos científicos de toda e qualquer forma de oposição e resistência ao sistema, abrindo caminho para o enfrentamento dos ideais da contracultura e dos grupos indesejáveis, mesmo aqueles de resistência que não guardavam relações com as drogas. Ao misticismo psicodélico, o sistema opõe a Ciência; à maconha como droga natural e que não faz mal, o sistema opõe a ideia de que mesmo as drogas naturais são malélicas, viciantes e destrutivas; ao *drop out* e às recusas às normas se impõem a lei e a justiça. O currículo mínimo é um bem arrematado discurso

da Guerra às Drogas, contrário à contracultura e às formas de resistência construídas naquele contexto.

Considerações finais

Procuramos mostrar as marcas da Educação sobre Drogas que chega à educação formal na década de 1970, no Brasil, através da análise de documentos legais, dos jornais da grande imprensa da época e dos primeiros livros didáticos e paradidáticos sobre drogas publicados naquela década. Os assuntos que deviam ser abordados sobre o tema na educação circulavam há tempos entre médicos, profissionais da segurança pública e peritódicos, servindo de inspiração às primeiras leis sobre a matéria.

A educação e seus recursos, os livros (para)didáticos, cumprindo função instrumental ideológica, como os jornais, não consegue escapar às imposições do regime militar, pois quando tenta ser argumentativa e colocar uma pedagogia mais dialógica e participativa é censurada e constrangida. Os manuais e livros ficcionais sobre o tema de grande repercussão no período são aqueles que estabeleciam conformidade com o Currículo Mínimo Irredutível (CMI).

Esse processo ocorre *pari passu* às discussões em torno da constatação de que os psicotrópicos são viciantes e causam dependência como os demais tóxicos/entorpecentes/narcóticos. O debate sobre as formas de coibir os abusos destas substâncias jamais levou em conta a possibilidade de criminalizá-las, mas recrudesceram o velho expediente do controle do uso pela Medicina. Esta hegemonia da saúde, de um modo geral, não descredencia os usos dos expedientes legais. Pelo contrário, a indução à violência e a propensão ao crime a que se sujeitam aqueles que usam drogas (lícitas ou ilícitas, fora da jurisdição clínica) justifica a associação saúde-justiça. Nesta equação, a educação é lugar de reafirmação desses credos, não de construção pedagógico-crítica sobre novas possibilidades de abordagem.

É na chave de reconhecer que os medicamentos psicotrópicos se constituíam em drogas com alto poder viciante e causavam dependência e pelo expediente de equiparação destes psicotrópicos aos “tóxicos”, já criminalizados, que o termo “droga” se torna hegemônico e progressivamente retira de cena “entorpecente”, “narcóticos” e “tóxico”. A despeito disso, os medicamentos não são criminalizados, embora se aumente o controle destes pela Medicina, para fazer frente aos contrabandos de psicotrópicos e fraudes de receituários.

Os dados e discussões no presente trabalho intentam auxiliar na compreensão do vigor com que se instalam as políticas proibicionistas na educação e a hegemonia que assumem na sociedade e nas práticas pedagógicas. Notamos, em amplo panorama, que o CMI está vigorando até hoje e a Educação para as Drogas não pode ser concebida fora dos marcos do paradigma médico-legal, o que nos leva a entender que existe uma Educação sobre Drogas que é pensada, concebida e gerida pela saúde. É uma Educação sobre Drogas com uma pedagogia instituída nos marcos da saúde. Precisamos de uma Educação para as Drogas do campo pedagógico, da educação, que seja capaz de legitimar outros conteúdos que levem em conta referências e paradigmas diversos. Pontualmente, esta pesquisa nos evidencia o tema drogas como um espaço em disputa curricular e a necessidade de caminhos pedagógicos alternativos, que desconstruam a soberania do proibicionismo e se posicionem a favor de uma Educação para as Drogas com foco no indivíduo, no respeito às culturas e na hierarquização do saber.

Agradecimentos

Agradecemos aos parceiros pesquisadores do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) – especificamente e à Bolsa de Produtividade Prociência da Uerj pelo estímulo à pesquisa.

Referências

ANDRADE, Oswald Moraes. **O jovem deve saber tudo sobre os tóxicos**. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.

ARATANGY, Lidia Rosenberg; TOLEDO FILHO, Silvio de Almeida; FROTA-PESSOA, Oswaldo. **Programa de Saúde**: projetos e temas de higiene e saúde. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Paz e Terra, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300007>.

BRASIL. **Lei n. 5.726, de 29 de outubro de 1971**. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: <http://bit.ly/4fAK4ji>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CARRARO, Adelaide. **Meu professor, meu herói**. Rio de Janeiro: Editora Global, 2020 [1982].

CARRARO, Adelaide. **O estudante**. Rio de Janeiro: Editora Global, 1985 [1975].

COELHO, Francisco J. F.; SILVA, Maria de Lourdes da. Mediação de conflitos em curso sobre drogas na formação de professores. In: MAIA, Bóris Maia *et al.* (orgs.). **Administração de conflitos no espaço escolar**: estudos interdisciplinares. v. II. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 237-260.

CONY, Carlos Heitor. **O irmão que tu me deste**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.

ELIAS, Ieda Maria Sorigi P. **A narrativa de Odette de Barros Mott e a formação do subsistema juvenil na literatura brasileira**. 2015.

217f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2015.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Ática, 2007.

LUTA contra tóxicos teve curso de extensão universitária. **Gazeta da Farmácia**, 7 dez. 1970, p. 7. Disponível em: <http://bit.ly/4fCm5A7>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MACONHA (1200 a.C. – 1960): de Troia a Copacabana. **Tribuna da Imprensa**, 14 dez. 1960, p. 8. Disponível em: <http://bit.ly/3HoWUUX>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MAIA, Gustavo Junqueira da C.; LINS, Artur Silva. O “duque da maconha” e as representações da cannabis na imprensa: uma história do estigma social da planta e de seus usos políticos (1950-1955). **ORÉ: Revista Discente de Estudos Históricos da Unirio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 217-237, 2023. Disponível em: <http://bit.ly/3JIVmeW>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MOTT, Odette de Barros. **A rosa dos ventos**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 217f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MURAD, José Elias. **O que você deve saber sobre os psicotrópicos: a viagem sem bilhete de volta**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1972.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

REVOLUÇÃO pela dor é mais séria que a fome. **Tribuna da Imprensa**, 6 set. 1962, p. 8. Disponível em: <http://bit.ly/4mEhch>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA, Maria de Lourdes da. Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: embates de sentidos na educação. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA:

HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpuh-Brasil, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3HpKpx8>. Acesso em: 8 set. 2021.

SILVA, Maria de Lourdes da. **Drogas – da Medicina à repressão policial**: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2015.

SILVA, Maria de Lourdes da; BASTOS, Samara Santos. Psiquiatria e Educação: o caráter pedagógico da Medicina Psiquiátrica de Inaldo de Lira Neves-Manta. **Revista Diálogo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 85-103, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18316/1143>.

SILVA, Raquel Afonso da. Trajetória(s) literária(s) de Odette de Barros Mott (1913-1998): uma narrativa a partir do arquivo pessoal da escritora. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 351-368, dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3Uj2UBK>. Acesso em: 28 fev. 2019.

VICIADOS usam fórmulas para adquirir tóxicos. **Tribuna da Imprensa**, 6 set. 1962, p. 8. Disponível em: <http://bit.ly/4oslMfi>. Acesso em: 3 set. 2020.

SEGUNDA PARTE:
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
DA ESPECIALIZAÇÃO EM DROGAS,
SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS
(DSPE)

CAPÍTULO 2.

DESAFIOS DA ENFERMAGEM POSTOS EM PRÁTICA NO CAPS BETINHO, EM MACAÉ

*Mônica Gomes Lírio Pimentel
Cauê Almeida Galvão*

Introdução

Inicialmente, é importante reiterar que a motivação para esse trabalho se origina em minha trajetória: sou enfermeira, formada em 2003. No ano seguinte, ou seja, em 2004, fui convidada pela professora de Saúde Mental a ingressar em um projeto de estruturação e humanização do Hospital Psiquiátrico Henrique Roxo, em Campos dos Goytacazes, local que me acolheu até 2009.

Desde 2020, sou concursada pela Prefeitura Municipal de Macaé. Fui encaminhada para o Caps III – Betinho, em que uma das demandas no serviço era a presença de um profissional de enfermagem com experiência ou especialização em saúde mental, algo que, nesse momento, não me contemplava.

Porém, fui realocada ainda sim, pois a coordenadora me informou que o período em que tive a experiência no Hospital Psiquiátrico Henrique Roxo era suficiente para assumir o cargo. Assim, fui a pessoa escolhida para cumprir essa missão.

Para além de minha experiência profissional que me trouxe a esse tema, considero de grande importância traçar a história da construção dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

Suas origens estão ligadas a luta do movimento antimanicomial e da reestruturação democrática do país desde 1988. A Lei Federal n. 10.216/2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental” será o ponto de partida para a criação dos Caps, pois dispõe a extinção progressiva dos

manicômios e sua substituição por novas modalidades de atendimento, como Hospitais-Dia (HDs), Caps e Lares Protegidos.

Para definir melhor, tem-se o Caps I, presente em cidades com população entre 20 mil e 70 mil habitantes, que oferece atendimento durante o dia. Já o Caps II é destinado àquelas com população entre 70 mil e 200 mil habitantes, que também funciona durante o dia, voltado para o tratamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais. O Caps III, por sua vez, está localizado em cidades com população superior a 200 mil habitantes, e oferece atendimento durante 24 horas para pessoas adultas. A modalidade Caps-AD é especializada no atendimento a pessoas que enfrentam problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas, como álcool e drogas (Sousa, 2020).

Nesse ano de oficialização da lei, foi criado o Caps III – Ben-
tinho, inicialmente como Caps II, a partir do acolhimento das demandas apresentadas pelos usuários e profissionais de saúde mental, surgidas da I Conferência de Saúde Mental de Macaé. Em 2002, a equipe de concursados deu início aos atendimentos aos usuários, mas ainda não havia espaço físico definido, sendo utilizado o Núcleo Municipal de Saúde Mental.

No final de 2003, o funcionamento foi transferido para uma casa localizada na região central do município (Azevedo, 2009). Isso ocorreu porque foi determinado que o dispositivo fosse alojado em um território bem afastado, porém, a Portaria n. 336, de fevereiro de 2002, determina que os Caps devem estar próximos à região urbana, visando que os usuários tenham fácil acesso ao local (Brasil, 2002). É importante ressaltar que houve uma mudança na definição ao longo dos anos, a partir da expansão da Rede de Atenção Psicossocial (Raps). Em 2020, o Caps Ben-
tinho foi modificado de Caps II para Caps III, pois esses são definidos para municípios com população acima de 200 mil habitantes, tendo como objetivo funcionar com atendimento diário e noturno, também para o mesmo público (Azevedo, 2009).

Quando fui chamada para integrar a equipe do Caps III – Betinho, busquei me especializar, saber mais sobre as questões psicossociais tão sensíveis ao meu cargo.

Nesse momento, fui preceptora de alunos de várias instituições, que chegavam ao local enquanto estagiários. Apesar de muitos avanços no tratamento, acolhimento e cuidado em relação ao paciente psiquiátrico, motivado pela luta antimanicomial e o processo de criação do SUS, pude perceber, durante o período em que acolhi os usuários do Caps III – Betinho, que havia uma ausência de informações e conhecimentos para trabalhar com aquela demanda.

Atualmente, o serviço funciona na Rua Tenente Jacinto Vieira do Santos, no bairro Imbitiba, sendo esse seu quarto endereço desde sua fundação.

O Caps III – Betinho, além dos atendimentos feitos, ainda conta com duas residências terapêuticas, sendo uma de pessoas egressas de hospitais psiquiátricos, a partir de internações de longa permanência.

Com a proximidade e acompanhamento como preceptora em estágio dos estudantes que se interessam em trabalhar na saúde mental, observou-se uma urgente necessidade de melhorar a formação acadêmica nas universidades em relação a esse campo e, ainda, articular parcerias colaborativas entre os locais de estágio e a universidade, visto que muitos profissionais não se sentem preparados para escolher a saúde mental como opção de trabalho, em razão da falta de conhecimento e de prática sobre essa temática, ainda que a área seja tão essencial e contemporânea.

Metodologia

O presente trabalho desenvolve um relato de caso que se fundamenta na metodologia de observação participante em campo, especificamente no contexto do Caps III – Betinho.

Assim, conforme preconiza Minayo (2010), a pesquisa qualitativa é importante para compreender a realidade, pois a partir dela

são entendidos valores e atitudes. A imersão direta na realidade do serviço possibilita uma compreensão mais profunda das dinâmicas e interações que ocorrem no cotidiano da equipe e dos usuários.

Para embasar o relato de caso e garantir a robustez das informações apresentadas, será realizado, em conjunto, um diálogo com a bibliografia já produzida no campo da saúde mental, dos Caps e da atuação dos trabalhadores na área.

Essa pesquisa será conduzida utilizando apenas bases de dados seguras e confiáveis, como SciELO, PubMed, Periódicos Capes e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Essas fontes são reconhecidas pela qualidade e rigor científico de seus conteúdos, o que assegura que as informações coletadas serão pertinentes e relevantes para a análise proposta.

Resultados e discussão

A equipe e seus profissionais

A partir de 24 de julho de 2023, o Caps – Betinho passou a operar como Caps III, oferecendo atendimento contínuo, 24 horas por dia, incluindo feriados e fins de semana, com acolhimento noturno para usuários e outros pontos da Raps, mediante articulação prévia.

Como Caps III, o foco é no tratamento de pessoas com transtornos mentais agudos e/ou crônicos graves que necessitam de cuidados intensivos, a fim de proporcionar atendimento em situações de crise e promover a reabilitação psicossocial. Isso implicou a necessidade de aumento da equipe, a fim de garantir a continuidade dos atendimentos.

A equipe é utilizada em atividades como intervenções clínicas, oficinas e grupos terapêuticos, atendimentos individualizados para familiares, atividades externas e assembleias que promovem o protagonismo dos usuários.

Além disso, são realizados atendimentos individuais nas áreas de Psiquiatria, Clínica Geral, Psicologia, Enfermagem, Serviço So-

cial, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia, além de visitas domiciliares e institucionais, ações de articulação de redes intra e intersetoriais e promoção de contratualidade¹ no território, entre outras atividades relevantes para a atenção psicossocial.

Essa equipe organizada era composta por profissionais selecionados através de um processo seletivo que não priorizou a experiência na área da saúde mental, sendo avaliados em temas bem amplos e gerais como: Matemática, Português e História da cidade de Macaé, o que contrasta com as habilidades práticas necessárias para atuar em um ambiente tão delicado quanto um Caps III.

A unidade conta com 2 profissionais assistentes de administração e logística I, 3 assistentes sociais, 13 técnicos de enfermagem, 3 psicólogos, 2 médicos psiquiatras, 1 médico clínico geral, 4 terapeutas ocupacionais, 5 enfermeiros, 1 cuidadora, 1 fisioterapeuta, 1 fonoaudióloga e 1 auxiliar de serviços gerais terceirizada, constituindo corretamente o preconizado pelo Ministério da Saúde sobre os profissionais que devem formar a equipe do Caps (Juns; Lancman, 2011).

A precarização

No entanto, esses profissionais não seguem um plano de carreira e trabalham por contrato, o que culmina em alta rotatividade.

Observa-se, ainda, que a alta rotatividade de profissionais tem sido um dos principais desafios enfrentados no contexto atual do Caps III – Betinho. Os integrantes da equipe, que muitas vezes são contratados em caráter temporário, possuem

1. “Acompanhamento de usuários em cenários da vida cotidiana em casa ou no trabalho, iniciativas de geração de renda, empreendimentos solidários, contextos familiares, sociais e no território, com a mediação de relações para a criação de novos campos de negociação e de diálogo que garantam e propiciem a participação dos usuários em igualdade de oportunidades, a ampliação de redes sociais e sua autonomia”. Disponível em: <http://bit.ly/3HbAFSt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

vínculos frágeis, uma vez que os contratos são renovados automaticamente a cada três meses.

Isso impacta negativamente a estabilidade do atendimento e a confiança dos usuários no serviço, sendo tempo insuficiente para criação de vínculo, algo tão essencial para o seguimento do tratamento no contexto do SUS.

Além disso, a falta de férias acentua o estresse e a sobrecarga, resultando em um ambiente de trabalho vulnerável e desgastante, aumentando as chances de desenvolver síndrome de burnout.²

A ausência de períodos de descanso adequados compromete não somente a saúde dos profissionais, mas também a qualidade do atendimento prestado. Outro ponto crítico é a falta de material adequado para a execução dos nossos serviços.

Essa condição de precarização da saúde já foi estudada anteriormente, como no trabalho de Ribeiro, Souza e Silva (2014), onde os autores definem o conceito de trabalho precário no contexto do SUS como uma condição que se manifesta através da ausência de proteção social, com vínculos empregatícios instáveis e a diferenciação de jornadas de trabalho entre profissionais com a mesma formação e função, ou seja, exatamente como ocorre no caso daqueles que são contratados.

Essa precarização é caracterizada por múltiplas formas de contrato, incluindo vínculos temporários e terceirizados, que resultam em condições laborais desfavoráveis, como longas jornadas de trabalho e remunerações inferiores às dos servidores públicos de carreira.

Além disso, a precarização é vista como uma tendência crescente. Sem contar, que no Brasil, ao longo dos últimos anos, os direitos trabalhistas foram modificados, ou melhor dizendo, perdidos.

Com a reforma trabalhista levada a cabo em 2017, isso resultou em perda de direitos a partir da ausência de inspeção prévia

2. “A síndrome de burnout é um distúrbio psíquico causado pela exaustão extrema, sempre relacionada ao trabalho”. Disponível em: <http://bit.ly/4f-vwSvW>. Acesso em: 15 nov. 2024.

em ambientes insalubres para a alteração da jornada de trabalho, a dispensa de indenização e a fragmentação do horário de almoço.

Ou seja, há maior exposição dos enfermeiros a riscos ocupacionais, devido a condições de trabalho inadequadas e pausas insuficientes, muitas vezes sem a devida compensação financeira ou simbólica.

Além disso, observa-se que a carga de trabalho é incompatível com a manutenção de uma boa qualidade de vida profissional. A implementação das novas regras resultou em uma diminuição dos direitos trabalhistas, prejudicando significativamente os profissionais de enfermagem. Não à toa, há alta insatisfação, culminando em evasão dos serviços e ausência de vínculos (Farias *et al.*, 2021).

Na saúde, a precarização se manifesta através da desregulamentação e diminuição das garantias legais, afetando a segurança e a estabilidade dos profissionais.

A baixa remuneração é um problema recorrente, levando muitos enfermeiros a buscar múltiplos vínculos empregatícios para garantir uma renda adequada, o que aumenta a carga de trabalho e a pressão sobre eles.

A diversidade de formas de contratação, como contratos temporários e terceirizados, também gera insegurança e instabilidade no emprego (Gomes *et al.*, 2016). Além disso, percebeu-se que, a partir da reforma trabalhista, houve a diminuição das ações coletivas, não por melhorar a condição de trabalho, mas por aumentar a dificuldade jurídica de conseguir levar a cabo essas ações.

Houve também a redução da proteção estatal nas relações laborais, além do aumento de situações que deixam os trabalhadores expostos a riscos ocupacionais, agravando a precarização do trabalho dos enfermeiros.

A jornada extensa de trabalho que, somada à falta de descanso adequado, agrava a precarização e impacta a saúde dos trabalhadores. Por fim, a precarização dos ambientes e das condições de trabalho, onde os profissionais frequentemente atuam em locais insalubres e com escassez de recursos, compromete tanto sua saúde quanto a qualidade do atendimento prestado.

Esses elementos, em conjunto, criam um cenário ruim para os enfermeiros, resultando em sérias consequências para sua saúde física e mental (Gomes *et al.*, 2016). Farias *et al.* (2021) entendem ser fundamental reavaliar a aplicação dessas normas aos trabalhadores de enfermagem, visto que a função exige perícia, atenção e competência técnica para garantir serviços de qualidade à sociedade e segurança aos pacientes.

De acordo com Vasconcellos (2010), é necessário, na saúde mental, que haja uma confluência na equipe, a partir de vínculos criados ao longo dos anos trabalhados juntos. Com o vínculo, melhora-se a comunicação entre os membros da equipe, indicado como um aspecto para o sucesso do trabalho em conjunto.

Assim, em relações de trabalho frágeis, como no caso de funcionários com alta rotatividade, que mudam de local de trabalho em meses, há dificuldade em estabelecer uma relação boa, o que pode comprometer a eficácia do atendimento.

Em ambientes em que a equipe tem um trabalho longo, é possível que como aponta Vasconcellos (2010) se crie grupos de referências e reuniões de equipe que podem facilitar a interação entre os saberes e promover uma cobertura assistencial mais completa, evitando a centralização do cuidado em um único profissional e fazendo com que os conhecimentos sejam compartilhados.

Sznalwar *et al.* (2008) realizaram uma Análise Ergonômica do Trabalho (AET) no Caps e definem a atenção ao usuário como fortemente orientada ao trabalho em equipe. Eles destacam a importância de estratégias coletivas para lidar com os desafios do dia a dia. A AET indica que a colaboração durante os atendimentos vai além de uma perspectiva funcionalista, servindo também como um elemento de coesão entre os trabalhadores.

Os autores enfatizam que essa atuação coletiva exige um processo contínuo de construção e desenvolvimento de competências que favoreçam a cooperação. Essas habilidades se formam a partir das experiências adquiridas no trabalho, das interações com a equipe e da reflexão e aprimoramento das prá-

ticas, fortalecendo o coletivo de trabalhadores e a coletividade que necessita dos serviços oferecidos pelo Caps III – Betinho.

A importância do trabalho em equipe também é preconizada por Juns e Lancman (2011), que apontam que é a equipe que se configura como uma rede colaborativa essencial para enfrentar as dificuldades e a precariedade do trabalho, especialmente no contexto de pacientes psiquiátricos graves.

No entanto, daqui emerge uma pergunta: como se enfrenta a precariedade, se o próprio modelo de contratação e seu processo seletivo já dão início a ela?

Ainda de acordo com Juns e Lancman (2011), a dinâmica demanda uma recriação constante da equipe, gerando uma sinergia que se baseia nas diversas competências de cada profissão, nas experiências individuais e coletivas e no comprometimento individual.

Nesse cenário, observa-se uma diluição dos papéis dos profissionais no serviço, já que o cuidado e as práticas de saúde são constantemente compartilhadas. Porém, isso se torna extremamente limitado quando o ambiente não dá espaço para essa sinergia, rompendo vínculos assim que o contrato encerra.

Essa carência limita a eficácia dos atendimentos e dificulta a implementação de práticas baseadas em evidências. O acesso restrito a recursos necessários compromete tanto o desenvolvimento profissional quanto a satisfação no trabalho, tornando o ambiente ainda mais desafiador.

Recentemente, a realidade da profissão de enfermagem se apresentou em um estudo que destacou a área como uma das cinco categorias com maior taxa de desemprego no Brasil (Santos, 2024). Essa informação é alarmante e reflete não apenas a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas também levanta questões sobre a valorização e o reconhecimento.

No próprio relatório de gestão do serviço, foi indicado que é necessário que se tenha mais profissionais qualificados, e isso pode ser conseguido através de ofertas de cursos de capacitação, porém, até agosto de 2024, atividades como cursos e oficinas não foram ofertadas aos funcionários que estavam em Betinho.

A presença de sujeitos não qualificados gera um ambiente de insegurança tanto para a equipe quanto para os pacientes. A falta de formação específica resulta em intervenções inadequadas, que podem agravar a situação dos usuários. Além disso, a desarticulação da equipe impede que se desenvolvam estratégias integradas de cuidado, essenciais para o tratamento de saúde mental.

Percepções da realidade no campo de trabalho

A partir da observação participante, visualizo que o local não oferece uma formação para os profissionais que ali trabalham, especialmente da enfermagem, campo no qual estou inserida.

Como indicado pelo relatório de gestão, o Caps III – Betinho não promove cursos, oficinas ou outras tarefas que visem formar o profissional e capacitá-lo.

Ou seja, a maioria dos profissionais que estão ali presentes passam por um processo seletivo simples, sem ter que indicar conhecimento técnico para a saúde mental, e, quando contratados, sequer recebem uma formação ampliada.

No entanto, o paciente tem o direito a uma assistência de qualidade, que pode ser desenvolvida através da educação continuada do profissional de saúde.

O cuidado atencioso, sério e competente da equipe pode minimizar o sofrimento e até evitar mortes, o que exige uma atualização constante para que os funcionários estejam a par das melhores e mais eficazes abordagens que a saúde pode oferecer atualmente.

Nesse sentido, é fundamental implementar planejamento, visão e práticas interdisciplinares, além de garantir uma infraestrutura adequada, promover pesquisas, facilitar a comunicação entre gestão e funcionários, assim como estabelecer parcerias com outras instituições, a fim de se ter uma troca de experiências e adquirir conhecimento.

A educação continuada nada mais é do que a formação prática buscando transformar e reconstruir a identidade dos profissionais e articular seus conhecimentos e práticas (Silva; Seiffert, 2009).

Em relação às parcerias com outras instituições, o Caps III – Betinho promove o acesso, através de programas de estágio, de alunos de uma instituição pública e outra privada. Essa iniciativa é bem interessante e importante, visto que os estudantes, com conhecimentos frescos em sua memória, trazem novas perspectivas para os funcionários e põem em prática o ensino, a pesquisa e o trabalho de extensão, algo preconizado pelas universidades. Aqueles dispostos a aprender, ganham com isso.

Os pacientes também são favorecidos com essa troca, visto que o conhecimento novo trazido pelos alunos chega até eles com a percepção que, talvez, um funcionário mais antigo ou sem formação em saúde mental não tivesse algum conhecimento específico, por exemplo.

Ainda assim, saliento que o local tem muito a desenvolver em relação aos seus problemas, que são inúmeros. Isso depende de todos que fazem parte do quadro profissional do Caps III – Betinho, não sendo algo exclusivo da gestão, pois, se o local não proporciona oferta de cursos, por exemplo, o interessado deve buscar se atualizar, ainda que não seja dentro de sua própria unidade.

No entanto, é importante ressaltar, também, que são trabalhadores, em sua maioria, precarizados, com grande carga horária e remuneração baixa, que não condiz com o cargo exercido.

Conforme abordamos no capítulo, a reforma trabalhista de 2017 também atingiu aos funcionários da enfermagem, ou seja, o que passamos no Caps III – Betinho, a dificuldade de vínculo, o cansaço com a carga horária, a falta de aprimoramento, entre outras questões, tem fortes ligações com essa precarização que vem ocorrendo desde a perda de direitos trabalhistas articulados naquele ano.

Considerações finais

É fundamental que haja uma revisão das políticas de contratação e formação dos profissionais que atuam na saúde mental

do município de Macaé, uma vez que a falta de capacitação específica pode comprometer a qualidade do atendimento prestado.

A educação continuada deve ser uma prioridade, promovendo a atualização e o aprimoramento das habilidades dos profissionais, o que, por sua vez, beneficiará os usuários e suas famílias.

O relato da minha experiência no Caps III – Betinho visa demonstrar a necessidade de se melhorar as condições de trabalho e a valorização dos profissionais da saúde.

A integração e a coesão da equipe multiprofissional são essenciais não só para enfrentar os desafios cotidianos, mas também para oferecer um atendimento de qualidade aos usuários.

Por isso, ao acontecer uma revisão das políticas de contratação e um apoio adequado para a equipe, é possível promover um ambiente que favoreça a colaboração, o aprendizado contínuo e o bem-estar de todos os envolvidos, incluindo os pacientes.

Um ponto positivo, que foi possível visualizar a partir da observação participante, foi as parcerias com instituições de ensino e pesquisa. Assim, novas perspectivas e abordagens que podem ser benéficas tanto para os trabalhadores quanto para os usuários são trazidas, os alunos que fazem os estágios aproveitam bastante dessa troca, e nós, funcionários, aprendemos junto com eles.

A luta pelo fim da estigmatização dentro do cuidado em saúde mental e pela valorização dos profissionais que atuam nessa área deve ser uma prioridade nas políticas públicas.

A construção de um sistema de saúde mental que seja verdadeiramente inclusivo e que respeite os direitos dos usuários requer o comprometimento de todos os envolvidos, desde gestores até a comunidade.

A transformação do Caps III – Betinho em um espaço de referência para o cuidado em saúde mental depende, portanto, de um esforço conjunto que valorize a formação, a humanização e a interdisciplinaridade no atendimento.

Por fim, esse trabalho não apenas contribui para a reflexão sobre a prática da enfermagem no Caps, mas também indica a necessidade de um compromisso coletivo em prol da

saúde mental, visando sempre a humanização e a dignidade no atendimento aos usuários.

A luta pela valorização dos profissionais de saúde e pela melhoria das condições de trabalho deve ser uma constante, refletindo o compromisso com a qualidade da assistência prestada.

Referências

AZEVEDO, Sabrina Proença. **A participação das famílias na assistência aos portadores de transtornos mentais**: uma experiência no CAPS Betinho em Macaé. 2009. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BRASIL. Portaria n. 336, de 19 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de *et al.* Brazilian labor reform and implications for nursing work: a case study. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 55, e20210230, 2021.

GOMES, Helena Ferraz *et al.* Precarização do trabalho de enfermagem e repercussões na saúde dos trabalhadores brasileiros: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Rio de Janeiro, v. 77, n. 15, 8 abr. 2016.

JUNS, Angélica Garcia; LANCMAN, Selma. O trabalho interdisciplinar no CAPS e a especificidade do trabalho do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 27-35, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/4fp1M97>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

RIBEIRO, Antônio César; SOUZA, Jackeline F. de; SILVA, Juliana L. da. A precarização do trabalho no SUS na perspectiva da enfermagem hospitalar. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 19, n. 3, p. 569-575, 2014.

SANTOS, Gilmar. Estudo mostra cursos com diploma que têm mais desempregados: confira o ranking. **InfoMoney**, 23 set. 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4mgOD4H>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SZNELWAR, Laerte *et al.* Análise ergonômica do trabalho: ação ergonômica. In: LANCMAN, Selma (org.). **Políticas públicas e processos de trabalho em saúde mental**. Brasília: Paralelo 15, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/4hvjuZS>. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Gizelda Monteiro da; SEIFFERT, Otília Maria L. B. Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 62, n. 3, p. 362-366, maio 2009.

SOUSA, Hélio Erikson F. de. A Reforma Psiquiátrica e a criação dos Centros de Atenção Psicossocial Brasileiros: um rápido mergulho através história. **Ideias e Inovação – Lato Sensu**, Aracaju, v. 5, n. 3, p. 45, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/40XJWE>. Acesso em: 15 nov. 2024.

VASCONCELLOS, Vinicius Carvalho de. Trabalho em equipe na saúde mental: o desafio interdisciplinar em um CAPS. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3H4IAkx>. Acesso em: 1 nov. 2024.

CAPÍTULO 3.

DROGAS, ESTIGMAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE: SISTEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS E POTÊNCIAS EM UM CAPS-AD

*Tamires Souza Diz
Cauê Almeida Galvão*

Introdução

No passado, durante a Idade Média, por exemplo, o acesso às drogas era restrito, muitas vezes reservado à nobreza, e o uso estava frequentemente ligado a contextos específicos, como práticas religiosas. Assim, acompanhando as transformações sociais, a forma que são vistas as pessoas que consomem substâncias se modificou. É importante que tenhamos em mente que isso não ocorre de forma isolada ou desconectada de interesses, inclusive políticos.

Embora não nos aprofundaremos na influência dos Estados Unidos e do cristianismo na propagação da Guerra às Drogas, é importante ressaltar que essa abordagem reforçou a criminalização de minorias sociais. Conforme discutido por Galvão (2019), isso não ocorre de forma desconectada dos interesses dominantes. No Brasil, país marcado pelo racismo estrutural, não é diferente. O início da criminalização dos sujeitos que faziam o uso dessas substâncias e como a questão é tratada demonstra isso.

Todavia, essa não é a única forma que essa perspectiva, denominada proibicionismo, propagou como forma de lidar com a questão das drogas. Tinha, e ainda tem, como alternativa, a medicalização, ou seja, a oferta de tratamento às pessoas denominadas “usuários”.

Nessa perspectiva, o tratamento proposto é baseado em internações e a abstinência é oferecida como proposta única. Desconsidera-se, dessa forma, os aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem a temática e consideram a droga na centralidade da questão como sinônimo de problemas. Olmo (1990) elucida que o indivíduo ora é apresentado como criminoso, ora como doente, sempre dependendo de quem são os sujeitos na sociedade. Mas, em ambos os casos, a lógica da culpabilização do indivíduo se faz presente.

Essas internações, em geral impostas por terceiros, serviam e servem para tirar da cena social os que são considerados “fora do padrão”. Esse elemento constitui-se por si só uma forma de violência, incluindo aí as diversas denúncias e relatos de abusos.

Ainda que a lógica da abstinência e das internações compulsórias estejam presentes na realidade do serviço público de saúde, a partir da luta dos movimentos sociais, identificamos mudanças importantes na forma como a questão passou a ser visualizada e abordada.

Um exemplo recente que podemos citar aqui é a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 151/2024,³ que

dispõe sobre o não reconhecimento das comunidades terapêuticas e entidades de cuidado, prevenção, apoio, mútua ajuda, atendimento psicossocial e ressocialização de dependentes do álcool e outras drogas e seus familiares como entidades e organizações de assistência social e sua não vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2024).

O surgimento do Caps-AD, decorrente da Reforma Psiquiátrica, é um marco ainda mais antigo neste aspecto da saúde mental. Os dispositivos irão propor novas formas de cuidado guiados principalmente pelo respeito aos direitos humanos.

3. A resolução pode ser acessada em: <http://bit.ly/4lnGIXB>. Acesso em: 27 out. 2024.

Entendemos que a temática e a forma como é encarada seguem em disputa, na perspectiva que esse cuidado é ofertado às pessoas em sofrimento decorrente do uso não saudável de drogas. Por isso, é importante ressaltarmos que embora consideremos que os usos podem acarretar questões de saúde, não são um fim único, como se propaga o discurso médico dominante.

Nesse contexto, consideramos imprescindível uma reflexão profunda sobre as múltiplas complexidades que envolvem essa temática. Fundamentamos nossa abordagem nas perspectivas da Educação para as Drogas, conforme Silva e Coelho (2022) e Galvão, Figueredo e Santos (2024), e da Redução de Danos, como discute Acselrad (2005). Com base nesses autores, as discussões sobre as drogas não são feitas de forma isolada ou focada na centralidade da droga, mas considerando os diversos aspectos sociais, culturais, econômicos e individuais que envolvem os usos de substâncias lícitas e ilícitas.

Dessa forma, essas perspectivas reconhecem a complexidade da questão, a necessidade de que seja discutida de forma ampla, valorizando a participação dos sujeitos envolvidos e diretamente afetados pelas políticas de drogas, buscam promover o acesso a informações que contribuam nas escolhas dos indivíduos e que esses tenham voz ativa na tomada de decisão sobre suas vidas por meio de uma educação para autonomia, conforme nos assevera Gilberta Acselrad (2005).

Com base nisso, essa pesquisa foi desenvolvida no Caps-AD localizado na cidade de Valença/RJ. Este dispositivo do Sistema Único de Saúde (SUS) para a Saúde Mental, de caráter aberto e comunitário, conta com uma equipe multiprofissional e faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) prestando assistência a pessoas em sofrimento decorrente do uso e/ou abuso de drogas.

Nesse contexto histórico, social e político, a escolha pelo Caps-AD não ocorre de forma aleatória, mas, sim, levando em conta sua representatividade enquanto espaço de disputas e resistências.

Perpassa também pela minha experiência como assistente social há seis anos nesse dispositivo, da busca em aprofundar

o conhecimento teórico a fim de fundamentar a prática, do contato cotidiano com os usuários, das dificuldades e realizações desta caminhada.

Surgem inquietações, interesses e questionamentos que me impulsionam a reflexões críticas sobre o exercício profissional: o que, enquanto profissionais, poderíamos/podemos fazer para estimular a participação ativa dos pacientes? Somado a isso, há o desejo de potencializar a valorização dos saberes e experiências desses sujeitos, o interesse em promover discussões críticas e contextualizadas sobre a questão das drogas e a construção coletiva de alternativas de resistência.

Assim, para oferta de apoio, promoção de saúde e a busca por caminhos capazes de mudar esse cenário reducionista, entendemos que é fundamental uma postura crítica e livre de falsos moralismos que permeiam o debate sobre as drogas e tudo que está envolto nesta temática.

Nesse sentido, as reflexões deste trabalho estão ancoradas nas contribuições de Paulo Freire (1967). Uma vez que o autor, grande referência na área da educação popular, propõe uma educação dialógica e participativa como alternativa à passividade. Valorizando o conhecimento dos sujeitos, promove-se a consciência crítica e o empoderamento.

Uma pedagogia que estrutura seu círculo de cultura como lugar de uma prática livre e crítica não pode ser vista como uma idealização a mais da liberdade. As dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos. E assim a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se (Freire, 1967, p. 8).

Diferente da educação tradicional, identificada também como bancária, onde os educandos são apenas receptores de uma mensagem distante de sua realidade, a educação popu-

lar de Freire é essencialmente problematizadora, pois busca os envolvidos se perceberem criticamente, “como estão sendo no mundo com e em que se acham” (Freire, 1987, p. 46).

Alinhado a essa perspectiva, Cruz *et al.* (2024) pontuam que essa abordagem pedagógica, aplicada ao contexto da saúde, é compreendida como um processo de ensino e aprendizagem que estimulará os sujeitos a pensarem sobre a saúde, na sua realidade e na sua vida, não a decorarem o que se considera apropriado.

Nessa direção, Acserald (2013) complementa a perspectiva que adotamos, ao destacar a educação para a autonomia como garantia de direitos e a importância de discussões amplas sobre a questão das drogas. Entre seus apontamentos, conectados aos ideais freireanos, ressaltamos a valorização do pensar, das experiências e a relação dialógica entre educador e educando.

Assim, as contribuições de Freire (1987), Acserald (2005) e Cruz *et al.* (2024) nos orientam a seguir práticas educativas que fomentem a autonomia e a participação ativa, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo, no qual as vozes e experiências dos usuários são valorizadas.

Este capítulo, desenvolvido como trabalho final do curso de Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas, promovido pelo Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cepuerj), em 2024, tem como objetivo refletir sobre as complexidades que envolvem as drogas, com base na experiência sistematizada no Caps-AD.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, consideramos importante sinalizar que, utilizando o horário das atividades coletivas que ocorrem no Caps-AD, me reuni previamente com os usuários da unidade em duas manhãs, em horários semelhantes (das 9h30 às 10h45). O objetivo foi apresentar a proposta, mapear os assuntos que teriam interesse em dialogar e proporcionar a aproximação com a dinâmica que seria estabelecida nas atividades.

Optamos pela roda de conversa, com duração de 1 hora e 15 minutos, pois acreditamos que essa ferramenta se alinha com o que buscamos. O desenvolvimento do diálogo democrático que, potencializando a participação ativa, possibilitará o compartilhamento das experiências e reflexões que contribuem na ampliação do debate.

Inicialmente, nossa proposta era a utilização do nome verdadeiro dos participantes, a fim de, valorizando as vozes dos sujeitos, reafirmar a construção coletiva deste trabalho e potencializar a desconstrução dos estigmas vivenciados por essas pessoas. A ideia era ir além de pesquisador-público-alvo, com todos trabalhando ativamente na construção de novos saberes. Entretanto, devido a questões de protocolo acadêmico, optamos pela utilização de siglas que representam as iniciais do primeiro nome e um sobrenome.

Dessa forma, com catorze participantes, no dia 11 de setembro de 2024, foi apresentado a proposta das atividades que, sendo aprovada (e se necessário, reformuladas coletivamente), ocorreriam no mês de outubro. Esclareço que estas fariam parte do trabalho de pesquisa para conclusão do curso e, estando os presentes de acordo, partimos para o levantamento dos assuntos de interesse.

As temáticas variaram entre moradia, situação de rua, motivos para o uso, diferentes experiências nos usos, proibição, uso terapêutico e liberação das drogas, relações sociais a partir dos usos, violência policial, educação envolvendo a temática, barreiras no acesso a serviços. Em relação aos dias e horários das atividades, a sugestão foi que mantivéssemos no período matinal e por isso fechamos em duas terças-feiras e duas quartas-feiras.

No segundo encontro, realizado no dia 18 de setembro de 2024, com onze usuários presentes, dialogamos sobre a educação popular e a sistematização de experiências. Sendo uma temática nova para todos, iniciamos a discussão em grupo único e posteriormente nos dividimos em dois. Em um, intensificamos o debate sobre a sistematização de experiências, estando como mediadora para registrar e estimular as reflexões, e no outro,

contamos com a participação da enfermeira do dispositivo como mediadora para guiar as reflexões sobre a educação popular.

Após o debate em grupos separados, nos reunimos novamente para as últimas reflexões e a construção do cartaz contendo o que foi trazido pelos usuários sobre o que entendiam por sistematização de experiências e educação popular. Ao final, compartilho as datas dos próximos encontros e as temáticas pensadas a partir do primeiro encontro.

Conforme sinalizamos, os participantes são usuários cadastrados no Caps-AD e optaram, por vontade própria, fazer parte das atividades. Estes foram consultados no início de todos os encontros sobre o interesse em participar, principalmente por utilizarmos as gravações em áudio. Assim, em comum acordo e revisto a cada atividade, a gravação em áudio fora utilizada para posterior recuperação do processo vivido, necessária para reflexão crítica e elaboração do trabalho escrito.

Sendo a mediadora desses encontros, busquei planejá-los previamente, sem rigidez na estrutura, mas que possibilitassem contribuir na fluidez dos diálogos. Por isso, sempre havia um roteiro previamente pensado, incluindo perguntas disparadoras do debate.

Com os temas estabelecidos, a partir da sugestão anterior dos atendidos no Caps-AD, a metodologia utilizada foi a sistematização de experiências, que pode ser entendida como:

Interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (Holliday, 2006, p. 24).

Compreendemos que essa proposta dialoga diretamente com a educação popular, nosso referencial teórico de forma geral, e com o que nos propomos a desenvolver nesses encontros, servindo como uma ferramenta essencial para a análise das discussões, promovendo um espaço de aprendizado e transformação.

Além disso, identificamos que a conexão entre educação popular e sistematização de experiências contribui para com um Caps-AD coletivo, construído e articulado em conjunto entre os trabalhadores e os usuários do serviço na busca de melhores processos de trabalho e aprendizagem.

Resultados e discussão

Sistematização comentada

1ª roda de conversa

Na primeira atividade, realizada no dia 8 de outubro de 2024, com dezessete participantes, tivemos como tema “Desigualdade social, relações sociais e uso de drogas”. Nessa ocasião, optou-se pela utilização de parte do vídeo produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, denominado “Crack, repensar”,⁴ pois entendeu-se que o mesmo traz reflexões sobre a questão das drogas relacionadas à desigualdade social e às relações sociais.

Isso aconteceu em uma sala do Caps-AD, para a utilização do equipamento audiovisual necessário. Devido ao número grande de pessoas e o espaço físico pequeno disponível, não foi possível formar uma roda, a transmissão do vídeo não funcionou conforme o esperado, as perguntas deixaram a atividade pouco fluida, sendo necessário pensar em dinâmicas mais interativas. Mesmo assim, há reflexões importantes de serem pontuadas.

No início do diálogo, A.O.⁵ aponta que o “viciado é malvisto na sociedade, que as pessoas, sem saber o que se passa, veem você como um traficante, um usuário compulsivo”. Nessa perspectiva, L.M. afirma que a sociedade julga, os apontando como

4. O documentário encontra-se disponível em: <http://bit.ly/3Hs8caW>. Acesso em: 27 out. 2024.

5. A partir desse momento, todos os autores referenciados são participantes das rodas de conversas.

marginais e J.S. complementa que este estigma que fica, mesmo se está abstinência, dificulta o acesso ao mercado de trabalho.

Não podemos deixar de sinalizar o apontamento de J.K. sobre sua descrença na humanidade e no fato de, por vezes, se sentir mais à vontade com as substâncias do que no meio de pessoas. Essa desconexão social se reflete também nas experiências de outros participantes. Por exemplo, A.O. expressa um sentimento de inferioridade ao comparar o carinho recebido pelos irmãos com o que ele vivenciou, relacionando isso ao uso de álcool e não à falta de afeto familiar.

Em contraste, J.S. atribui seu distanciamento familiar diretamente ao alcoolismo, enquanto M.C. menciona que, mesmo buscando tratamento no Caps-AD, ainda enfrenta julgamentos de parentes.

Outro ponto relevante compartilhado por J.S. e A.F. são as razões associadas ao uso. J.S., que se considera uma pessoa tímida, o consumo acontecia como forma de se soltar, por exemplo, na busca por oportunidades de emprego. A.F. diz que se sentia solitário, assim, o uso ajudava a lidar com isso. Por fim, A.P. pontua sobre a influência na busca por se encaixar em determinado grupo.

A partir desse diálogo, identificamos que as relações sociais e como os sujeitos se percebem nelas impactam de forma significativa na questão do uso de drogas. Essas reflexões reforçam a importância de abordar o consumo de substâncias por uma perspectiva que considere tanto os aspectos emocionais quanto sociais, promovendo o fortalecimento da autoestima e a valorização dos sujeitos.

Além disso, é fundamental buscar maneiras de transformar o olhar moralizador e punitivo da sociedade, promovendo autonomia e criando condições para que os usuários possam redefinir suas trajetórias de forma digna. Nesse contexto, a desigualdade social surge como um tema central, relacionado com as questões de classe e exclusão.

Embora um participante inicialmente negue a existência dessa desigualdade, o diálogo revela os impactos significativos

que ela acarreta. Ressaltam que o poder aquisitivo influencia diretamente o acesso a serviços de saúde, oportunidades de emprego e privilégios sociais.

Complementando essa discussão, A.P. e C.S. introduzem o tema da desvalorização do trabalhador por parte dos empregadores. J.S. expressa seu sentimento de inutilidade diante das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, especialmente por causa da idade e limitações físicas. E conclui que essa desvalorização e a falta de oportunidade contribuem para que a pessoa siga nos mesmos ciclos e círculos sociais.

Apesar de identificarmos que se faz presente na vida de parte deles, o subemprego, trabalhos sem a garantia de direitos e com baixa remuneração, a unidade ainda não dispõe de dados consolidados sobre esse aspecto. Todavia, consideramos pertinente que a lacuna seja preenchida no futuro, de modo a possibilitar análises mais aprofundadas e subsidiar a elaboração de políticas públicas específicas.

C.S. aponta que há a desvalorização pelo fato de a pessoa beber, que querem pagar menos. Para J.S. e C.S., uma alternativa de enfrentamento à desigualdade social seria, por exemplo, a geração de oportunidades de trabalho para pessoas que estão em tratamento, com os direitos garantidos.

Apesar de acreditarem que o desenvolvimento de uma relação não saudável com as drogas “vai da cabeça da pessoa”, como algo individual, sinalizam que quem vive situações de desigualdade está mais vulnerável. Ou seja, propenso a desenvolver uma relação não saudável com o uso e a enfrentar questões devido a isso, por exemplo, ser pego com substância – já que o rico não vai a boca, só manda buscar.

Diante disso, identificamos ser necessário criar propostas de atividades educativas críticas capazes de gerar reflexões sobre os impactos do modo de produção, que favoreçam a conscientização sobre como as estruturas sociais influenciam suas vidas cotidianas e possibilitem ampliar a discussão para algo em nível macro.

2ª roda de conversa

A partir do fluxo observado no primeiro encontro, inclusive uma motivação sinalizada por um dos participantes – a escolha do local fechado –, nesta ocasião, também dentro do espaço do Caps-AD, realizamos a segunda atividade ao ar livre, de fato em formato de roda e com o tema “Estigmas e preconceitos”.

Realizada no dia 9 de outubro, com doze participantes, após a recuperação de informações pertinentes, iniciamos refletindo sobre as motivações/objetivos que nos levam a participar da conversa a fim de que pudéssemos, a partir das razões individuais, tomar consciência do que estamos fazendo e o que podemos fazer neste lugar.

Apesar de nem todos falarem, este foi um momento importante, alguns verbalizaram estar “para aprender”, “fazer amizade”, “descansar a mente”, “espairecer e falar” ou “descansar a beleza”, contribuindo para estabelecermos um ambiente de troca mais leve e menos rígida. Assim, definimos que estamos neste lugar para compartilhar aquilo que cada um sabe e aprender com os outros.

A partir disso, abrimos a discussão. O que é preconceito? O que é estigma? A.P., ao enfatizar o prefixo “pré”, explica que preconceito é julgar antes de conhecer. Essa ideia ressoa com J.K., que aponta o preconceito que muitos sentem em relação a si mesmos, algo que J.P. complementa ao trazer a necessidade de se tratar bem para tratar os outros com respeito.

A.P., D.O., R.L. e M.C. refletem que o preconceito é falta de aceitação de como o outro é, o julgamento, a exclusão social. J.K. questiona: “por que a pessoa não chega na outra e não conversa cinco minutos? Para entender, para saber o que está acontecendo. Mas preferem dar seu parecer, julgar. Sem saber o que está acontecendo”.

A partir dessa fala, alguns compartilharam situações onde sofreram preconceito e pontuam que isso é algo recorrente. A.F. conta sobre uma cena ocorrida dentro da igreja – devido a uma questão de saúde, acabou cochilando no local, o responsável

pediu que o tirassem da instituição, alegando que estava alcoolizado (realidade: estava há meses sem o uso).

Essas experiências geraram apoio entre os participantes, refletindo como o preconceito não se limita ao uso de drogas. C.R. afirma: “o que aconteceu não é por ele... é a sociedade que joga ele... que não aceita a pessoa”.

Ao entrarem nessa questão dos preconceitos da sociedade, refletem D.O., J.K. e J.P. que isso é algo próximo deles, pois outras pessoas fazem o uso dentro de “cúpulas” – em círculos sociais fechados, sem aquele que explana – enquanto eles saem do “cercadinho”, fazem um “esparrame”, como diz D.O. Em outros momentos, também surgem falas que marcam a interiorização desses estigmas.

Essas reflexões nos levam a considerar como a perspectiva proibicionista e a representação midiática influenciam a percepção sobre as pessoas que fazem uso de drogas, contribuindo para a exclusão, além de contribuir também na forma como eles se percebem, por isso, é imprescindível que possamos buscar estratégias que, valorizando a voz e a experiência desses sujeitos, sejamos capazes de contribuir na desconstrução desses rótulos.

Outra questão que emerge neste diálogo é como são vistos aqueles que fazem uso de drogas lícitas em comparação aos usuários das ilícitas. A.F. inclusive pontua que, em uma de suas internações percebeu, que as pessoas que estavam ali devido ao uso de bebida alcoólica eram os mais resistentes a se enturmar com os outros.

Nesse momento, estímulo os participantes a refletirem sobre os impactos das frases já escutadas e deixo aberto, para aqueles que desejarem, falar sobre o que já ouviram. Registro, através de anotações, as frases e palavras verbalizadas pelos usuários. Entre elas, estão: “falta de vergonha na cara”, “você é doida”, “pinguça”, “ovelha negra da família”, “você não tem mais jeito”, “bastardo”.

J.S., J.P., C.R. e R.L. afirmam que isso gera um choque e ecoa na mente. São palavras ditas não só pela sociedade, mas pela própria família e isso, de acordo com os mesmos, é o que gera maior

tristeza. Mas acreditam que as frases escutadas podem repercutir mais se a pessoa não estiver mentalmente bem. Isso aponta para a importância de espaços que acolham e ofertam cuidado.

D.O., D.J. e A.F. sinalizam sobre a importância de estar com o psicológico forte, focado no que quer, não acreditar no que os outros falam, que, às vezes, quando escutam certas coisas, “utilizam” de forma que dê força para melhorar e poder dar a volta por cima.

Acreditamos que esse exercício de reflexão crítica contribui para com questionamentos em relação as estruturas sociais e falsos moralismos que perpetuam os estigmas e preconceitos. Além disso, no espaço da saúde mental, reforçamos a relevância da luta na construção de espaços de resistência e a importância de pensarmos os diversos atravessamentos quando falamos sobre a questão das drogas.

Para finalizarmos, complementamos o mural – que continha as frases/palavras escutadas – agora com as falas que gostariam de ouvir ou que fariam uns para os outros. Entre elas estão: “apesar dos pesares, eu sempre estarei aqui”; “tenho fé na vitória e na felicidade que o futuro nos reserva”; “apesar de tudo, eu te amo”; “pode contar comigo”.

Chama-nos atenção o fato dessas frases surgirem timidamente e verbalizadas com menor variação do que o primeiro momento. Este fato nos faz refletir sobre a necessidade de alternativas mais humanizadas, inclusivas no cuidado às pessoas que fazem uso de drogas e pautadas na perspectiva da Redução de Danos. Caminhos que impulsionem a (re)construção de vínculos, o autocuidado e a criação de redes de apoio.

A partir da construção deste lado do mural, espontaneamente foram ditas as frases diretamente de um para o outro, refletindo como é importante que cada um seja respeitado independente da sua escolha. Esse momento, com a exposição de frases visualmente simples, reforça o apoio mútuo como elemento importante para a convivência e superação de desafios.

Acreditamos que, para além do campo da saúde mental, a atividade proposta nos convoca a refletir sobre a construção de

políticas e práticas que combatam os estigmas e rompam com falsos moralismos, valorizando, acima de tudo, a dignidade humana. E estamos de acordo com R.L. quando sintetiza essa experiência ao afirmar que “todos têm seu valor”.

3ª roda de conversa

Por conta de discussão após a roda de conversa anterior, no qual usuários específicos debateram sobre não serem motivados, na unidade, a buscar pelo Alcoólicos Anônimos, e reproduziram falas reducionistas sobre serem doentes, o tema pensado inicialmente, “Política de drogas e violência”, foi substituído por “Quem sou eu na vida e no mundo?”.

É importante ressaltar que as falas acima se fazem presentes com certa frequência no centro, seja por usuários ou familiares, e compreendemos que fazem parte da reprodução do falso moralismo que centraliza a droga desconsiderando o contexto em que esses usos ocorrem e veem como solução única a abstinência.

Por isso, essa troca não ocorre descontextualizada das questões observadas no cotidiano do exercício profissional. Assim, neste encontro, realizado no 15 de outubro, com dezessete participantes, iniciamos pontuando novamente sobre a troca da temática. Depois, seguimos com apresentações simples – nome e em uma palavra como estavam se sentindo –, a fim de estimular um ambiente de compartilhamento e respeito.

Todos os presentes participaram de forma ativa, alguns atrelaram nessa apresentação o fato de estarem sem o uso de drogas e/ou o fato de estarem buscando formas de ficar melhor. Isso nos levou a reflexão sobre como os participantes se descrevem e se percebem no presente.

J.K. se apresentou de forma autêntica, definindo-se como um sofredor, mas que, apesar das dificuldades, considera-se um vencedor. Mencionou ainda sua tristeza pela perda recente de um colega do Caps-AD, o que adicionou um tom reflexivo à discussão.

Assim como ele, J.S. também expressou suas lutas por autonomia, ressaltando a falta de renda e oportunidades. Ao passo que J.S. relatou seus desafios, M.F. trouxe uma perspectiva diferente, destacando sua satisfação e sentimento de privilégio ao conseguir criar os filhos e desenvolver uma carreira na educação.

A.F. menciona sua mudança positiva, que hoje se joga para cima e se vê como um pai e amigo melhor. L.M. complementa essa ideia de autodescoberta ao se ver como um artista, inclusive divulgando seu canal no YouTube. E, por fim, C.S. acrescenta a esse processo de mudança, notando que, hoje, ele se percebe como alguém mais atento e disposto a levar a vida com seriedade.

Com essas autodefinições, sugeri que refletissem sobre as experiências que contribuíram para quem são hoje. As lembranças trouxeram à tona histórias de vida marcantes. A.F., por exemplo, mencionou a rigidez do pai e o carinho dos avós, cuja sabedoria o influencia até hoje.

J.S. acrescentou que recentemente tem refletido sobre a relação com seu pai, que buscou lhe proporcionar uma boa vida, todavia sente que faltou diálogo. J.K., com uma experiência diferente, relatou situações de violência na infância, lembrando que, ao ir morar no Rio de Janeiro, vivenciou rejeição e acolhimento.

Da mesma forma, L.M. lembrou sua infância e que, ao ser criado em mais de dez casas diferentes, devido à dificuldade dos pais, isso contribui para hoje ser alguém descolado. Todavia, verbaliza sobre a falta que sentia dos responsáveis e que isso também pode ter reflexos atualmente.

D.J. diz que é o Jin (apelido alterado preservando o anonimato), mas reflete que é complicado falar quem é. Como posso falar? C.F. interrompe dizendo: “O importante é o respeito, independente de quem é a pessoa, idade ou sexo, mas que tenha respeito pelo outro”.

Acreditamos que o autoconhecimento é um processo contínuo, que se constrói não apenas através de autorreflexão, mas também das experiências e dos olhares externos que recebemos. A fala de C.F. nos leva a pensar sobre como o respeito (ou a falta

dele) marca profundamente a percepção que cada um tem de si e torna ainda mais desafiadora a tarefa de autodefinição.

Na continuidade da atividade, dialogamos sobre como identificam serem percebidos e como desejam ser vistos. Esse momento motivou alguns a exporem o descontentamento pelo descrédito, julgamentos devido ao uso e como costumam ver mais seus defeitos do que as qualidades. Outros identificam que hoje, sem o uso de drogas, são percebidos de forma diferente.

D.J. aponta que a maneira como são vistos depende de quem olha e do que essa pessoa acredita, lembrando a todos que, no final, cada um conhece a própria verdade. Em sintonia com isso, M.M., C.S. e J.K. expressam o desejo de serem considerados com mais respeito, como pessoas trabalhadoras e responsáveis, cujas histórias vão além dos rótulos.

Caminhando para o final, proponho a construção individual da linha do tempo, na qual pontuariam três momentos importantes que contribuíram para que se tornassem quem são. Identifico que houve uma pequena dispersão nessa dinâmica, talvez por reflexo da chegada de outras pessoas ou de perceberem que estávamos caminhando para o final, todavia, essa construção da linha do tempo revelou sonhos e metas que desejam alcançar com pessoas próximas.

Refletir sobre a dispersão nos conduz a importância de ajustar práticas para potencializar o envolvimento do grupo. A alternativa de propor uma linha do tempo coletiva, por exemplo, com marcos e relatos compartilhados em um espaço visível, poderia reforçar a conexão entre os participantes e fomentar o diálogo em torno das trajetórias apresentadas.

Embora o uso de drogas ainda se relacione de forma significativa a autoimagem dos participantes, as perguntas disparadoras criaram um espaço para que aspectos mais profundos de suas identidades emergissem, permitindo a valorização de histórias, sonhos e potencialidades que ultrapassam os estigmas sociais. Isso reafirma a importância de processos educativos que reconheçam a singularidade de cada indivíduo e fortaleçam a

construção coletiva de novos caminhos, além de práticas e políticas que enfrentem a exclusão social.

Sistematização final

No último encontro, realizado no dia 16 de outubro, seguimos em forma de roda de conversa, orientados pelo quadro organizado para visualizar os principais tópicos abordados e consolidar as experiências. Entre os onze usuários presentes, apenas um não havia participado de nenhum encontro anterior e, mesmo assim, escolheu permanecer.

Enquanto facilitadora, inicio a atividade questionando o grupo sobre a importância de organizar e refletir sobre as experiências vividas nas rodas de conversa. J.S. e E.B. sintetizam que esse processo de formalização dos encontros, importante para autocohecimento, possibilita extrair aprendizados do que vivenciaram.

Focamos em três aspectos nessa sistematização: os momentos mais significativos, as dificuldades e o que foi aprendido, o que gerou a retomada dos temas, mas também revelou novas reflexões sobre o estigma e preconceito que permeiam o cotidiano dos usuários do Caps-AD, destacando-se como a temática mais significativa para a maioria.

Para A.F., são situações que vivenciam, mas, ao mesmo tempo, não têm informação sobre. Foi complementado por A.P., sobre como os julgamentos sociais diferem entre indivíduos que buscam suporte no Caps-AD e em espaços particulares.

Isso ocasionou a pontuação sobre o duplo estigma, entre a loucura e a criminalização. Além disso, gerou questões específicas com um participante, pois sua chegada à unidade não ocorreu de forma voluntária. E apesar de não nos aprofundarmos nesse momento, consideramos relevante sinalizá-lo, uma vez que se relaciona diretamente na maneira como a questão das drogas é tratada.

Aqui houve certa dispersão, entretanto, isso contribuiu para que aqueles que chegam de forma voluntária compartilhassem sua perspectiva sobre frequentar o dispositivo e sobre

como identificam este espaço. Apesar da centralidade na busca pela abstinência, surgem comentários sobre o centro ser um local para dialogar, onde se sentem acolhidos.

São apontamentos que contribuem para com o reconhecimento e relevância do Caps-AD como um espaço de cuidado, para além das imposições legais, revelando o seu potencial transformador na vida dos sujeitos que o frequentam. Propostas como a desenvolvida neste trabalho reforçam a valorização da unidade enquanto um lugar de autonomia, resistência e trocas, favorecendo o fortalecimento de cidadãos críticos e protagonistas de suas trajetórias.

Dessa forma, ao considerar os relatos e percepções dos participantes, destacamos a necessidade e importância de promover iniciativas que dialoguem com suas vivências, potencializando o Caps-AD como um ambiente que ultrapassa o estigma e reafirma seu papel como lugar de suporte e promoção de saúde.

Antes de adentrarmos nos apontamentos sobre os aprendizados da atividade, sugeri que trouxessem as dificuldades encontradas em relação aos encontros. C.S. e A.P. pontuaram a interferência na fala de um para com o outro, assuntos desconectados com a temática que atrapalham o foco e mudanças de assunto e em relação à compreensão do tema em si.

Essas observações contribuem para que possamos refletir sobre o reflexo dessas questões na participação ativa e a necessidade de outras formas de organizar os encontros em grupo. Uma alternativa seria ampliar a quantidade de encontros com um número mais reduzido de usuários.

Na sequência, caminhando para a finalização, compartilharam seus aprendizados e as reflexões apreendidas. A.F. destacou como a identidade do usuário é muitas vezes reduzida ao uso de drogas, desconsiderando-se o restante da vida e as virtudes de cada um.

Este foi um momento de indagação entre A.F., A.P., J.K., C.S. e J.S., pois tiveram experiências e ciência real da recusa de oportunidades de trabalho devido à questão do uso de drogas. Pontuaram ainda, que o que a pessoa faz com seu dinheiro ou no seu tempo livre não deveria importar, mas sim, se é um bom profissional.

O relato nos faz pensar na normatividade opressora que estrutura boa parte das relações sociais e do próprio mercado de trabalho. Expõe a incoerência da sociedade contemporânea – a atribuição de moralidade às escolhas pessoais como critério para aceitação, mesmo em espaços profissionais que deveriam se pautar pelas competências e habilidades.

J.K. concluiu dizendo que o preconceito vem da neurose da outra pessoa para com aquele que usa drogas. Assim, A.P. pondera que as discussões também possibilitaram refletir sobre a questão do “encaixar-se” na sociedade, de se perceberem, e a necessidade de se ter uma vida social.

Esse último encontro, desafiador e novo para todos os envolvidos, contribuiu para reforçar a importância da perspectiva de cada um e o fortalecimento da coletividade que compõe o Caps-AD e seus atendidos.

Por fim, nossa experiência de sistematização, desde as perspectivas de Holliday (2006), nos possibilitou, ao final, a potencialidade de escutar de J.S. que nossa proposta foi efetivada por reuniões que não se encontram em outros lugares e que, através delas, refletiu sobre sua vida e isso o possibilitou abrir sua mente.

Portanto, as rodas de conversas, a sistematização de experiências pela troca de saberes e a construção coletiva das percepções que o cercam como pacientes do Caps-AD se mostraram como um espaço de transformação, promovendo o fortalecimento da autonomia e da identidade individual nos processos decisórios em relação às drogas, assim como possibilita aos usuários e observarem na realidade desde outras perspectivas possíveis, pois o problema do abuso de drogas na nossa sociedade está relacionado a desigualdade social, que afeta diretamente todos os participantes dessa pesquisa.

Considerações finais

Ao realizar a sistematização de experiências com ênfase nas falas dos participantes, foi possível, conforme nosso objetivo,

ampliar o debate crítico sobre as complexidades da questão das drogas e estimular ações que valorizem as experiências e garantam a participação ativa dos usuários do Caps-AD na sua construção como sujeito coletivo, fortalecendo o protagonismo e compreendendo a importância da defesa dos direitos humanos para consolidar uma sociedade livre de estereótipos prontos que historicamente se construídos no contexto do uso de drogas.

Observamos no desenrolar da pesquisa que, a partir das atividades propostas, colaboramos na reflexão dos usuários sobre os aspectos que envolvem a temática do uso e abuso de droga, levando todos a perceberem, com melhor clareza, para além apenas do uso da droga em si, reconhecendo que essa experiência não é apenas individual, mas também um reflexo das interações sociais, das desigualdades econômicas e dos estigmas que consolidam papéis sociais de sujeitos indesejáveis no seio da sociedade.

Por fim, a fundamentação metodológica na educação popular se mostrou como uma alternativa valiosa em diversos aspectos, inclusive para o envolvimento dos usuários de forma ativa. Além disso, consideramos que a realização da sistematização de experiências pode contribuir na consolidação de práticas mais humanizadas no Caps-AD e no SUS, fortalecendo o compromisso com a valorização dos saberes e vivências dos usuários, fundamentais para uma política de saúde realmente inclusiva e transformadora.

Referências

ACSELRAD, Gilberta. A educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. *In*: ACSELRAD, Gilberta (org.). **Avessos do prazer**: drogas, Aids e direitos humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 183-212.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução CNAS/MDS n. 151, de 23 de abril de 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/47Blz2P>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CRUZ, Pedro José Santos C. *et al.* Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface**, Botucatu, v. 28, e230550, 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVÃO, Cauê Almeida. **Entre o corte da espada e o perfume da rosa**: proibicionismo, culturalismo racial e seletividade jurídico-midiática da guerra às drogas na zona latinoamericana. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

GALVÃO, Cauê Almeida; FIGUEREDO, Carlos Andrés P.; SANTOS, Anderson Alves dos. Biopolítica de guerra às drogas em Abya Yala: um diálogo pedagógico abyalense para uma educação para as drogas. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 1, p. 227-256, 2024.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/4fMzlCx>. Acesso em: 4 nov. 2024.

OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

SILVA, Maria de Lourdes da; COELHO, Francisco J. F. A Educação sobre Drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e42176, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc28202242176>.

CAPÍTULO 4.

CARTILHA SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UMA APOLOGIA AOS ALIMENTOS NATURAIS

*Maria Fernanda Batista Bittencourt Guimarães
Maria de Lourdes da Silva*

Introdução

Nos meus primeiros meses de atuação como professora, me chamou muita atenção como a maioria das crianças rejeitavam, de forma recorrente, alguns alimentos saudáveis oferecidos na merenda durante o horário do almoço e do lanche. Alimentos que saem do prato, antes mesmo de serem experimentados, e vão direto para o lixo.

Sendo uma pesquisadora do campo das drogas, apoiada na Redução de Danos e voltada a uma educação libertadora e em prol da autonomia (Freire, 2019), este tema e esta perturbação, pareceram-me muito importantes de serem investigadas, pesquisadas e trabalhadas em sala de aula, no chão da escola. Através da minha pesquisa, busco entender: como incentivar as crianças a terem maior interesse pelos alimentos saudáveis?

Aqueles que chamarei de não saudáveis (e que não são oferecidos pela escola) – as balas, chicletes, pirulitos, biscoitos, salgadinhos (biscoitos salgados), bebidas açucaradas... – são disputados e desejados entre as crianças, elas fazem questão de mostrar o que foi levado e saber o que o colega levou, inclusive fazem trocas.

O consumo de ultraprocessados e industrializados costuma ser incentivado de diferentes maneiras, através de propagandas, embalagens coloridas e atrativas, uma grande variedade de opções e em alguns produtos o incentivo ocorre, também, através do baixo valor agregado. Além disso, seu alto índice de

açúcar, sal e gordura vão moldando e alterando os paladares jovens, viciando suas percepções de sabor. Esses alimentos viram hábito, entram em suas rotinas, em contrapartida, naturais e saudáveis parecem ser indesejáveis e intrusos.

Em 2022, entrou em vigor a Resolução da Diretoria Colegiada n. 429/2020 e a Instrução Normativa n. 75/2020, que preveem a mudança nas embalagens de produtos que apresentam alta concentração em açúcar, sódio e gordura saturada. Mesmo com essas mudanças, esses alimentos são os mais desejados e consumidos pelas crianças, comprados pelos responsáveis ou adquiridos por eles mesmos, sozinhos, em vendinhas e comércios. Ainda que o consumo seja alto, a resolução é muito importante, pois alerta sobre o que está sendo produzido, o que estamos comprando e consumindo. É uma forma de reduzir os danos, de tornar o consumidor mais consciente e ativo nesse processo.

Apesar da forte problemática envolvendo os ultraprocessados, não procuro em minha pesquisa explorar seu consumo, proibir seu uso ou avançar sobre eles de forma proibicionista, ainda que se mostre importante conversar com as crianças sobre esses produtos, comparando e alertando sobre os danos que podem causar. Procuro fazer uma apologia dos alimentos saudáveis, um ideal de consumo que vise maior equilíbrio entre os alimentos saudáveis e não saudáveis, a autonomia do sujeito e a Redução de Danos para saúde.

Através desta intenção, foi desenvolvido um material pedagógico, uma cartilha, que traz sete alimentos saudáveis e naturais, com algumas informações sobre eles. Neste ponto, em contrapartida às propagandas, às embalagens coloridas, à indústria cultural,⁶ ao alto índice de açúcar, gordura e sódio, o

6. Adorno (1985, p. 57) caracteriza a indústria cultural como a um círculo de manipulação, padronização e repetição em série. Veja mais em: Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 57-79.

professor vira o representante, a figura de autoridade, que fala, incentiva e valida os alimentos naturais.

Para que assim, de forma orgânica, os alunos possam se sentir tentados a experimentar e a aguçarem ainda mais o paladar, pois, muitas vezes, o que não gostam e não comem, nunca foi experimentado, é desconhecido. Busca-se, assim, a experiência das diferenças de sabor, da variedade, consistência e forma de preparo.

A autonomia aqui parte da perspectiva da apologia, do incentivo e da quebra de barreiras, para que essas crianças possam se sentir curiosas a conhecer os alimentos que hoje desprezam.

Justificativa

Os alimentos e as drogas se associam em muitos pontos: prazer, consumo e hábitos, que podem ser positivos ou negativos. Quando falamos sobre drogas, lícitas ou ilícitas, o debate comumente está apoiado na vertente proibicionista ou na redução de danos, a primeira acredita no “extermínio completo das drogas, a criação de um mundo sem drogas e o vício como uma doença mental que descredencia moralmente as pessoas, a abstinência como única forma possível de relação saudável” (Silva, 2019, p. 15).

Já a Redução de Danos está apoiada nos saberes das Ciências Sociais:

A vida social [está] eivada de experiências psicoativas desde tempos imemoriais, experiências que tanto são prazerosas quanto perigosas; as drogas como parte constitutiva do mundo onde todos habitam, às quais devemos conhecer, identificar características e compreender seus lugares e papéis nas sociedades e relações humanas tanto quanto devemos aprender a desenvolver formas responsáveis e sustentáveis de interação e convivência (Silva, 2019, p. 15).

Quando pensamos nos alimentos, entendemos que alguns podem e são entendidos como drogas – os alimentos-drogas –, que possuem efeito psicoativo (Carneiro, 2005), mas estas vertentes podem não ser suficientes para o nosso debate.

A Redução de Danos não está relacionada à apologia, mas sim a redução de danos para saúde. Quando falamos da alimentação saudável, por que não podemos partir de um viés redutor e apologético/apologista? Se os alimentos naturais fazem bem à saúde, e consequentemente diminuem os danos ao corpo, não deveriam ser eles fortemente elogiados, defendidos e incentivados?

Busco entender a relação da alimentação como fonte de prazer e da necessidade de se estabelecer formas eficientes de incentivo ao consumo saudável e natural. Na cultura brasileira, temos uma variedade muito grande de alimentos que fazem parte da história, consumidos a partir de diferentes formas de preparo, de origem indígena, africana e da nossa riqueza em produção agrícola.

Sendo assim, a alimentação natural e saudável precisa e deve ser tema de debate e estudo no campo da pesquisa e na sala de aula, da educação infantil à formação de professores (Santos; Oliveira, 2021). Esses alimentos possuem nutrientes que auxiliam no crescimento das crianças e ainda que ajudam no desenvolvimento físico e cognitivo.

É importante que as crianças sejam incentivadas e mediadas nesse processo. Elas aprendem conforme são ativamente ensinadas e através dos exemplos. O incentivo pode ser uma excelente ferramenta para que criem a autonomia necessária para escolherem comer esses alimentos, para conhecê-los ativamente. Não devemos ignorar a importância de uma educação que seja contrária à bancária (Freire, 2019), ou seja, que somente deposita as informações no sujeito.

Não basta apenas oferecer o alimento, sem que este seja apresentado, divulgado, incentivado. Sem que os benefícios e as potencialidades sejam exploradas e conhecidos. Os não saudáveis são atrativos, presentes e conhecidos. A escola deve agir de forma a fazer isso também, a se mostrar uma

divulgadora, verdadeiramente ativa, dos alimentos saudáveis, naturais e que estão disponíveis ao nosso prato.

Referencial teórico

Minha base teórica parte do debate da alimentação como fonte de prazer, como ato social e que, desde tempos imemoriáveis, é feito em comunidade, no coletivo (Carneiro, 2005). É um momento rico, que remete as nossas necessidades mais básicas. De acordo com Carneiro, sua história está relacionada a diversos aspectos da cultura humana. “Necessidades biológicas, recursos econômicos e sentidos culturais investem os alimentos de significados amplos” (Carneiro, 2005, p. 71), e são justamente esses significados mais amplos que devem ser explorados.

A escola ocupa um lugar primordial na construção dos sujeitos e na forma de explorar os significados e os hábitos que são criados.

Crianças, jovens e adultos que se encontram nas escolas vivem momentos em que os hábitos e as atitudes estão sendo criados e, dependendo da idade ou da abordagem, estão sendo revistos. Neste sentido, o meio escolar constituiu uma excelente oportunidade para incentivar hábitos que incorporem a alimentação saudável e a prática de atividades físicas no cotidiano (Santos; Oliveira, 2021, p. 622).

Uma fonte importante para pensar o debate é o Pense – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (IBGE, 2021), de acordo com ele, “a escola tem papel determinante na construção de identidades alimentares individuais e sociais, bem como na aquisição e manutenção de padrões alimentares saudáveis” (IBGE, 2021).

Os dados do Pense são norteadores para a confirmação da necessidade de pesquisa e investigação. Seus números apontam que cerca de 42,9% dos estudantes da rede pública de ensino, entre 13

e 17 anos, costumam comer na escola mais de três vezes na semana. Enquanto 48,4% informam não comer ou comer raramente.

Quando pensamos em consumo de ultraprocessados, esses valores chegam em 97,3% dos estudantes, da mesma faixa etária, da rede pública e privada. Isso nos mostra o quanto o foco na alimentação saudável e o incentivo ao consumo da merenda escolar se mostra importante para os 42,9% que comem e para os 48,4% que não o fazem, mas que poderiam se beneficiar. E pensar que ambos os grupos compõem os 97,3% que informaram ter comido ultraprocessados no dia anterior à pesquisa, um número alarmante, vai se relacionando a hábitos perpetuados, incentivados pela indústria cultural, que vão sendo naturalizados.

Metodologia

No debate sobre drogas, é comum, aos dois enfoques mencionados, trabalhar as informações sobre drogas de forma muito branda, com conceitos mínimos. Por isso, de forma metodológica, busco pensar em quais elementos educativos devem fazer parte desse debate, visando expandir os conceitos que são sempre trabalhados, buscando incentivar os hábitos saudáveis.

De acordo com Silva (2019), os debates sobre drogas costumam apresentar um Currículo Mínimo Irredutível, que seguem o mesmo roteiro:

- 1 – classificação das drogas segundo critérios precisos: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal-illegal) e ação no sistema nervoso central-SNC (depressoras, estimulantes ou perturbadoras);
- 2 – descrição dos efeitos das drogas no organismo e no SNC;
- 3 – implicações e danos à saúde e à vida social (Silva, 2019, p. 15).

A cartilha desenvolvida, que trabalha com alimentos naturais, explora sua relação com o sistema nervoso e não os possíveis danos, busca não repetir o roteiro do currículo mínimo

e sim se aproximar de elementos mais amplos, assim como os apresentados por Silva e Coelho (2022), trazendo um enfoque na Redução de Danos, menções dos conhecimentos das Ciências Sociais e práticas de uso.

O material educativo desenvolvido pode ser utilizado de forma impressa ou digital. A cartilha foi criada pensando no público de alunos do segundo ano do ensino fundamental, que possuem entre 7 e 10 anos, com imagens e informações sobre os alimentos saudáveis que fazem parte do cardápio escolar.

O interesse na pesquisa, através da experiência como professora, surgiu em uma escola pública, na Baixada Fluminense, zona metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A merenda, desenvolvida por nutricionistas, apresenta uma rica variedade de alimentos e menus, sempre com diferentes formas de preparo. A escolha se deu pensando no que costuma ser oferecido no almoço ou lanche e que muitas vezes não chama a atenção dos alunos, que acabam descartando.

Foram escolhidos sete vegetais (aipim, inhame, quiabo, beterraba, cenoura, alface e tomate). No material é feita uma apresentação, sua planta de origem, os benefícios e algumas formas de preparo, trabalhando com poucos textos e grande foco nas figuras.

As imagens e as informações foram selecionadas através de pesquisas na internet. Abaixo podemos ver um exemplo de alimento e de sua planta de origem, dados apresentados na cartilha. Os outros seguem o mesmo modelo.



Figura 1. Cartilha sobre alimentação saudável – Quiabo

Disponível em: <http://bit.ly/4otapn8>. Acesso em: 30 out. 2025.



Figura 2. Cartilha sobre alimentação saudável – Quiabeiro

Disponível em: <http://bit.ly/45HRvBC>. Acesso em: 30 out. 2025.

Na Figura 3, vemos uma explicação, obtida através de pesquisas feitas em diferentes sites, a redução dos textos e sua formatação está relacionada ao público, que está em fase de alfabetização. Na Figura 4, há uma imagem que remete a uma receita já realizada.

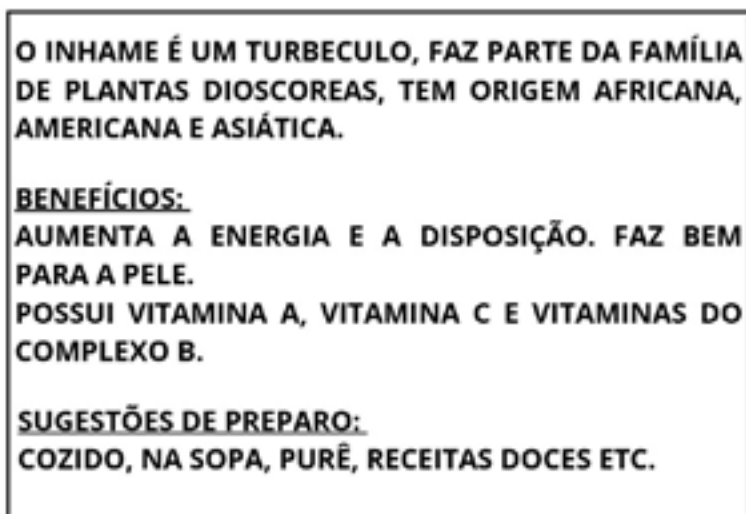


Figura 3. Cartilha sobre alimentação saudável – Inhame

Fonte: Autoria própria.

PURÊ DE INHAME



Figura 4. Cartilha sobre alimentação saudável – Purê de inhame

Disponível em: <http://bit.ly/4lmsVe9>. Acesso em: 30 out. 2025.

A cartilha apresenta, em suas páginas finais, uma parte direcionada aos professores, com sugestão de atividades práticas que podem ser desenvolvidas com os alunos. As sugestões estão relacionadas a algumas ações que podem ser adotadas durante o ano letivo, como receitas que podem ser feitas pelos próprios estudantes em sala de aula e o projeto da horta escolar.

É importante ressaltar que nem todos os alimentos constam nas sugestões de atividades, justamente por não serem uma novidade para as crianças, já que estão sempre disponíveis, podendo ser consumidos e experimentados. A proposta aqui é aguçar seu conhecimento, atenção e interesse para o que é ofertado na merenda escolar.

Entende-se que este tema está relacionado às Ciências Humanas, mas, que além disso, envolve outras áreas do conhecimento. Podemos pensar em alguns exemplos de exercícios, como: os gêneros textuais, explorando os elementos de uma receita ou lista; em Matemática, pode-se trabalhar com conceitos relacionadas as porções, dobro, metade; em Geografia, com a importância das

profissões, da terra, da água e do Sol para a agricultura; em História, explorar a origem do alimento e seu processo de fabricação.

Resultados e discussão

Ao desenvolver a cartilha, foi possível identificar como era difícil se alinhar a todos os aspectos da Redução de Danos apresentados por Silva e Coelho (2022). Isso se dá por conta do público e da brevidade necessária nos textos e que, diferente das drogas, o objetivo não era tratar sobre os malefícios causados pelos alimentos.

Uma outra limitação do material está nos benefícios que são apresentados, apesar da diferença entre os vegetais, muitos apresentavam os mesmos, o que pode tornar a cartilha repetitiva e não representar para o aluno a necessidade de se consumir alimentos variados. Apesar disso, eles possuem diferentes características, e na prática, essas diferenças podem ser mais observáveis, e é interessante explorar esses elementos de forma tátil e gustativa, as texturas, formas, cores, gostos e formas de preparo.

Ao serem contemplados apenas sete alimentos, muitos outros ficaram de fora. As frutas oferecidas na escola, por exemplo, não costumam ser rejeitadas, mas há preferências, alguns alunos gostam de algumas, outros não, mas, no geral, são consumidas e desejadas. O foco nos vegetais escolhidos se deu justamente por serem substanciosos e complementarem de forma significativa as refeições principais.

As potencialidades do material estão no fato de que ele poder conversar com os pequenos e realmente gerar curiosidade, que vai do plantio até o prato. A exposição dialogada é ideal para que eles possam compartilhar suas experiências e identificar, no ato de comer, a chance de conhecer e gostar de coisas novas.

Considerações finais

Como explorado, o debate sobre a alimentação escolar e a saudável permeia diferentes possibilidades. É importante que este tema seja apropriado na formação de professores e na sala de aula, desde as escolas até as universidades. Muitos alunos têm a oportunidade de comer na escola um alimento que ele ainda não consome e o incentivo a isso se mostra necessário.

Aumentar os números de estudantes que comem na escola e diminuir o dos que recusam os alimentos e consomem ultraprocessados se mostra como um grande desafio, mas é algo possível. Conversar com os alunos, ouvi-los e expor os pontos propostos, por exemplo, pode ser o ponto pé para uma mudança.

Plantar a semente, praticar, explorar, conhecer e encantar são importantes para aguçar a curiosidade e o interesse dos alunos nos alimentos saudáveis. Eles aprendem o que vivem, e vivenciar é um ato contínuo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa n. 75, de 8 outubro de 2020**. Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://bit.ly/47hYWAQ>. Acesso em: 9 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria de Colegiado n. 429, de 8 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://bit.ly/4foWF8S>. Acesso em: 9 nov. 2024.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **Revista História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 11-57.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SANTOS, Georgianna S.; OLIVEIRA, Maria F. A. Estratégias de ensino voltadas para educação alimentar: um artigo de revisão. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 31, p. 621-647, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n31p621-647>.

SILVA, Maria de Lourdes da. Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: embates de sentidos na educação. *In*: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpuh-Brasil, jul. 2019.

SILVA, Maria de Lourdes da; COELHO, Francisco José Figueiredo. Argumentos a favor de um instrumento de aferição dual sobre programas e materiais didáticos/paradidáticos em Educação sobre Drogas. *In*: CONGRESSO SCIENTIARUM HISTORIA, 15, 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, nov. 2022, p. 386-398.

CAPÍTULO 5.

EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS: PROPOSTA PEDAGÓGICA FRENTE AO ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS COM ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO

*Ana Talia Fernandes Gregolin Oliveira
Maria de Lourdes da Silva*

Introdução

A Educação sobre Drogas nas escolas frequentemente esbarra em conteúdos proibicionistas e com abordagens que foram chamadas, por Silva (2019), de Currículo Mínimo Irredutível, onde se discorre sobre aspectos meramente descritivos sobre os processos e impactos biológicos do uso de substâncias, como: (1) a classificação das drogas; (2) os efeitos no organismo; (3) os danos causados pelo uso dessas substâncias. Isso reduz a complexidade da questão a mensagens de advertência, por vezes com baixa credibilidade, sem promover um entendimento significativo ou crítico do tema. Essa superficialidade não apenas limita o conhecimento dos estudantes sobre os diversos aspectos relacionados ao uso de drogas, mas também pode levar à formação de estigmas e preconceitos que dificultam discussões saudáveis e que podem levar à reprodução de violências com aqueles que fazem uso de alguma substância, geralmente atravessado por recortes de raça e classe social. Também se perpetua a ideia de que a abstinência é o único caminho possível a ser seguido e que a prevenção com adolescentes deve-se pautar exclusivamente em retardar o uso. Essa prática é necessária

ao passo que a adolescência é marcada pelo desenvolvimento biopsicossocial e que o uso de substâncias tem implicação direta sobre ele (Nadaleti, 2018). Porém, pouco se aborda sobre a convivência e percepção social de forma crítica ou inserida no debate social do uso. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver intervenções que não apenas informem, mas que também busquem a emancipação dos estudantes, proporcionando a eles ferramentas para uma análise crítica sobre o assunto e permitindo a construção do pensamento crítico ao formar opiniões baseadas em análises aprofundadas.

Neste sentido, o objetivo principal deste capítulo se deu na aplicação e análise de uma intervenção baseada em método de diálogo aberto, pautado na abordagem da Redução de Danos, como proposto por Coelho (2019). Com uma turma de 30 estudantes, em uma unidade escolar da rede estadual de Cuiabá, no Mato Grosso, o objetivo mais amplo consistia em uma Educação para as Drogas emancipatória, sem a necessidade de práticas moralistas e/ou proibicionistas.

O atual cenário das unidades escolares do estado foi observado pelo *Relatório de Violência Escolar*, documento produzido semestralmente pelo Núcleo de Mediação Escolar da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, em que se realiza um levantamento sobre os vários tipos de violências escolares, inclusive o uso de álcool e outras drogas dentro das unidades. Em domínio público, no site da Seduc/MT, é uma ferramenta de análise para compreensão do cenário estadual, construindo diagnósticos estratégicos para que ações preventivas e intervenivas sejam desenvolvidas. Sendo cada vez mais reportado, o número de unidades que relataram uso de cigarros brancos/ eletrônicos/ de palha por estudantes, dentro do espaço escolar, teve um aumento significativo (18%), de 2022 para o ano de 2024, como apresenta o gráfico a seguir:

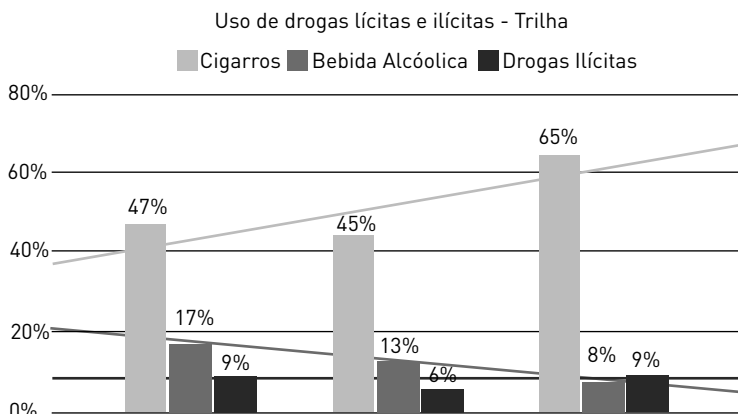


Gráfico 1. Porcentagem de unidades escolares que responderam afirmativamente quando questionadas sobre o uso de cigarros (cigarro eletrônico/tabaco/palheiros/narguilé), uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas dentro da unidade escolar

Fonte: Autoria própria. Gráfico realizado a partir dos dados do *Relatório de Violências no Ambiente Escolar*, Seduc/MT, trilha 2022, 2023 e 2024.

Isso é congruente com o cenário nacional, no qual o uso de cigarros, e mais especificamente o uso de cigarro eletrônico, por adolescentes, é crescente nos últimos anos. Malta *et al.* (2024) aponta que apesar da prevalência do uso de tabaco em adultos estar reduzindo tanto globalmente quanto no Brasil, entre os adolescentes brasileiros, o consumo de cigarros está estável. O que demonstra a necessidade e a importância de sensibilizações e intervenções mais pontuais para este público.

A educação sobre e para drogas na rede estadual conta atualmente com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)⁷ e com os cursos sobre prevenção ofertados pela Sociedade Internacional de Profissionais de Uso de Subs-

7. O Proerd é realizado pela polícia militar dos estados, nas unidades escolares públicas e privadas. É um programa da Secretaria de Segurança Pública, integrado à grade curricular da Secretaria de Educação. Os cursos são ministrados por policiais militares.

tâncias (Issup),⁸ de forma on-line para os professores da rede, com materiais disponibilizados pelo Núcleo de Mediação Escolar e com a temática inserida no calendário de atividades. Apesar disso, não há um cronograma de discussão sistematizado.

Aporte teórico

De acordo com Acselrad (2015), uma questão fundamental ao abordar a temática sobre substâncias não é adotar uma perspectiva antidrogas nas unidades escolares. Deve-se dar importância à construção de uma visão crítica do mundo, baseada na compreensão das realidades em que os alunos estão inseridos. Como a segunda competência geral da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe, que diz que se deve:

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (Brasil, 2018).

Para Acselrad (2015), é essencial reconhecer o uso de drogas como uma realidade humana, historicamente documentada, o que leva à constatação da ineficácia de tentar proibir essa prática pela repressão, levando em conta as diversas singularidades histórico-culturais relacionadas ao consumo. O problema não existe de forma isolada, mas resulta da interação entre produto, personalidade e contexto sociocultural.

8. Os cursos de prevenção da Issup são adquiridos por compra direta entre as secretarias de Saúde, Educação, Esporte e Lazer e Segurança Pública, para ser ofertado aos servidores de forma on-line. A avaliação de impacto é realizada pela própria empresa acerca da percepção dos servidores concluintes das aulas.

Indo na direção contrária do que a autora aponta, na tentativa de tentar adiar o uso de substâncias por adolescentes, utilizam-se de informações de danos à saúde, como impactos no desenvolvimento cognitivo ou relacionados, caindo-se novamente no Currículo Mínimo Irredutível e na abstinência como o único percurso.

Para a construção do debate com os estudantes, percorreu-se o caminho temático proposto por Acsehrad (2005), que incorpora questões múltiplas, abarcando processos químicos, neurobiológicos, médicos, psicológicos, éticos, sociológicos, históricos, culturais, jurídicos, econômicos e políticos. Desenvolveu-se uma intervenção pedagógica participativa, a fim de que não houvesse apenas uma apropriação e reprodução do discurso, sem o processo de internalização crítica.

Seguindo a da autora, como uma alternativa à educação que segue o modelo proibicionista, a perspectiva de Redução de Danos abrange informações sobre substâncias legais e ilegais, transcendendo a discussão sobre as demais variáveis que atravessam a relação humana com as drogas, reconhecendo as vulnerabilidades individuais, concepções coletivas e sociais, educando para a autonomia e adotando ações de proteção individual e para com a comunidade, retirando o discurso moral e legal que equipara o sujeito que faz uso de substâncias ora como doente, ora como criminoso.

As discussões tiveram como base epistemológica a Psicologia Histórico-Cultural proposta por Vigotski e Leontiev, os quais abordam sobre o conceito, sentido e significado. Vigotski defende que o momento central do significado é a generalização. O conceito tem uma origem social e sua formação envolve antes a relação com os outros, passando posteriormente a ser de domínio do indivíduo (Goés, 2016). Qualquer palavra é uma generalização, isto é, um modo original de representar a realidade na consciência. Dessa forma, em uma palavra estão sintetizadas determinadas ações do homem, já que carrega a máxima generalização delas. O sentido é internalizado pela interpretação individual do sujeito e depende conjuntamente da interpretação do mundo e da estrutura interna da personalidade. Sobrepondo-se ao significado,

[...] o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos (Vigotski, 2000, p. 465 *apud* Asbahr, 2014, p. 267).

O significado não é imutável, está relacionado ao que um conceito representa em um contexto social e cultural, podendo ser compartilhado entre grupos e sendo atravessado por normas e interpretações sociais. Para Góes e Cruz (2016, p. 41),

ensinar conhecimentos sistematizados e culturalmente valorizados é compromisso da escola. Contudo, quando agregamos a noção de sentido, esse compromisso se expande, abrangendo diversas formas de trabalho sobre o campo da significação.

Assim, buscou-se construir o debate a partir de novas significações sobre conceitos previamente compreendidos pelos estudantes sobre a temática.

Metodologia

O presente capítulo traz um estudo descritivo, qualitativo do tipo relato de experiência. Para Mussi, Flores e Almeida (2021), o relato de experiência no ambiente acadêmico busca não apenas descrever a vivência ocorrida, mas também valorizá-la por meio de um trabalho acadêmico-científico que a explique, utilizando uma análise crítica e reflexiva fundamentada em teorias e métodos adequados. Nesse sentido, a construção da interven-

ção e análise realizadas tiveram como base teórica abordagens de Educação sobre Drogas pautadas na Redução de Danos, proposta por Acselrad (2005).

A unidade escolar foi escolhida através do maior número de Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente, Indisciplinado e Infrator (Ficai) da rede estadual no município de Cuiabá, utilizando plataforma própria para pesquisa. A escola possui seis fichas de infração por porte de entorpecentes, todas abertas no ano de 2024.

Foram realizados dois encontros, o primeiro com duração de uma hora e o segundo, de duas, dentro da disciplina Projeto de Vida. Para a realização das discussões, foram desenvolvidas perguntas sobre questões socioemocionais, utilizando cartas “Puxa-Conversa: álcool, tabaco e outras drogas”⁹ (Anexo 1), que contêm uma informação e uma pergunta acerca de temáticas relacionadas ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, passando pelas percepções sociais de uso, abrangendo temáticas de compreensão do uso de forma individual, a relação com os amigos e família e de como é a percepção de pessoas que fazem uso de substâncias e sua relação com a sociedade.

No primeiro encontro, foi aplicado um questionário on-line, pela plataforma Google Formulário, para o levantamento de dados, experiência individual e dos responsáveis e sobre a percepção social dos estudantes sobre álcool e outras drogas. Para isso, foram utilizadas frases-chave da “Escala de percepção social do uso de drogas”, que está em fase de desenvolvimento pelo Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Outras Drogas.¹⁰ No segundo encontro, o questionário

9. As cartas “Puxa-Conversa: álcool, tabaco e outras drogas” foram utilizadas da Cartilha Informativa para Educação Responsabilidade e Consciência: desenvolvendo competências frente ao uso indevido de telas, álcool, tabaco e outras drogas. Disponível em: <http://bit.ly/4o0ObZn>. Acesso em: 31 out. 2024.

10. A escala de percepção social sobre uso de drogas, desenvolvida pelo Crepeia, está em análise preliminar, em processo de aprovação, ainda não publicada. A escala foi utilizada como base, com algumas frases-chave para a construção da análise de percepção social dos estudantes acerca da temática.

foi reaplicado apenas com o conteúdo relacionado à percepção social dos estudantes e o feedback sobre a intervenção.

Desenvolvimento da intervenção

A atividade foi realizada com uma turma de 30 estudantes do primeiro ano do ensino médio, na disciplina do Projeto de Vida, com a participação do professor vigente. A unidade se demonstrou aberta e contribuiu com as necessidades da aplicadora.

O primeiro dia iniciou com a apresentação, explicação da história do nome (o porquê da escolha) e estilo musical favorito, na segunda parte, utilizamos as cartas, onde os estudantes retiravam uma, respondiam e eram convidados a comentar sobre as falas dos colegas. Na terceira parte, foi questionado o que as perguntas abordavam em comum e qual a relação com as drogas. As respostas traziam o aspecto emocional, e alguns estudantes responderam sobre como a saúde mental e questões socioemocionais afetam diretamente o uso de substâncias. Após a atividade, foi aplicado o questionário on-line, de forma anônima. Alguns se recusaram a participar e não o responderam.

O segundo encontro foi dividido em dois momentos, no primeiro, foram trazidos alguns conceitos, como “o que é droga?” e história do proibicionismo no mundo e no Brasil. Para o segundo momento, novamente o uso das cartas do tipo “puxa-conversa”, com questões relacionadas ao uso de substâncias, percepção social das pessoas que as usam, influência midiática, Educação sobre Drogas na escola, comportamentos de risco, saúde mental e outros temas pertinentes. O encontro teve duração de duas horas e permitiu que a turma debatesse, com o auxílio da mediadora, com informações atualizadas sobre os conceitos abordados.

Resultados e discussão

Os gráficos apresentados a seguir mostram uma comparação entre a percepção dos estudantes antes e depois da inter-

venção. As mudanças nas respostas indicam uma diminuição de estigmas e preconceitos, com um aumento na compreensão das relações dos indivíduos com a substância e na responsabilidade social em relação ao tratamento de pessoas que fazem o uso abusivo. As frases utilizadas, retiradas da escala de percepção social sobre o uso de drogas, referem-se a alguns conceitos preconceituosos e estigmatizantes replicados socialmente, que legitimam discursos violentos acerca de usuários e perpetuam a ideologia da Guerra às Drogas no país. Também navegam sobre questões de políticas públicas e a percepção e crença sobre o indivíduo que usa drogas. Esses conceitos afastam as pessoas da noção de cidadania, ao que Acselrad (2005, p. 198) afirma:

No Brasil, a influência da política repressiva norte-americana é ainda muito presente. Entre nós, soma-se negativamente a noção “usuário é um doente” à noção “usuário de drogas ilícitas é um marginal”. A perspectiva de eliminação do problema sugere rapidamente a eliminação, a exclusão dos próprios sujeitos. Trata-se de um discurso paradoxal, que considera o usuário um doente e propõe como tratamento, no mínimo, sua marginalização, amparado sem dúvida no discurso da lei que reconhece a doença e propõe como tratamento a privação da liberdade.

Na construção da intervenção notaram-se contradições de ideias, houve perpetuação de estereótipos, assim como uma visão mais ampla das pessoas que utilizam substâncias. Os estudantes refletiram sobre pessoas em situação de rua que fazem o uso abusivo, mas também sobre o consumo indevido por pessoas tidas como funcionais dentro da sociedade, a exemplo do problema com álcool que alguns pais de família apresentam, inclusive, certos alunos trouxeram relatos próprios sobre estas vivências.

Perfil sociodemográfico da unidade escolar

A escola é localizada em um bairro considerado periférico, na região sul da cidade composta por 102 localidades (loteamentos regulares, clandestinos, assentamentos informais, núcleos ou conjuntos habitacionais, condomínios), distribuídas em 34 bairros, um distrito industrial e 4 áreas de expansão urbana (Cuiabá, 2010). Segundo o portal de dados educacionais, a unidade possui nível socioeconômico médio-alto, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima nos indicadores educacionais da média nacional do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse). Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio ou superior completo, o pai/responsável tem desde o ensino fundamental completo até o superior. Além disso, possuem uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros.

A nota atual da unidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é de 4,7. Abaixo do desempenho almejado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Perfil dos participantes

O formulário contou com 17 respostas, representando 56,6% dos presentes, apenas. Sendo 58,8% dos respondentes do gênero feminino e 41,2%, masculino. Sobre cor, 64,7% se consideram pardo, 29,4% são brancos e 5,9%, negros. A religião predominante é evangélica, com 41,2%, em seguida, estão os católicos, com 35,3%, 11,8% não possuem religião e 11,8% preferiram não responder.

Experiência individual e dos responsáveis com substâncias

Sobre a experiência com álcool, 35,3% relataram nunca ter usado; 35,3% já experimentaram, mas não fazem o uso; 11,8% fazem uso mensal; 11,8% fazem uso semanal e 5,9% relatam usar diariamente. Quando questionados sobre a experiência individual com tabaco, 41,2% relataram nunca ter usado; 29,4% já experimentaram, mas não fazem o uso; 5,9% fazem uso semanal e 23,5% relatam usar diariamente. Quanto à maconha, 88,2% relataram nunca ter usado; 5,9% já experimentaram, mas não fazem o uso e 5,9% fazem uso semanal.

Já o levantamento sobre o uso de álcool pelos responsáveis, 56,33% relataram que eles não consomem; 18,8% fazem uso esporádico (poucas vezes no ano); 6,3%, uso mensal e 18,8%, uso semanal. Questionados sobre a relação do responsável com tabaco, 81,3% relataram que os responsáveis não usam; 6,3% fazem uso esporádico (poucas vezes no ano); 6,3%, uso semanal e 6,3%, uso diário. Quanto ao uso de maconha, 100% relataram que os responsáveis não usam.

Análise comparativa da percepção social do uso de drogas (inicial e final)

Sobre a percepção do uso de substâncias, foram apresentadas afirmações nas quais os participantes deveriam responder com: Discordo completamente; Discordo parcialmente; Não concordo nem discordo; Concordo parcialmente ou Concordo completamente. Os gráficos abaixo apresentam a comparação das respostas dos questionários inicial e final.

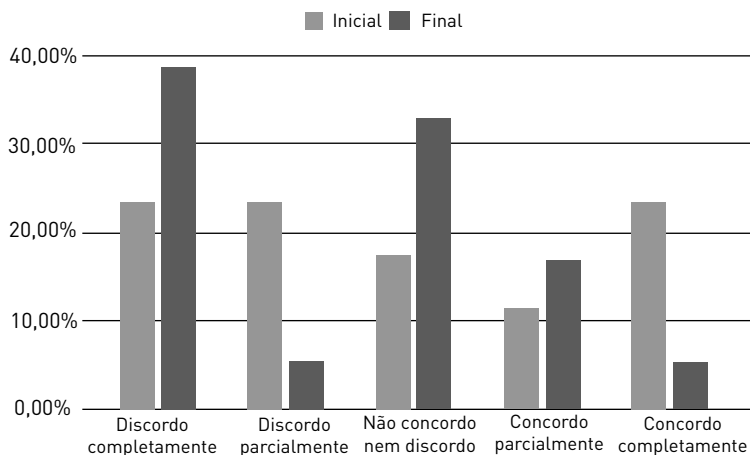


Gráfico 2. Comparação da percepção da afirmação “A forma que abordam sobre álcool e drogas realmente faz que alguém evite o uso/pare de usar”

Fonte: Autoria própria.

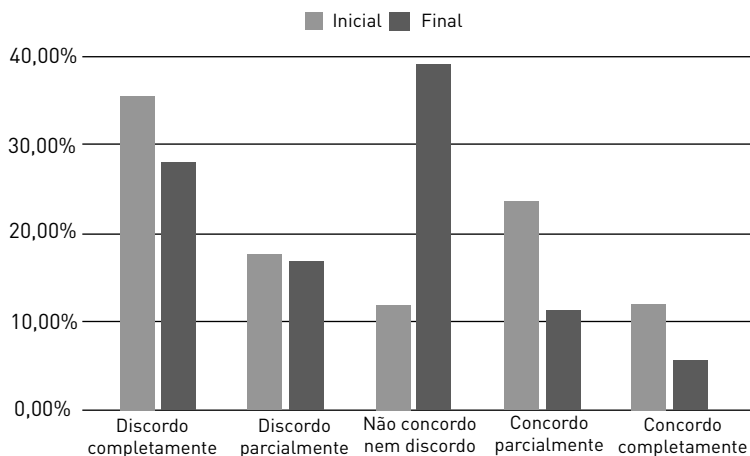


Gráfico 3. Comparação inicial e final da afirmação “Pessoas que usam drogas não têm força de vontade”

Fonte: Autoria própria.

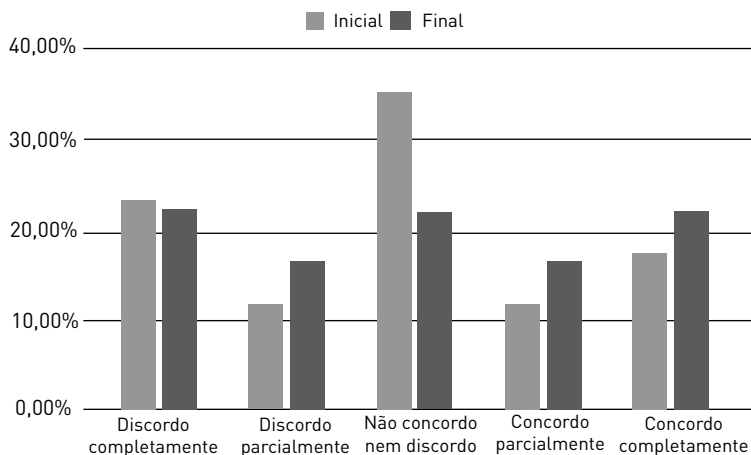


Gráfico 4. Comparação inicial e final da afirmação “Pessoas que usam drogas têm menor destaque na sociedade”

Fonte: Autoria própria.

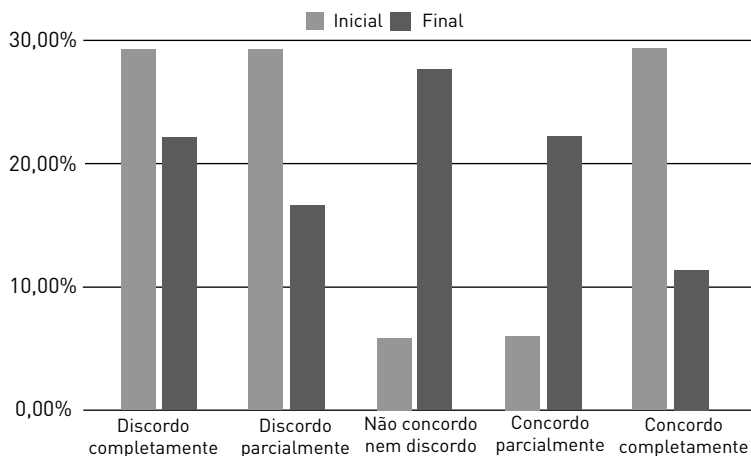


Gráfico 5. Comparação inicial e final da afirmação “Pessoas que usam drogas não podem ocupar cargos que exigem maior responsabilidade”

Fonte: Autoria própria.

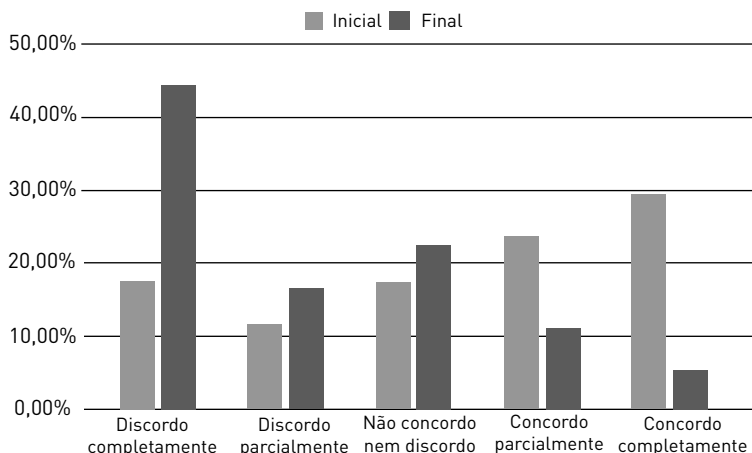


Gráfico 6. Comparação inicial e final da afirmação “O uso de drogas representa uma fraqueza de caráter”

Fonte: Autoria própria.

Ao analisar os dados, nota-se que, no Gráfico 2, relacionado à discussão sobre substâncias, os estudantes discordaram da afirmação. Seguindo o cunho estabelecido, no qual se argumentou sobre as abordagens atuais da temática dentro da unidade escolar, com programas como o Proerd e outras intervenções pedagógicas e por campanhas midiáticas. A respeito das afirmações relacionadas a crenças e atitudes individuais perante o uso de substâncias, expostas nos gráficos 3 e 6, nota-se que a percepção foi alterada, em que os estudantes deixaram de concordar, se afastando da ideia comumente disseminada de que o abuso está unicamente relacionado à escolha individual, motivação, percepção de risco ou a conceitos como “força de vontade” e determinação, disseminados no senso comum.

Os gráficos 4 e 5, apontaram mudanças na percepção sobre estereótipos dos indivíduos que utilizam substâncias. As respostas são atravessadas por valores individuais, os quais não foram contemplados na intervenção.

Educação para as drogas em multicontextos

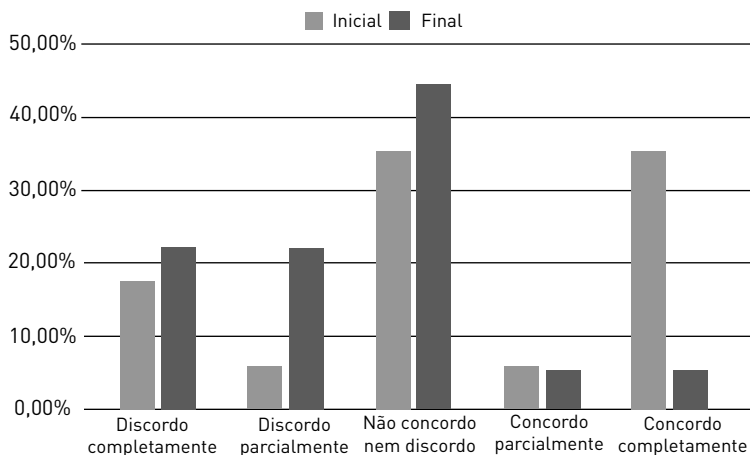


Gráfico 7. Comparação inicial e final da afirmação “A maioria das pessoas que usam drogas não querem parar de usá-las”

Fonte: Autoria própria.

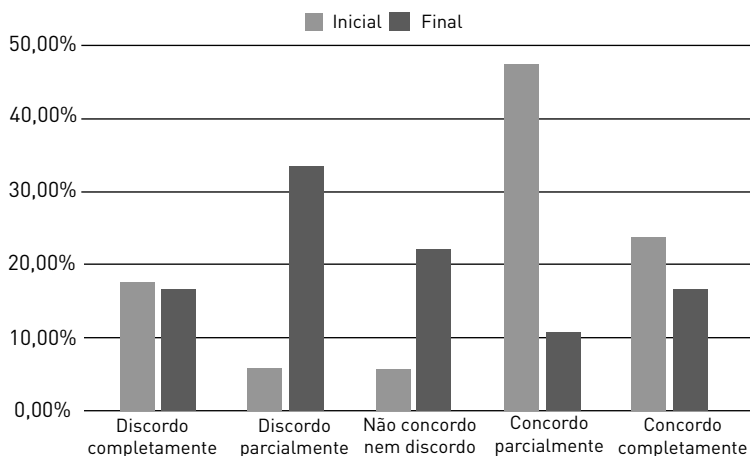


Gráfico 8. Comparação inicial e final da afirmação “A maioria das pessoas que usam drogas está desempregada”

Fonte: Autoria própria.

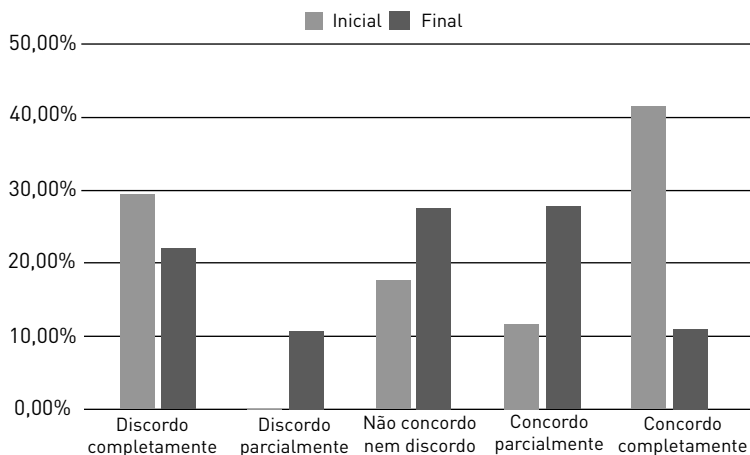


Gráfico 9. Comparação inicial e final da afirmação “Quem abusa de drogas pode aprender a diminuir o uso, tendo-o sob controle novamente”

Fonte: Autoria própria.

No Gráfico 9, vê-se a mudança na percepção da relação do indivíduo com as substâncias, atrelando-se à discussão sobre uso recreativo, indevido e abuso. O Gráfico 13 se relaciona com o conceito de doença e o fato de o uso de drogas ser multifatorial foi debatido sobre algumas concepções sociais nas quais o uso indevido ou transtornos por causa dele é compreendido como uma questão exclusivamente fisiológica ou do meio médico, em que se transfere da ideia de “criminoso” para “doente” e perpetua-se a marginalização desses cidadãos. Compreende-se a necessidade de usar a lente da saúde pública para a reflexão, porém a relação do sujeito com substâncias também perpassa por questões sociais e culturais.

Educação para as drogas em multicontextos

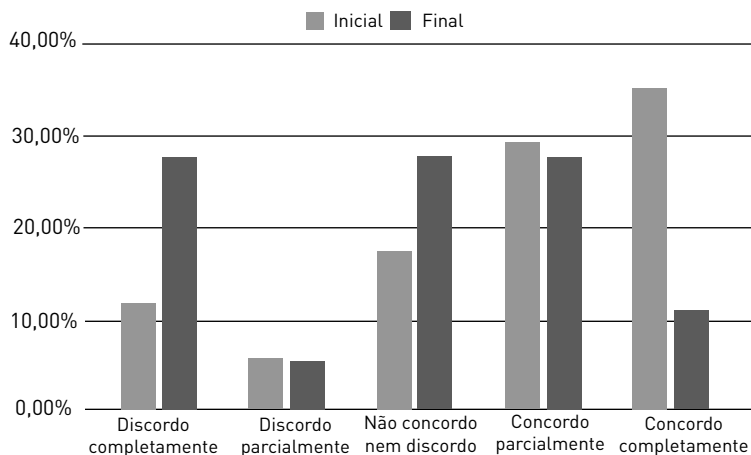


Gráfico 10. Comparação inicial e final da afirmação “As principais causas do uso de drogas é a falta de disciplina e autocontrole”

Fonte: Autoria própria.

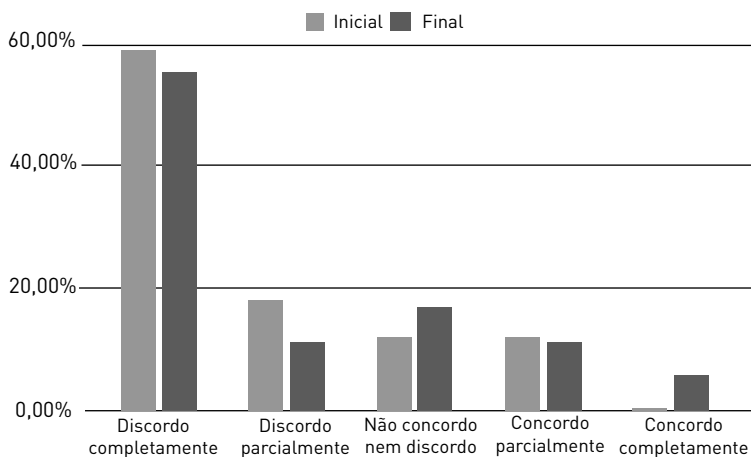


Gráfico 11. Comparação inicial e final da afirmação “A melhor forma de controlar as pessoas que usam drogas é mantê-las isoladas”

Fonte: Autoria própria.

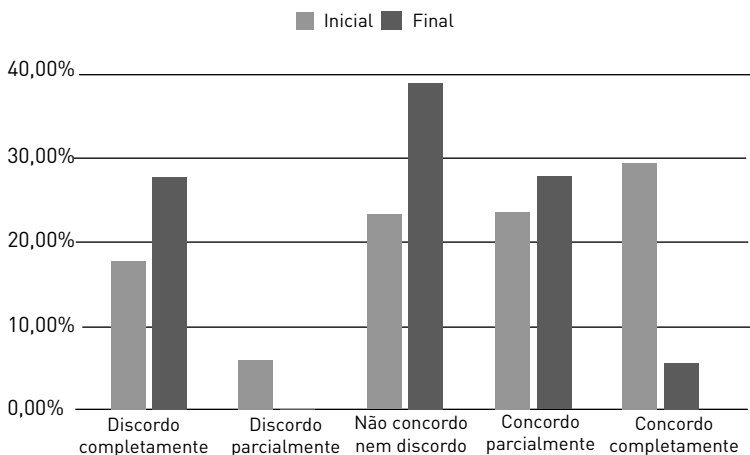


Gráfico 12. Comparação inicial e final da afirmação “Uma pessoa deve ser hospitalizada assim que apresentar sinais do uso de drogas”

Fonte: Autoria própria.

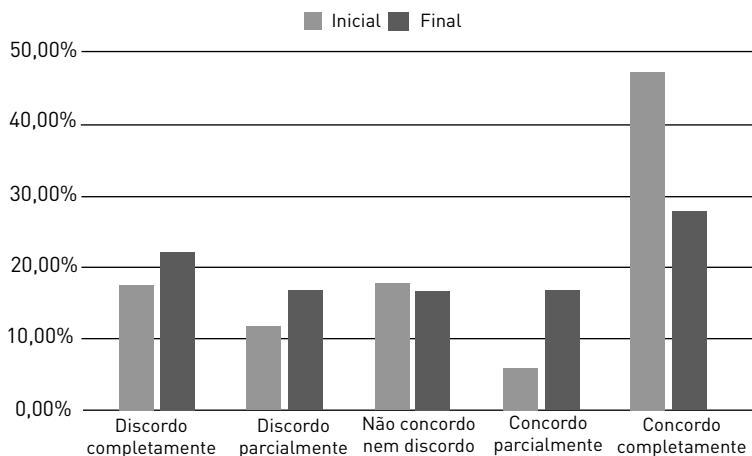


Gráfico 13. Comparação inicial e final da afirmação “A dependência de álcool e de drogas é uma doença”

Fonte: Autoria própria.

Educação para as drogas em multicontextos

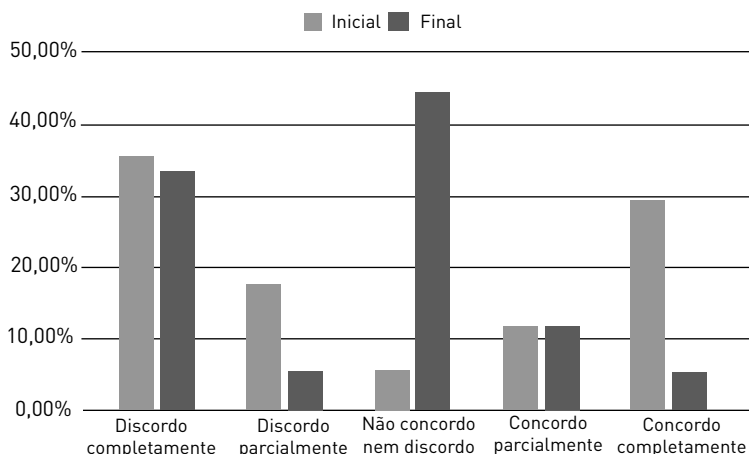


Gráfico 14. Comparação inicial e final da afirmação "A sociedade não deveria se preocupar em proteger-se dos usuários de drogas"

Fonte: Autoria própria.

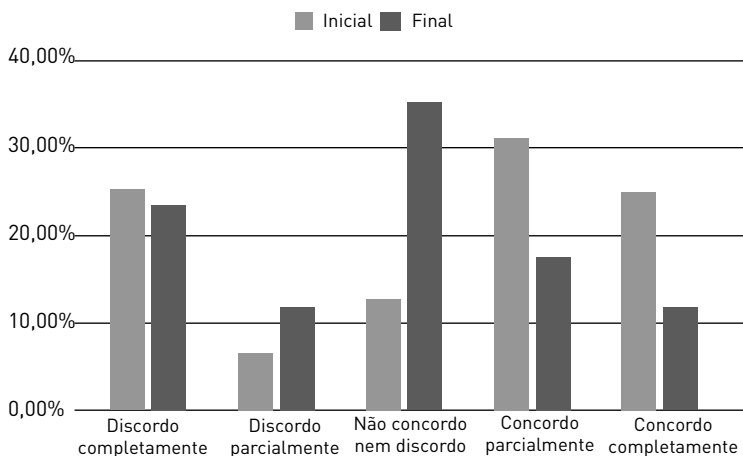


Gráfico 15. Comparação inicial e final da afirmação "As pessoas que usam drogas são responsáveis pelos problemas associados a esse ato"

Fonte: Autoria própria.

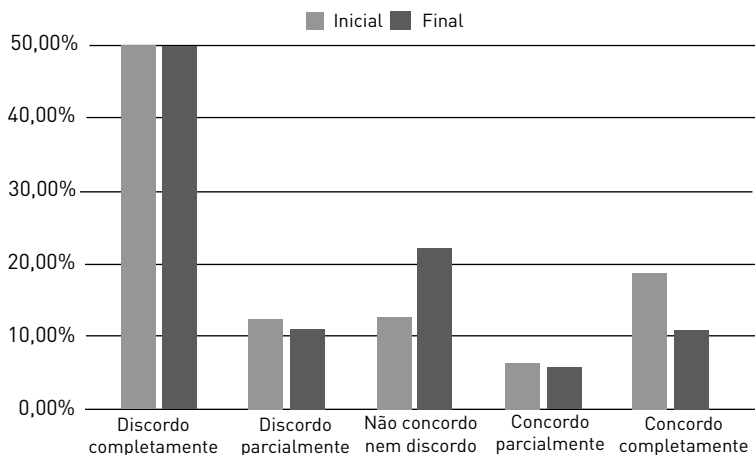


Gráfico 16. Comparação inicial e final da afirmação “As pessoas que apresentam problema com drogas devem ser isoladas da sociedade”

Fonte: Autoria própria.

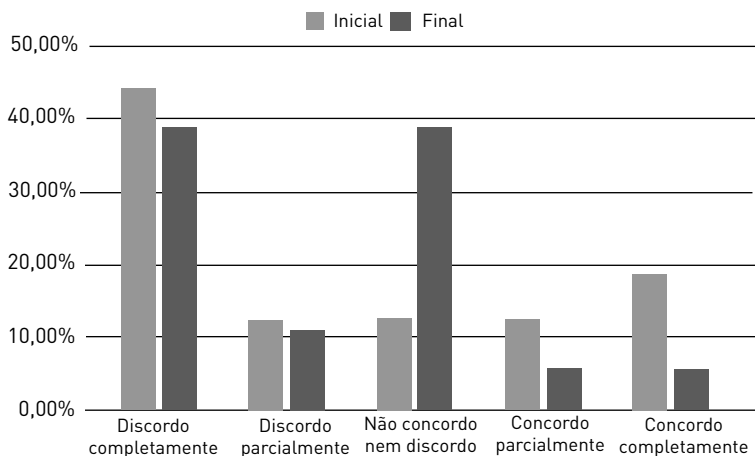


Gráfico 17. Comparação inicial e final da afirmação “As pessoas que apresentam problema com drogas devem ser privadas de seus direitos individuais”

Fonte: Autoria própria.

Educação para as drogas em multicontextos

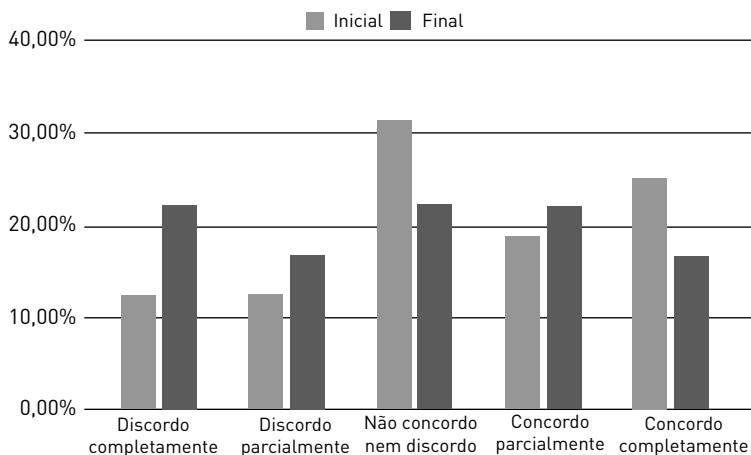


Gráfico 18. Comparação inicial e final da afirmação “Ninguém tem o direito de excluir as pessoas que usam drogas de sua vizinhança”

Fonte: Autoria própria.

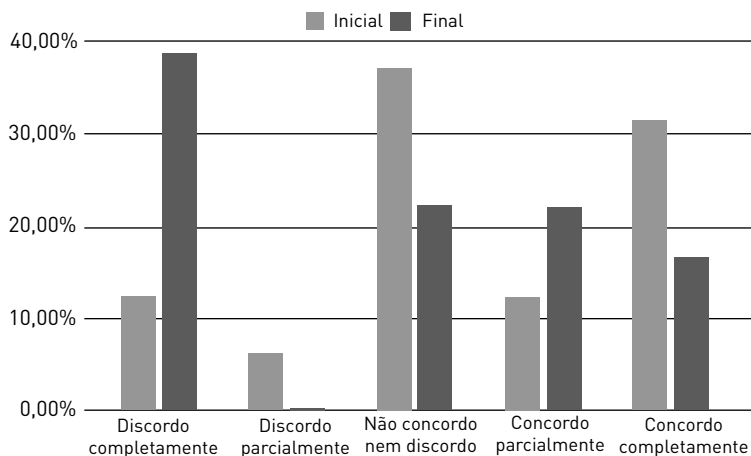


Gráfico 19. Comparação inicial e final da afirmação “Devem ser gastos mais recursos públicos no tratamento dos usuários de drogas”

Fonte: Autoria própria.

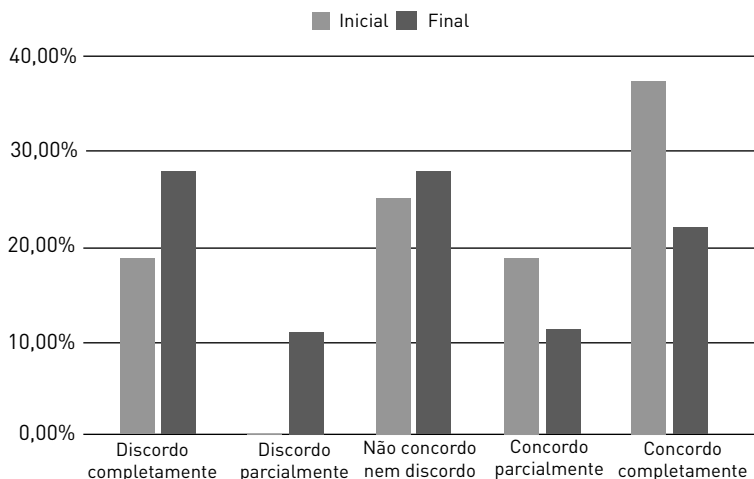


Gráfico 20. Comparação inicial e final da afirmação “A sociedade tem a responsabilidade de fornecer o melhor tratamento possível aos usuários de drogas”

Fonte: Autoria própria.

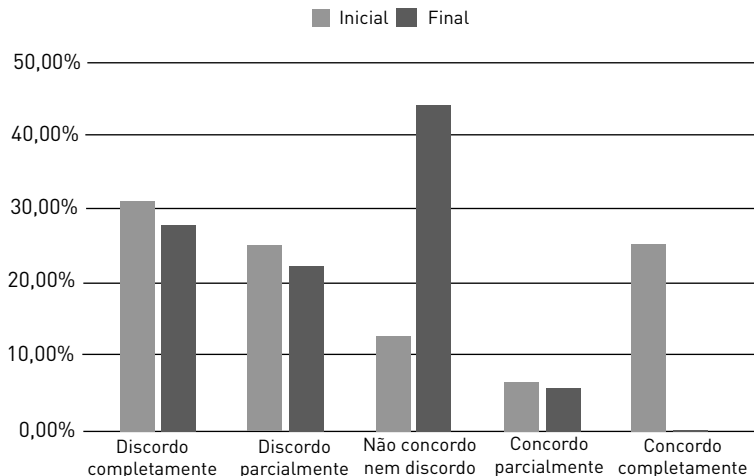


Gráfico 21. Comparação inicial e final da afirmação “Os usuários de drogas são um peso para a sociedade”

Fonte: Autoria própria.

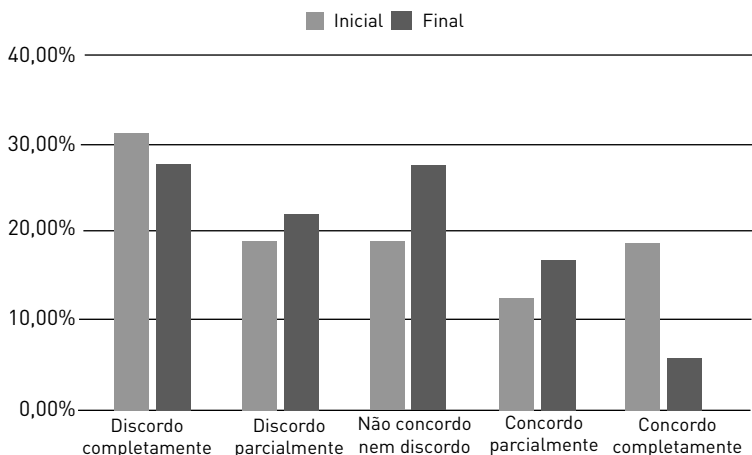


Gráfico 22. Comparação inicial e final da afirmação “Aumentar o investimento com políticas de drogas é um desperdício de dinheiro público”

Fonte: Autoria própria.

Já o eixo relacionado ao compromisso social, elucidados pelos gráficos de 14 a 22, mostrou-se um dos pontos mais relevantes da intervenção, nos quais os estudantes deixaram de concordar com afirmações que se afastam do compromisso social para com usuários, o que aponta um aumento na percepção de direitos de cidadania destes sujeitos, como abordado por Acse-rald (2005). O Gráfico 19 apontou divergências sobre a linha da responsabilização social, no qual os alunos discordaram sobre o aumento de recursos financeiros. Essa divergência pode ter sido gerada devido à discussão sobre os custos gerados para o Estado advindos de acidentes de trânsito atrelados ao álcool e custos de saúde em geral por decorrência do consumo da bebida, de tabaco e de outras drogas, não sendo abordado especificamente sobre a seguridade e qualidade da oferta de dispositivos e políticas públicas de assistência social, saúde e saúde mental especializados para o atendimento a pessoas que fazem uso de substâncias.

A análise dos resultados indica que a intervenção foi efetiva em contestar conceitos estigmatizantes. A discussão sobre a

natureza do uso de substâncias, suas causas e consequências, bem como a relevância da empatia e do compromisso social foram elementos centrais para a transformação das percepções dos jovens. A proposta interventiva, pautada na Redução de Danos em uma perspectiva mais humanizada e contextualizada em relação ao fenômeno do uso de drogas, mostrou-se eficaz. Essa reestruturação dos conceitos internalizados socialmente é fundamental para a promoção de um tratamento mais justo e inclusivo dos indivíduos afetados por esta problemática social, garantindo o acesso ao direito de cidadania.

Considerações finais

A análise da proposta ressalta a relevância de uma abordagem crítica e emancipatória na discussão acerca do uso de substâncias. Os resultados obtidos evidenciam que a intervenção se mostrou eficaz na contestação de estigmas e outros preconceitos internalizados pela percepção social comum dos estudantes, promovendo uma compreensão mais aprofundada das questões relacionadas ao uso de drogas, voltada às questões históricas, culturais e sociais. A abordagem pautada na Redução de Danos mostra a importância da construção do pensamento crítico em relação a estas temáticas, considerando os diferentes contextos socioculturais e recuperando a historicidade da realidade brasileira. A reformulação do entendimento sobre o uso de substâncias, através dos debates em sala, é essencial para a construção de sujeitos mais críticos e na formação de sua cidadania. O discurso democrático serve como alternativa ao modelo de combate às drogas pautados em repressão, que utiliza apenas a abstinência como destino desejado, buscando a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, que reconheça a complexidade desse fenômeno e a necessidade de uma perspectiva que transcenda as perspectivas de criminalização e patologização dos indivíduos e compreendendo a relevância da construção de

políticas públicas eficazes, que visem a garantia de direitos dos sujeitos que fazem usos abusivos.

Programas educativos que abracem esse enfoque terão impactos mais positivos, além de lutarem contra a discriminação racial e a desigualdade social. Com essa compreensão, a escola pode desempenhar sua função e seu compromisso social por meio de um projeto voltado para a emancipação e percepção crítica. A educação que promove a autonomia visa a reflexão crítica, incorporando as contradições que surgem e auxiliando na tomada de decisões dos estudantes.

Nesse sentido, é interessante que as instituições adotem práticas pautadas na Redução de Danos e no desenvolvimento do compromisso social com a temática, integrando a Educação para as Drogas em seus currículos de maneira contínua e se afastando dos conceitos proibicionistas e moralistas. Tal tratamento não apenas enriquece o aprendizado, mas também prepara uma nova geração para enfrentar os desafios sociais relacionados às drogas com respeito e responsabilidade.

Referências

ACSELRAD, Gilberta. A educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. *In*: ACSELRAD, Gilberta (org.). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 183-212. ISBN: 978-85-7541-536-8. Disponível em: <http://bit.ly/46NobL7>. Acesso em: 25 out. 2025.

ACSELRAD, Gilberta (org.). **Quem tem medo de falar sobre drogas: saber mais para se proteger**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 265-272, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182744>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3J5z94Y>. Acesso em: 3 nov. 2024.

COELHO, Francisco José Figueiredo (org.). **Educação sobre Drogas e formação de professores**: uma proposta de ensino a distância centrada na redução de danos. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Composição dos bairros de Cuiabá**: data base dezembro de 2009. Cuiabá: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2010. 62p. Disponível em: <http://bit.ly/4ftmEfC>. Acesso em: 9 nov. 2024.

GÓES, Maria Cecília Rafael; CRUZ, Maria Nazaré. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 31-45, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/45ph9df>. Acesso em: 9 nov. 2024.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Mudanças no uso do tabaco entre adolescentes brasileiros e fatores associados: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, e08252023, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.08252023>.

MATO GROSSO. Núcleo de Mediação Escolar. **Relatório de violências no ambiente escolar**: anos 2022, 2023 e 2024/1. Mato Grosso: Núcleo de Mediação Escolar, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4m9gOCE>. Acesso em: 25 out. 2025.

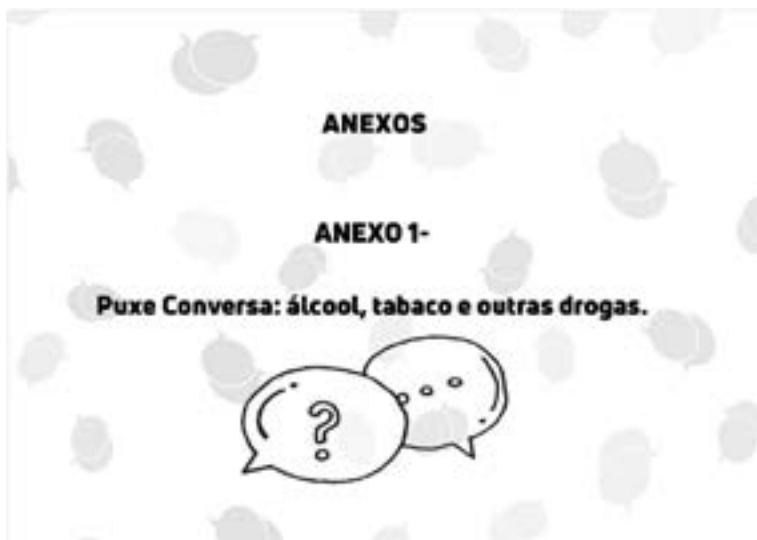
MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4os6Bmc>. Acesso em: 5 nov. 2024.

NADALETI, Nayara Pires *et al.* Avaliação do consumo de álcool entre adolescentes e os problemas associados. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 168-176, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.000340>.

SILVA, Maria de Lourdes da. Educação sobre Drogas: ensino, pesquisa e extensão na confluência da formação do profissional da Educação. In: COELHO, Francisco J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, Priscila; SOUSA, Célia (orgs.). **Educação em Ciências, Saúde e Extensão Universitária**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 73-84.

Anexo

Cartas “Puxa-Conversa: álcool, tabaco e outras drogas”, do Anexo 1 da Cartilha Informativa para Educação Responsabilidade e Consciência: desenvolvendo competências frente ao uso indevido de telas, álcool, tabaco e outras drogas. Disponível em: <http://bit.ly/4o0ObZn>. Acesso em: 31 out. 2024.



Informação: Você sabe que não há consenso mundial de acordo? A Organização Mundial de Saúde aponta que qualquer quantidade de álcool é nociva à saúde. Mas isso não quer dizer que as pessoas não possam experimentar uma boa reação com o álcool. Pergunta: Você acha que as informações sobre álcool são de fácil acesso? Se não, por quê?	Informação: Engenheiro, quem imagina que apenas as pessoas que bebem diariamente podem ter diagnósticos como alcoolismo, fadiga, alterações, gripes, para o alcoolismo, que pode se manifestar também em quem ingere bebidas em intervalos menos regulares. Um dos sintomas mais pronunciados é a sensação de inchaço ao beber muito álcool sem beber. Pergunta: Como você avalia aqueles que tem problemas com álcool?	Informação: O estigma em torno do uso de substâncias, incluindo o álcool e o tabaco, pode impedir que indivíduos busquem ajuda ou suporte. Conversas abertas sobre essas questões podem reduzir esse estigma. Pergunta: Como você avalia que o estigma em torno do uso de substâncias pode impactar a disposição das pessoas em buscar ajuda médica ou social?
Informação: A escola é um espaço desafiador para debates e para atingir conhecimento científico. Pergunta: Você considera que a escola é um espaço seguro para se debater sobre o uso de álcool e outras drogas? Se a resposta for não, por quê? Como se sente quando discute sobre a temática?	Informação: A educação sobre os riscos associados ao uso de álcool e drogas, juntamente com a compreensão das técnicas da redução, é essencial para capacitar jovens a tomar decisões informadas e saudáveis. Pergunta: Que tipo de educação e conscientização você acha que são mais eficazes para prevenir o uso de álcool e outras drogas entre os jovens?	Informação: O consumo excessivo de álcool pode levar a problemas de saúde como doenças hepáticas, cardiovasculares e dependentes. Além disso, pode afetar o desempenho escolar e causar acidentes. Pergunta: Como você acha que a pressão dos colegas pode influenciar a decisão de beber álcool?

Informação: O tabaco contém nicotina, sendo altamente viciante. Fumar pode causar câncer de pulmão, doenças cardíacas e problemas respiratórios. Muitos o fazem por prazer e gratificação à saúde. Pergunta: Quais são as principais razões que você acredita que levam a pessoa a começar a fumar?	Informação: O uso frequente de maquiagem pode estar associado a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Pergunta: Você acha que o uso de maquiagem é mais comum entre adolescentes que adotam algum tipo de estresse? Por quê?	Informação: O uso de álcool, tabaco e outras drogas pode afetar a capacidade de tomar decisões e aumentar o risco de comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas ou dirigir de forma imprudente. Pergunta: Como você acha que seus amigos reagiriam se você decidisse não fumar ou beber?
Informação: O uso e a posse de substâncias, sejam elas drogas ilícitas, podem levar a consequências legais, sociais, acadêmicas e até físicas. Além disso, dentro da escola é considerado ato infracional. Pergunta: Como você acha que são os principais responsáveis de um envolvimento com drogas entre os adolescentes? Quais as implicações no futuro?	Informação: A indústria do tabaco utiliza estratégias de marketing para atrair jovens, muitas vezes associando fumar com algo legal, desafiador, ou para influenciar a decisão de adolescentes começarem a fumar. Pergunta: Como você se sente sobre a regulamentação do tabaco em filmes e mídia? Acha que isso influencia realmente as pessoas?	Informação: O consumo excessivo de álcool pode não apenas afetar o corpo, mas também a saúde mental, contribuindo para condições como depressão e ansiedade. Essa relação pode ser complexa, única e variável, dependendo do indivíduo. Pergunta: Que mensagem você acha que poderia ajudar um amigo que está tendo problemas com álcool e saúde mental?

Informação: Muitos jovens têm um olhar ruim em relação à dependência de substâncias, o que pode dificultar as ações que precisam de apoio profissional. É importante entender que a dependência é uma condição médica e requer apoio especializado. Pergunta: Como podemos ajudar a reduzir essa imagem negativa ligada ao tema de dependência de substâncias em nossa escola ou comunidade?	Informação: Existem muitos atores – e muitos caminhos – que podem ajudar a lidar com o estresse e a pressão social, como esportes, arte, música etc. Esses atores/atividades podem ser utilizados com êxito. Pergunta: Quais atividades você e seus amigos gostam de fazer que não envolvam o uso de substâncias? Você já experimentou um hobby/atividade nova recentemente?	Informação: As redes sociais, os vídeos, filmes e músicas frequentemente apresentam uma imagem glamorosa do consumo de álcool e drogas, fazendo parecer desejável e por vezes normalizando ou romantizando o abuso. Pergunta: Como você acredita que a influência dos meios sociais afeta a maneira como os adolescentes veem o uso de substâncias?
Informação: O uso de substâncias pode se tornar um padrão que persiste mesmo após grupos de apoio, mas pode fazer com que se sinta obrigada de participar mesmo que não queira. Pergunta: Você já se sentiu pressionada a fazer ou usar algo para se encaixar? Como ficou com isso?	"Quem fuma não tem força de vontade para parar" Pergunta: Você considera essa afirmação certa ou errada? Por quê?	Informação: A dependência pode começar como um uso de recreação que se transforma em um padrão de uso mais intenso e compulsivo. Reconhecer os sinais precoces é importante para buscar ajuda a tempo. Pergunta: Quais sinais você acha que são importantes para se observar em um amigo que pode estar se tornando dependente de uma substância?

Informação: O apoio da família e das comunidades fundamentais pode promover o uso de substâncias. Ter discussões abertas sobre drogas e álcool pode ajudar os jovens a se sentirem seguros ao falar assuntos sensíveis. Pergunta: Como você acredita que as famílias e comunidades podem auxiliar ainda na prevenção do uso de álcool e drogas?	"A escola é a única que não se envolve com o tipo de substância" Pergunta: Você já conversou com alguém sobre isso? Por quê?	Informação: Muitas escolas oferecem programas de prevenção ao uso de substâncias, envolvendo os alunos sobre os riscos e promovendo habilidades de resistência à pressão dos colegas. A educação é uma ferramenta essencial na formação de escolhas saudáveis. Pergunta: O que você acha sobre que as escolas podem fazer para melhorar a educação sobre álcool e drogas? Você acha que os programas estão sendo eficazes? Se não, como seria melhor forma de abordagem?
Informação: Professores e demais servidores da educação desempenham um papel crucial na educação dos adolescentes, sobre os riscos de uso de substâncias. Eles podem apoiar e proporcionar habilidades de tomada de decisão e conscientização. Pergunta: Você acha que os professores ou outros funcionários da escola podem ajudar os alunos?	Informação: Ter debates e discussões abertas sobre álcool, tabaco e drogas na aula pode ajudar os alunos a expressar suas ideias e dúvidas, promovendo um entendimento mais profundo sobre o tema. Pergunta: Você já participou de alguma discussão sobre drogas na escola? Como foi essa experiência e o que você aprendeu?	Informação: É normal sentir ideias de ansiedade, como ansiedade, irritação ou estresse. Reconhecer e nomear essas sensações é o primeiro passo para lidar com elas de maneira saudável, sem recorrer ao uso de substâncias. Pergunta: Quais emoções você costuma sentir em momentos de estresse? Como você lida com essas emoções sem usar álcool ou drogas?

Informação: Algumas pessoas usam álcool ou drogas como uma forma de escapar de sentimentos difíceis. É mais fácil para elas pensar nisto do que lidar com os problemas, mas não resolve os problemas subjacentes e pode levar a consequências graves. Pergunta: Você já percebeu alguns comportamentos como sentimentos difíceis usando substâncias? Como isso afeta essas pessoas e quanto ao seu bem-estar?	Informação: As emoções que influenciam têm um grande impacto em nossas sensações e decisões. Ter amigos que apoiem essas sensações pode ajudar a reduzir a pressão para usar substâncias. Pergunta: Como você entende seus amigos? Você acha que eles influenciam suas decisões sobre o uso de substâncias? De que maneira?	Informação: Ao usar os sentimentos podem se tornar provocativos. Mas se alguém profissional, como terapeuta, aconselha-lo, pode ser uma maneira eficaz de lidar com essas sensações e evitar o uso de substâncias. Pergunta: Você já considerou a prevenção para lidar com sentimentos difíceis? Como foi essa experiência?
Informação: A indústria de tabaco utiliza técnicas de marketing agressivas para atrair novos consumidores, especialmente jovens. Isso pode incluir propaganda falsas de que a fumaça é inofensiva ou produtos mais baratos, que fazem marcas falsas que são mais "sustentáveis". Pergunta: Como você se sente ao saber que a indústria do tabaco é tão agressiva e manipuladora de marketing para atrair os jovens? Isso influencia sua percepção sobre o uso de tabaco?	Informação: O acesso oportuno de tabaco e álcool pode variar conforme a região, o que impacta a comunidade de forma diferente. Em algumas áreas, a disponibilidade de tabaco é alta e o acesso é mais fácil, contribuindo para o uso frequente de produtos substanciais. Pergunta: Você já percebeu diferenças na disponibilidade de álcool e tabaco em sua comunidade? Como isso pode impactar as decisões dos jovens sobre o uso dessas substâncias?	Informação: O uso de tabaco e álcool tem um custo social significativo, incluindo problemas de saúde pública, crime e desintegração familiar. A prevenção e a educação podem ajudar. Pergunta: Como você acha que o uso de substâncias afeta não apenas as instituições, mas também a comunidade em geral? Como?
Informação: A percepção social sobre o uso de drogas varia bastante, dependendo da cultura, da idade e da educação. Alguns jovens veem o uso de drogas como uma forma de expressão pessoal, enquanto outros o veem como uma ameaça à saúde pública. Pergunta: Como você acredita que essas percepções podem afetar a vida e as decisões de quem usa drogas?	Informação: A produção de álcool nos Estados Unidos na década de 1990 resultou em um aumento na criminalidade e na violência. Pergunta: O que você acha que a história da produção de álcool nos Estados Unidos pode ensinar sobre a relação entre legalidade e consumo de substâncias?	Informação: O uso de algumas drogas pode afetar a saúde mental, aumentando o risco de transtornos como depressão e ansiedade. Pergunta: Como você acha que a sociedade poderia lidar com mais jovens que estão lidando com problemas de saúde mental relacionados ao uso de drogas?
Informação: As pessoas que usam drogas muitas vezes enfrentam problemas que dificultam a busca por ajuda e apoio. Pergunta: Por que você acha que é importante lidar com questões de uso de drogas como um problema de saúde, e não apenas como uma questão de crime ou moralidade?	Informação: O uso de drogas afeta a produtividade e a capacidade de trabalhar, o que pode levar a problemas financeiros e sociais. Pergunta: Você acha que a educação pode ajudar a reduzir o uso de drogas? Por quê?	Informação: O uso de tabaco e álcool tem um custo social significativo, incluindo problemas de saúde pública, crime e desintegração familiar. A prevenção e a educação podem ajudar. Pergunta: Você acha que o Estado poderia fazer alguma coisa para ajudar as pessoas que usam drogas?

CAPÍTULO 6.

DIALOGANDO AS DROGAS NA SOCIEDADE ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA AUDIOVISUAL

*Egberto Rodrigues Alves de Sousa
Marcos Alexandre Veríssimo da Silva*

Introdução

Abordar o tema das drogas no ambiente escolar é um desafio que persiste entre educadores. A história do proibicionismo e a construção de tabus em torno do tema limitam a abertura de um debate crítico e reflexivo, que é essencial para a formação de cidadãos conscientes. Este artigo vem explorar as possibilidades e desafios do uso de vídeos como ferramenta pedagógica para promover diálogos mais amplos e profundos sobre o uso de drogas na sociedade, agindo como facilitador de abertura ao assunto.

O material educativo busca desmistificar conceitos enraizados e incentivar uma reflexão sobre políticas públicas que estão relacionadas ao uso de drogas. O vídeo é uma ferramenta eficaz para captar a atenção dos estudantes contemporâneos, mergulhados em tecnologia. No caso deste trabalho, o uso do audiovisual permite que os alunos se aproximem do tema de forma visual e interativa, conectando a teoria com a prática. Através de uma linguagem contemporânea, propõe-se reflexões, incentivando debates francos.

Na escola, embora a temática seja, muitas vezes, tratada de maneira moralizante e punitiva, é importante pontuar o que reforça estereótipos e perpetua estigmas de exclusão social, propondo um caminho de abertura a novas visões sobre as drogas na sociedade. Nesse cenário, o uso do audiovisual como recurso didático apresenta-se como uma alternativa poderosa, permitindo a criação de narrativas pensadas ao fator humanista sobre o uso de substâncias.

Naturalizar os ambientes de embate ideológico e trazer reflexões críticas reposiciona a escola em seu papel: um espaço de formação, de troca e de diálogo. Esse processo permite que a sociedade se compreenda, amadureça e construa definições futuras voltadas para o equilíbrio, com foco na melhoria da qualidade de vida de todos.

O material está aberto ao público, em ambientes educacionais formais e não formais, com potencial para conceber um espaço de diálogo seguro, que forme signos nas pessoas, com potencial de vencer barreiras geracionais, plantando conceitos que gerem respostas sobre o futuro.

O uso de vídeos para ensinar sobre drogas permite uma conexão mais próxima e sensível com os estudantes da era digital, proporcionando um aprendizado que vai além dos aspectos teóricos, alcançando também as experiências de vida dos alunos. O uso da tecnologia disponível como ferramenta educativa representa um ponto de partida para uma mudança significativa na abordagem do ensino para as drogas no âmbito escolar atual, aliviando a responsabilidade do mediador e permitindo a condução de um debate mais aberto, informativo e menos carregado de preconceitos.

Defendo a Redução de Danos como alternativa ao proibicionismo, promovendo a autonomia individual e o respeito às escolhas pessoais, entendendo-se que não existe e não existirá um mundo sem drogas. De acordo com Acselrad (2013, p. 102), a educação deve capacitar o indivíduo para tomar decisões informadas e seguras, considerando os potenciais riscos e benefícios de cada escolha.

Para contornar os eventuais danos decorrentes da relação com as drogas é preciso aprender a lidar com nossos desejos, construir a capacidade de deliberação lúdica, construir uma subjetividade que seja capaz de deliberação e de vontade. A construção de autonomia se opõe à pretensão de erradicar do espírito e da alma qualquer traço de pensar e querer próprios. Uma sociedade autônoma não somente sabe explicitamente que criou suas leis, mas se

institui de modo a liberar seu imaginário e ser capaz de alterar suas instituições mediante sua própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa (Acserald, 2013, p. 102).

O proibicionismo, além de interferir na autonomia, cria um ambiente de controle e repressão, pautado no medo, o que aumenta problemas sociais em vez de mitigá-los. Políticas de Redução de Danos focam na saúde e no bem-estar, sendo uma abordagem mais inclusiva e eficaz para sociedade, baseada em aspectos históricos e nos conhecimentos das Ciências Humanas.

Ao incentivar uma análise crítica e a troca de perspectivas, essa metodologia pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e informada, com jovens que saibam dialogar e ouvir, estimulando a análise da complexidade que envolve o fenômeno do uso de drogas em todas as classes sociais, e que, como defende Acserald (2013, p. 104), entenda que “a educação para autonomia propõe conviver com as drogas de forma consciente”.

Essas práticas orientadas pelo pensamento científico e pelos direitos humanos busca transformar o entendimento e a abordagem sobre as drogas, produzindo ressonância em quem vive de perto os efeitos colaterais dessa guerra às drogas, imposta em muitas áreas do Brasil, e que não foge do entorno escolar.

As políticas de proibição funcionam como mecanismos de controle social – observado tanto em campo, como nos reflexos textuais –, regulando comportamentos e impondo normas que não refletem a diversidade das experiências individuais. A Marcha das Mulheres Negras de 2015, intitulada “Contra o Racismo e pelo Bem Viver”, é um exemplo de manifesto por movimentos sociais com posicionamento contra a lógica proibicionista, ainda que o documento não se atenha ao tema das drogas, traz uma sociedade racista e que ignora as realidades das comunidades marginalizadas.

O uso do vídeo para alertar sobre as políticas de drogas expõe os efeitos nocivos dessa vertente e cria um espaço para discutir as alternativas e a Redução de Danos, incentivando o

questionamento crítico e a busca por soluções que diminuam a exposição negativa do consumo.

O proibicionismo tem raízes históricas e sociais profundas, mas seus efeitos negativos são amplamente documentados.

No caso dos discursos proibicionistas, [são] marcados por princípios biologizantes, moralismos e valores individualistas, presentes nesses discursos desde a instauração do proibicionismo e que se atualiza na negociação dos sentidos sobre as drogas através dos preconceitos, discriminações e racismos em circulação na sociedade (Silva, 2019, p. 16).

A droga está em uma lógica de mercado que deposita sobre o sujeito todas as responsabilidades. A educação e a sociedade refletem as normas e os interesses impostos por políticas proibicionistas, que ainda são maioria, que produzem impactos negativos no desenvolvimento social e individual dos jovens, atrelados a ideais abstencionistas, que se mostram irreais para todas as realidades.

É importante desmistificar essas construções e promover uma visão mais crítica e informada. Ao confrontar o consumo legal de substâncias com as falhas do proibicionismo, o vídeo desvela a incoerência do sistema atual e convida os estudantes a uma reflexão crítica que liberte e promova o autocuidado.

Para a construção do material, o referencial teórico foi de suma importância. Elementos do roteiro e da produção foram pensados de forma a se aproximar dos elementos estudados. Acserald (2013, p. 102) cita diversos exemplos do que uma educação para autonomia deve ser capaz de fazer, como recuperar memória de outros usos, discutir conceitos e programas, pensar as questões da legislação, recorrer aos estudos e pesquisas e pensar o lugar do educador e do educando.

Além disso, é importante definir, pensar nos elementos que compõem o material. Através do aporte teórico, foi pensado o que o material não queria ser, isto é, se limitar. Além de contemplar os elementos de uma educação para autonomia, era neces-

sário não seguir um Currículo Mínimo Irredutível sobre drogas. De acordo com Silva, este segue sempre o mesmo roteiro:

1 – classificação das drogas segundo critérios precisos: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal-illegal) e ação no sistema nervoso central-SNC (depressoras, estimulantes ou perturbadoras); 2 – descrição dos efeitos das drogas no organismo e no SNC; 3 – implicações e danos à saúde e à vida social (Silva, 2019, p. 15).

Através desses referenciais, foram feitos o desenvolvimento metodológico e a construção do material.

Metodologia

As etapas para construção do vídeo como material educativo foram: 1 – Pesquisa do tema e referencial teórico; 2 – Roteiro; 3 – Seleção no banco de imagens; 4 – Gravação da narração; 5 – Edição do vídeo; 6 – Publicação. A pesquisa foi feita com a base teórica mencionada e através de estudos temáticos. O roteiro foi construído pensando em elementos importantes que deveriam conter no debate, reforçando a educação para autonomia, contrária a um Currículo Mínimo Irredutível.

O banco de imagens é próprio, da minha função exercida como repórter cinematográfico. Foi feita a gravação de narração e a junção do áudio com as imagens pré-selecionadas. Por fim, o vídeo foi publicado em plataforma on-line. O material educativo, disponível publicamente no YouTube, possui licença aberta para reprodução e adaptação, promovendo o acesso amplo ao conteúdo.¹¹

São 3 minutos e 55 segundos que abordam comparações entre substâncias de uso cotidiano, com produtos lícitos e ilícitos de fácil acesso, incitando a audiência a questionar as normas sociais que categorizam certos produtos como aceitáveis e outros como moralmente repreensíveis.

11. Disponível em: <http://bit.ly/475nXPR>. Acesso em: 10 nov. 2024.

A comparação entre substâncias lícitas, como álcool e açúcar, e drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína, promove uma desconstrução de dogmas sociais e amplia a reflexão sobre Redução de Danos, entendendo que isso vai muito além das drogas ilícitas.

O audiovisual pode humanizar o debate sobre as drogas e criar um espaço onde o aluno se sinta convidado a refletir, questionar e formar opiniões, promovendo uma educação que, além de informativa, seja crítica.

Para o vídeo, foi desenvolvido o seguinte roteiro, buscando amplitude no tema e abertura ou condução de debate pelo mediador:

Roteiro do vídeo:

Texto a ser coberto com imagens:

Filme: *Consumo Cotidiano*

— **Você é drogado!**

— **Quais drogas você usa?**

OFF:

“As drogas aparecem na história da humanidade desde antes das antigas rotas marítimas, que ocorriam em busca dos sabores das especiarias, do açúcar, do café e do chá. A sociedade do desempenho tolera drogas estimulantes, incentivando seu consumo por desempenho. Perdeu-se tanto o ponto desse estímulo, que as indústrias farmacêuticas lucram agora com a inclusão de prescrições que desacelerem, via tarja preta, o ritmo do cidadão comum, /// tomado por ansiedade provocada por excessos de estímulos que mantem o crescimento econômico em alta /// em detrimento da saúde física e mental do sujeito. Você se sente tenso, certamente!!!!”

Cabeça:

“Já parou para pensar por que tantas drogas continuam sendo comercializadas livremente, enquanto

outras têm sua venda e consumo proibidos? Que mal dizem combater?”

Muitas vezes, antes de serem convencionadas como ilegais /// drogas estimulantes tiveram seu consumo incentivado.

A cocaína, já foi receita para mulheres grávidas e, apesar de sua proibição, ainda é amplamente consumida, basta observar o capital de giro estimado pelo mercado ilegal planetário. Uma droga derivada da folha de planta, processada industrialmente /// com origem sagrada nos montes andinos. Lucra-se muito com a ilegalidade /// tirando o dinheiro das mãos dos produtores de subsistência.

A maconha seguiu o mesmo caminho /// já foi utilizada na indústria naval das grandes expedições humanas. Tem fibras melhores que a de algodão para vestuário, e foi proibida para beneficiar produtores de outras fibras /// e pra subjugar povos que faziam uso religioso de suas propriedades.

No passado, a catuaba, transvestida de fortificante, era receita livremente por médicos brasileiros e pela publicidade como suplemento alimentar, fortificante para crianças, para o aumento do apetite. Com teor alcoólico de 9,5% em sua composição /// a Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – só exigiu a modificação da fórmula original /// retirando o álcool do produto /// em 2021. Gerações inteiras de brasileiros embebedados desde a tenra infância.

O proibicionismo que vivemos nunca impediu o consumo das substâncias que hoje são ilícitas, ele gera apenas a Guerra às Drogas, que impõe malefícios diários a toda sociedade. Colocando povo contra povo /// marginalizando quem se opõe as leis /// distanciando o ser humano do seu próprio eu /// produzindo uma sociedade doente.

Uma sociedade sem drogas nunca existiu.

Então, quem ganha com essa guerra?

Olhar a sociedade numa perspectiva Redutora de Danos, que parte do princípio humanizado, em que a droga faz parte do nosso mundo /// do nosso cotidiano /// Pense como seria se vivêssemos em tribos educadas a um consumo consciente. /// Será que já não vivemos essa realidade em nosso dia a dia? Qual nossa relação com o Álcool em momentos festivos ///, tabaco em ambientes reservados /// Remédios tarjas pretos devidamente receitados /// ou o próprio açúcar, em pequenas quantidades após as refeições?

Reduzir os danos do consumo prejudicial à saúde /// excessos dessas substâncias lícitas ou não, confiando na autonomia do indivíduo /// certamente reduziria os efeitos colaterais vividos por todos nós com essa guerra imaginária às drogas.

A proibição não faz com que as pessoas parem de consumir substâncias.

No seu cotidiano, já pensou na quantidade de estimulantes ou relaxantes que você consome sem se dar conta?

Você é um usuário de drogas?

É sobre essa reflexão que devemos tratar.

A proibição não se mostra como solução, vamos repensar os caminhos que podemos seguir como sociedade.

Cabeça:

Queremos te ouvir para juntos podermos evoluir!!!

Participe. Qual sua opinião sobre esses pontos apresentados?

Nos vemos nos comentários

Fim.

...

Algumas questões levantadas podem guiar as discussões, como as consequências do proibicionismo e as alternativas propostas pela Redução de Danos: o encarceramento em massa, impactos na saúde pública e vida social, exclusão social, descriminalização e legalização. Essas reflexões oferecem um panorama amplo sobre as limitações do proibicionismo e abrem espaço para que os participantes visualizem alternativas já em curso.

Para construir este trabalho final, optei por um método que uniu prática, teoria e experiência. Como repórter cinematográfico, por mais de quinze anos cobrindo cenários que envolvem as drogas ou sua guerra, na cidade do Rio de Janeiro, os conflitos me levaram ao interesse pelo tema. Como pós-graduando em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas, pude entender como esse material poderia ser incorporado ao debate, unir o teórico com imagens de arquivo, entrevistas e reportagens, fazendo a diferença num contexto geral.

Assim, foi feito o levantamento do banco de imagens pessoal, banco de imagens públicas e de uso livre, o estudo do tema e criação de um roteiro que conversasse com as imagens, com a educação e com os referenciais teóricos do campo das drogas.

Resultados e discussão

O vídeo possui informações observadas na realidade palpável, como, por exemplo, operações policiais em variados contextos sociais (Figura 1), com cenas captadas em situações de conflito urbano, vivenciada por todos que coabitam sobre o jugo do proibicionismo.



Figura 1. Cena do vídeo “Dialogando as drogas na sociedade”

Disponível em: <http://bit.ly/45uKkvy>. Acesso em: 12 out. 2025.

Ao expor os participantes a cenas reais, cria-se a oportunidade de confrontá-los com realidades frequentemente ignoradas. Além disso, as cenas mesclam com elementos do cotidiano – açúcares, alimentos, medicamentos (Figura 2).



Figura 2. Cena do vídeo “Dialogando as drogas na sociedade”

Disponível em: <http://bit.ly/4kFczZ>. Acesso em: 12 out. 2025.

Ao expor os participantes a cenas reais, cria-se a oportunidade de confrontá-los com realidades frequentemente ignoradas no cotidiano. No entanto, essa estratégia demanda cautela: é fundamental garantir um ambiente seguro, onde os partici-

pantes se sintam livres para compartilhar opiniões sem receio de julgamentos, em ambientes inclusivos. Que o mediador do debate conheça a quem vai apresentar o material!

Após a exibição, é importante reservar um momento para que se processe as informações individualmente. Esse tempo permite que os estudantes formem suas próprias interpretações e identifiquem os aspectos que mais os impactaram. Ao incentivar a análise de cenas específicas, fomenta-se uma reflexão mais detalhada sobre o conteúdo, ajudando-os a perceber nuances que poderiam passar despercebidas. Cenas de operações policiais, por exemplo, podem gerar questionamentos sobre desigualdade social, preconceito e o impacto das políticas de repressão às drogas em diferentes grupos.

Em seguida, a discussão coletiva possibilita que tudo seja compartilhado e debatido. Essa troca é fundamental para enriquecer o entendimento da turma, pois cada um traz experiências e perspectivas únicas. O facilitador desempenha um papel essencial ao conduzir o diálogo de modo que todas as vozes sejam ouvidas, mantendo o debate respeitoso e produtivo.

Ao encerrar o encontro, é útil sumarizar os principais pontos debatidos, destacando as diferentes visões apresentadas. Esse resumo consolida o aprendizado e reforça que não existe uma única resposta correta em algo tão complexo como o uso de drogas. Além disso, ao incentivar a continuidade da reflexão e a busca por informações adicionais, promove-se um aprendizado que ultrapassa o ambiente do encontro.

Criar um ambiente de aprendizado reflexivo e seguro, que integre teoria e prática e estimule a análise crítica, é um desafio importante ao abordar temas como o consumo de substâncias e sua correlação com a saúde e segurança pública. Avaliar o impacto desse processo é o passo final para assegurar que o aprendizado seja efetivo e transformador.

O uso de vídeos com histórias reais e imagens facilita a construção de empatia e uma conexão emocional. Ao tratar das drogas de forma realista e humanizada, o material permite que os estudantes compreendam as implicações do uso de substâncias e o

impacto das políticas de repressão, mostrando que a desconexão entre proibicionismo e vida cotidiana é feita para atingir a todos.

O uso de vídeos como recurso didático para o ensino sobre drogas oferece uma abordagem moderna e acessível, facilitando debates críticos e inclusivos. O audiovisual na Educação sobre Drogas oferece uma abordagem do “fazer pensar”, buscando temas alternativos nos debates inclusivos e críticos sobre a temática das drogas. Questionar o proibicionismo e considerar a Redução de Danos como alternativa são passos essenciais para uma educação mais compreensiva e empoderadora, margeando as possibilidades de interconexões.

Considerações finais

Quando as informações são apenas depositadas, pode parecer que a responsabilidade sobre todas as respostas é de quem as passa. O objetivo do debate é que todos possam ter seu lugar de fala, tirando o peso de só um indivíduo e do professor, trazendo a sociedade a reflexão que impacta diretamente o dia a dia de todos. Vencer essa barreira de retenção é essencial ao educador.

Lutar contra uma comunicação posta há muito tempo nunca será tarefa fácil, e cobrar por investimentos que possibilitem a ampliação desse formato de ensino certamente é o primeiro passo rumo a universalização do pensamento crítico após debate.

As políticas de Redução de Danos focadas em saúde pública e educação têm se mostrado mais eficientes e humanas. A produção de vídeos com esse enfoque educativo permite aos estudantes explorar alternativas ao modelo proibicionista, incentivando a discussão sobre consciência e liberdade individual na tomada de decisões. Essa abordagem promove uma responsabilização social e fomenta compreensão crítica sobre o sistema de justiça e as políticas públicas relacionadas ao uso de substâncias.

Referências

ACSELRAD, Gilberta. Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos. **Revista da Emerj**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (edição especial), p. 96-104, out./dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3UP94tg>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MANIFESTO da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. **Portal Geledés**, 27 jul. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/4fpjy2>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OS COTIDIANOS. **Dialogando as drogas na sociedade**. YouTube, 2 nov. 2024. Disponível em: <http://bit.ly/3H5J75M>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Maria de Lourdes da. Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: embates de sentidos na educação. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH-Brasil, jul. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/47rthNg>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CAPÍTULO 7.

ANÁLISE CRÍTICA DA CARTILHA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

*Gustavo Henrique Medri
Marcos Alexandre Veríssimo da Silva*

Introdução

A escolha da temática para este trabalho de conclusão de curso se baseia em inquietações pessoais a respeito da única abordagem em que eu e milhares de alunos tivei durante suas formações escolares, por todo o ciclo básico de ensino, que foi o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Para isso, utilizarei do seu próprio material, o livro do estudante destinado a alunos do 5º ano do ensino fundamental (antiga 4ª série), baseado no programa estadunidense Dare (Drug Abuse Resistance Education), programa educacional americano criado em 1983 pela Polícia de Los Angeles. Tal programa foi concebido para a prevenção do uso de drogas e das práticas violentas, pretendendo alertar crianças e adolescentes sobre os riscos e ameaças desses comportamentos. Normalmente, é aplicado por policiais que estimulam a autoestima dos alunos, a capacidade de resistir às pressões dos pares e de tomar decisões responsáveis que tenham presente suas consequências (Rolim; Hermann; Oliveira, 2020).

Para Rolim, Hermann e Oliveira (2020), poucos estudos foram realizados demonstrando de forma objetiva os impactos e resultados do programa, tanto aqui no Brasil quanto nos Estados Unidos, mas, ao que tudo indica, sua ineficácia se mostra predominante no fator de prevenção ao uso de substâncias e comporta-

mento violento. Algo difícil de se mensurar, levando em consideração tamanha complexidade da temática sobre as motivações e circunstâncias que levam um indivíduo a usar determinada droga ou ser agressivo (cultura, ambiente, relações inter e intrapessoais, nível socioeconômico, gênero, raça, orientação sexual etc.).

Deste modo, refletindo sobre determinadas lacunas que possam inviabilizar ou perder a eficácia dessa intervenção com os alunos em seu real objetivo, busca-se implementar transformações que a levem a uma melhoria, tanto na abordagem quanto na criticidade e complexidade da temática em prol de uma educação crítica e emancipadora. Assim, vamos nos debruçar em questões relativas à Psicologia Histórico-Cultural e o desenvolvimento humano, de Lev Vigotski, e na Pedagogia Histórico-Crítica, de Demerval Saviani. Ambas se edificam com base no Materialismo Histórico-Dialético e “encontram-se em torno de um ideal comum: a formação de um novo homem, apto à construção de novos tempos, a pressupor a superação da sociedade burguesa” (Magalhães; Martins, 2020, p. 14).

Lev Vigotski, um dos mais influentes teóricos do desenvolvimento humano, destacou a importância do contexto social e cultural na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo. Sua abordagem, o Materialismo Histórico Dialético, enfatiza que o aprendizado é mediado por interações sociais e que a cultura desempenha um papel crucial na formação das funções psicológicas superiores (atenção, memória, linguagem, raciocínio, percepção e pensamento abstrato).

Ele propôs que o desenvolvimento humano ocorre em diferentes períodos, que refletem a interação entre o indivíduo e o ambiente. Introduziu conceitos como a “Zona de Desenvolvimento Proximal” (ZDP), que descreve, grosso modo, a diferenciação entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que precisa de ajuda, ressaltando a importância da colaboração e do suporte social na aprendizagem. Através de sua perspectiva, Vigotski nos convida a considerar como fatores históricos, cul-

turais e sociais moldam o processo de desenvolvimento, desafiando visões que enfatizam o individualismo.

Neste contexto, é essencial explorar os períodos de desenvolvimento delineados pelo autor, que nos ajudam a compreender melhor como as crianças interagem com o mundo ao seu redor e como essas interações influenciam seu aprendizado e crescimento.

Destarte, seguindo essa mesma linha de concepções materialistas da realidade, em consonância intrínseca com a concepção dialética em Marx, temos a Pedagogia Histórico-Crítica que, segundo seu próprio formulador, Demerval Saviani, menciona que a função da escola não está em

[...] mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata (Saviani, 2011, p. 201).

Isso reflete na especificidade de uma teoria pedagógica que contribua para a mudança da qualidade da percepção dos fenômenos para além da aparência, como mencionado, em que o indivíduo possua condições de realizar a passagem da síntese à síntese, por meio da mediação da análise, realizada por um tutor ou alguém mais experiente – no caso, o professor escolar –, que deve se posicionar em sua área de atuação em consonância com a realidade, enquanto um pesquisador e criador, contribuindo para o desenvolvimento.

Asbahr e Nascimento (2013) partem de uma excelente explicação de um dos precursores da Psicologia Histórico-Cultural:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar desses resultados, para fazer deles as suas aptidões, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos

do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, esse processo é, portanto, um processo de educação (Leontiev, 1978, p. 290 *apud* Asbahr; Nascimento, 2013).

Daí vem a importância de se analisar as mediações eleitas na Zona de Desenvolvimento Proximal de outro indivíduo – o aluno em processo de escolarização – para com a temática em questão e como essas mediações se mostram em relação aos alunos e as instituições presentes.

Destaca-se então o papel da socialização secundária, empenhada pelos docentes durante o período escolar, dando seguimento ao processo de socialização primária iniciado com seus cuidadores, garantindo a continuidade dos mecanismos de internalização de normas e regras necessárias para se viver em sociedade. Dentre os processos de socialização, temos, por exemplo, a linguística, a sexual e a moral.

Como destaca Fernandes sobre os postulados de Martín-Baró,

[...] o poder nos processos socializadores é um elemento importante posto na atividade pedagógica que, muitas vezes, se incumbe da transmissão de normas e regras hegemônicas do modo de produção capitalista ou, em outras palavras, pode engendrar uma moral classista voltada ao controle social (Fernandes, 2015, p. 130).

Deste modo, ao entendermos que os indivíduos em desenvolvimento estão intimamente ligados as suas mediações culturais, e que, a depender desta, caso não seja realizada de modo crítico e pela autonomia e emancipação humana, tem-se uma educação alienada, a favor do controle social das classes dominantes. Partimos para uma análise de como a junção das instituições de ensino e de segurança pública (polícia militar) pode auxiliar na perpetuação desses saberes alienantes no que tange a temática do uso de substâncias, contribuindo para um discurso

simplista, moral e estigmatizante do proibicionismo a favor da manutenção à perpetuação da cisão de classes.

Metodologia

A abordagem adotada nesta pesquisa será de caráter qualitativo, com a análise de acordo com a proposta metodológica do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), de Karl Marx, tendo a preocupação que ele deu ao caráter material (os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e ao histórico (como vêm se organizando através de sua história). Completando com o caráter dialético deste, sendo o MHD o método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis – esta última podendo ser entendida enquanto prática articulada à teoria –, epistemologia basilar da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica.

O objeto de análise é o material utilizado durante as aulas ministradas do curso, sendo um caderno composto por dez lições em um total de 54 páginas, que será analisado por capítulos a serem elencados enquanto problemáticas que sejam de teor crítico ou conformato com o viés proibicionista, ou seja, se está em prol da manutenção dessa política ou havendo uma perspectiva mais ampliada sobre o tema. Além do conteúdo a ser analisado, ao final, transcorreremos a respeito de como uma instituição de segurança pública acaba por reverberar estigmas e ideologias que auxiliam na manutenção do proibicionismo e de uma visão reducionista sobre a temática do uso de SPAs, visando uma ideia contrária a autonomia do indivíduo e da emancipação, conforme prega o MHD.

Resultados e discussão

Ao realizar uma análise da cartilha, nota-se que a mesma possui uma filosofia proibicionista, começando por sua canção, cujo refrão menciona: “lutando contra as drogas, ensinando a dizer

não”, o que se entende por uma política falha desde o início, uma vez que, segundo Antônio Nery Filho *et al.* (2012), ao transcorrer sobre “porque os humanos usam drogas?”, a respondem com maestria após um longo percurso histórico de nossa humanização – “[...] concluo que, fundamentalmente, os humanos usam drogas porque se tornaram humanos” (p. 18). Assim, conforme Carolina Felício (2018, p. 18), em sua monografia “A política de proibição, desde o início, já revelava as condicionantes socioeconômicas da reação ao uso e comércio de algumas drogas”, e também aponta que o início da “guerra as drogas” possui três pontos centrais, o econômico, o da política internacional e o xenofóbico, sendo estes camuflados em justificativas de proteção à saúde que acabam por cair em estereótipos morais.

Deste modo, a cartilha utilizada atua com uma proposta de tomada de decisão atravessada por questões morais e genéricas que auxiliam na perpetuação desta política como mostrado na Lição 4, no tópico “Estratégias de Resistência”, que menciona: “A união faz a força. Ande sempre com quem não usa drogas”. A estratégia se afastar de quem as utiliza perpassa uma noção de juízo moral e invalidez para a pessoa que faz uso de alguma substância, além de informar, na segunda lição, os fatos e efeitos, tanto do álcool quanto do cigarro, apontando apenas para dados que mostram seus malefícios, enquanto, em determinadas palestras e locais, tal assunto (das lícitas) nem é citado. Além de dados enviesados como “a mistura de bebida alcoólica com remédio é perigosa”, sendo uma informação falsa e simplista generalizando toda e qualquer medicação como um potencial de interação maléfica.

Apesar do programa focar em uma melhora na comunicação, no diálogo com seus pares e cuidadores, também o faz de modo moralista, uma vez que o uso, principalmente de lícitas, como álcool e cigarro, é normalizado e até incentivado – como no caso de propagandas e mesmo em letras de músicas populares –, sendo assim, os alunos encontram contradições nestas lições, que mostram o quão prejudiciais são as drogas, mas também as veem em seu cotidiano, até mesmo dentro de casa,

muitas vezes em contexto comemorativo e ainda são postos para “controlar seus impulsos e pensar nos riscos e consequências”, como na mensagem da polícia militar dirigida aos pais.

O artigo de Rolim, Hermann e Oliveira (2020) sobre a eficácia do Proerd, apesar de ter sido realizado um estudo quase-experimental com uma pequena amostra, não sendo possível sua generalização a escala nacional, aponta que

é notável que estudantes que participaram do Proerd e estudantes que não participaram não apresentem diferenças estatisticamente significativas nas trajetórias relacionadas ao uso de drogas e ao desempenho escolar (Rolim; Hermann; Oliveira, 2020, p. 387).

A questão é que o indivíduo se humaniza, ou seja, se desenvolve e se apropria dos fenômenos da realidade através de suas mediações, conforme expresso por Tanamachi e Meira (2003, p. 12):

O conceito de mediação, possível por meio dos sistemas simbólicos que representam a realidade (instrumentos e linguagem, que regulam as ações sobre os objetos e sobre o psiquismo respectivamente). Conclui que os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura (no plano social-interpsicológico), por meio de instrumentos psicológicos são internalizados (movimento intrapsicológico), produzindo o movimento de individuação (que é singular, mas socialmente construído).

Destarte, esse movimento de individuação é colocado como uma política falha, de informações enviesadas a favor de sua manutenção, conforme apontado pelos antropólogos Beatriz Labate e Thiago Rodrigues em uma discussão que aponta para uma visão história do uso de substâncias: “A busca pela abstinência do mercado de certas drogas psicoativas não colocou fim às milenares práticas de intoxicação e de busca por estados alterados de consciência” (Rodrigues; Labate, 2018, p. 35). Isso apenas confirma

as contradições e até mesmo o caráter utópico de pôr fim a uma relação que historicamente possui finalidades, motivações, objetivos e volições das mais diversas, que não foram e nem serão eliminadas com a criação de leis, abordando assim as consequências do proibicionismo enquanto a geração de estigmas e preconceitos com a criação de novos criminosos e um público a ser combatido – pessoas marginalizadas e periféricas de baixa renda que atuam em um mercado ilegal em busca de ascensão socioeconômica.

Outrossim, entende-se que tal ensino não está em consonância com uma visão emancipadora e que se apropria criticamente das condições materiais da realidade, na Concepção Histórico-Crítica de Saviani (2000 *apud* Tanamachi; Meira, 2003, p. 8). O autor apresenta alguns elementos que garantam o papel emancipador da escola, e dentre eles está “a competência técnico-pedagógica do professor, para selecionar os conteúdos e os procedimentos de ensino e o compromisso político com os pressupostos e as finalidades de emancipação”.

Deste modo, analisamos que ainda dentro da pedagogia e das licenciaturas – estas enquanto profissões aptas ao ensino-aprendizagem – já se mostra uma tarefa árdua e complexa tomar as finalidades de emancipação, por mais que os profissionais façam cursos preparatórios para atuar em sala de aula, desse modo, a polícia militar estará bem menos qualificada para tratar de um assunto que não domina, ao menos não da forma que estamos nos referindo.

Esta mesma polícia é a que, segundo Verissimo e Alves, no artigo “Viveiros de gansos e viveiros de patos: um estudo sobre práticas policiais envolvendo apreensão de drogas no estado do Rio de Janeiro” (2024), nos mostram discurso de sujeitos dentro da própria instituição que mostram seu caráter brutal. “Segundo um de nossos interlocutores, não há como trabalhar em uma unidade do GAT sem estar disposto a matar” (p. 133). E posteriormente trazem outro discurso “O PATAMO tem que prender. A gente vive disso. É isso que o comandante de companhia espera da gente. É isso que o coronel espera da gente [...]” (p. 135). Destacando a

contradição da polícia que, ao mesmo tempo, é treinada para matar e vai dar aulas sobre o “não” a violência e o uso de substâncias.

Por fim, Rolim, Hermann e Oliveira (2020) nos afirmam o quanto é necessária uma avaliação do Proerd nos diferentes estados do país. Eles sugerem, através de algumas variáveis sociais, fatores que se mostram pertinentes na análise do uso precoce de drogas e o desempenho escolar, como a presença dos cuidadores no lar dessas crianças, a qualidade do relacionamento entre eles e se os cuidadores utilizam alguma substância ou não.

Considerações finais

Os resultados verificados nesse estudo, levando em consideração a complexa temática e seus atravessamentos, coloca em pauta a ausência de uma transdisciplinaridade neste diálogo, envolvendo problemáticas oriundas de cada comunidade em particular, ou mesmo para que se pensem nesses diferentes contextos e papéis sociais, seja por questões étnicas, raciais, monetárias, de gênero e tudo que possa atravessar os corpos privilegiados e marginalizados nessa disputa de poderes. A temática deve abarcar para além de como as drogas agem no organismo e seus malefícios de forma moralista, tratando de forma adulta e responsável as questões que perpetram esse estudo e as informações divulgadas. Em minhas considerações, tal mediação deveria ser posta sob responsabilidade de pedagogos ou psicólogos instruídos para tal finalidade, não policiais que ainda perpetuam um estigma de terror e medo em determinados locais, buscando uma visão não alienante, crítica, e emancipadora do sujeito.

Que a questão do uso abusivo de substâncias é um problema, todos já sabemos, mas devemos trabalhar para que alguma medida nas políticas públicas seja realizada para auxiliar nisso, e não apenas atuando na manutenção de lucros advindos das indústrias farmacêuticas, armamentistas, militares e de cunho religioso – como nas comunidades terapêuticas –, contribuindo com a patologização da vida.

Como já mencionado, criamos um inimigo – as drogas –, presente em nossa sociedade antes mesmo desta se configurar da forma como a conhecemos atualmente, precisamos compreender a relação humana com estas substâncias desde outrora e seus significados, e não simplesmente buscar o extermínio e distanciamento irracional. É necessário reeducar o homem em algo que ele mesmo perdeu no rumo do tempo com a criação de um sistema desenfreado que coloca o indivíduo em segundo plano, nos direcionando assim para uma sociedade individualista, imediatista e acumuladora que reflete um vazio preenchido por prazeres imediatos – como vai se configurando a questão do uso abusivo de SPAs –, nos automatizando, e alienando nosso modo de (re)produzir a vida.

Referências

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 414-427, 2013.

FELICIO, Carolina Lavatori. **O fracasso do proibicionismo e da política de “guerra às drogas”**. 2018. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Luciete Valota. **O processo grupal como resistência ao sofrimento e ao adoecimento docente: um estudo à luz da perspectiva histórico-dialética**. 2015. 270f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, Giselle Modé; MARTINS, Lígia Márcia. Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e pedagogia escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, 2020.

NERY FILHO, Antonio *et al.* (orgs.). **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**. Salvador: Edufba, 2012.

RODRIGUES, Thiago; LABATE, Beatriz C. Proibição e guerra às drogas nas Américas: um enfoque analítico. *In*: LABATE, Beatriz C.; RO-

DRIGUES, Thiago (orgs.). **Políticas de drogas no Brasil**: conflitos e alternativas. São Paulo: Mercado das Letras, 2018.

ROLIM, Marcos; HERMANN, Daiana; OLIVEIRA, Camila Louis. O PROERD funciona? Notas a partir de estudo quase-experimental. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 3, p. 381-390, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. *In*: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 197-226.

TANAMACHI, Elenita de Rício; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. *In*: TANAMACHI, Elenita de Rício; MEIRA, Marisa Eugênia Melillo (orgs.). **Psicologia escolar**: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 11-62.

VERISSIMO, Marcos; ALVES, Perla. Viveiros de gansos e viveiros de patos: um estudo sobre práticas policiais envolvendo apreensão de drogas no estado do Rio de Janeiro. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 128-142, 2024.

CAPÍTULO 8. DEBATES CANÁBICOS VIA AUDIOVISUALIDADES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO CURTA CEPAP

*Rosely Silva de Albuquerque Souza
Francisco José Figueiredo Coelho*

Introdução

Pesquisadores como Carneiro (2002), Acselrad (2013) e Coelho (2019) compreendem o fenômeno do consumo de drogas, acima de tudo, como uma questão histórico-cultural. Pontualmente, na visão dos autores, compreender a dimensão histórica desse fenômeno nos fornece elementos centrais para concebermos visões mais flexíveis e menos proibicionistas sobre o tema, especificamente quando o cerne dos debates é a maconha.

Carneiro (2002) e Acselrad (2013) tomam como ponto de partida a ideia de que as drogas sempre existiram e – ao longo do tempo – foram incorporadas por segmentos sociais diversos. Da alimentação à busca do prazer ou alívio da dor, diferentes drogas fizeram e fazem parte das relações de convivência social. Em outras palavras, “[...] as drogas são necessidades humanas” (Carneiro, 2002, p. 116).

Mesmo com o avanço dos debates e do direcionamento dado a partir da Lei n. 11.343/2006, que institui o Sistema Público de Políticas Nacionais sobre drogas, do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ainda muito precisa ser feito. Segue abaixo o art. 8º da referida lei:

Programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas. O tema ainda

gera desconforto na sociedade e na comunidade escolar e a sua abordagem na escola quase sempre é atravessada pelo viés da proibição (Brasil, 2006).

O fato é que, ainda com previsão legal, os debates educativos dentro ou fora do espaço escolar são recheados de discursos de proibição, que atendem aos interesses econômicos, políticos, socioculturais, territoriais e educativos na perspectiva da hegemonia dominante, validando a Guerra às Drogas (Coelho, 2019) ao invés de debates factíveis que busquem entender a diversidade cultural e social do país e minimizar ações mais agressivas ao corpo dos usuários. Nesse bojo, convém considerar a dimensão marginalizadora e estigmatizante dos rótulos sociais, como proposto por Rosa del Olmo, já no início da década de 1990, ao destacar distintas desigualdades sociais negativas à educação, tais como a violação dos direitos humanos, a associação inadequada de droga a vício, delinquências, degradação moral e sexual, violência, de acordo com a droga e com o usuário.

Nos Estados Unidos, os opiáceos não eram assunto de grande preocupação nacional, pois estavam muito mais confinados aos guetos urbanos e, em especial vinculados aos negros e/ou portoriquenhos. Por sua vez, a maconha também era própria de grupos marginais, fundamentalmente emigrantes mexicanos. Era chamada de “a erva assassina! (The killer weed)” porque era associada à violência, agressividade e criminalidade (Olmo, 1990, p. 29).

Entendemos que tal perspectiva, estigmatizante e, convenhamos, opressora e cruel, sinalizada por Olmo (1990), possui múltiplas origens, desde o tenebroso discurso ético-jurídico, cuja droga é sinônimo de periculosidade (envolvendo crime, prostituição, vício, jogos e vagabundagem), associado ao discurso médico-sanitarista, onde o usuário é visto como doente e o uso de drogas é uma patologia, sendo o tratamento o único caminho para a salvação contra o mundo dos entorpecentes.

Em outras palavras, o proibicionismo associa o consumo aos danos que podem causar ao indivíduo, a moral e a sociedade. Cria-se um perigo que precisa ser confrontado e a narrativa do medo, do vício e da violência autoriza o combate ao mal, sem qualquer diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, fundamentais para uma compreensão mais igualitária da sociedade.

Os discursos de proibição quase sempre promovem a narrativa da droga como prazer histórico e cultural construído, aferindo que o bem-estar advindo do uso de alguma substância é um risco biológico e social que deve ser eliminado por critérios de interesses econômicos e políticos. Nessa ocasião, há uma recusa em reconhecer pedagogicamente que o prazer também é um tema para o debate em se tratando de uma Educação para as Drogas (“para” em seu sentido mais *stricto*), reconhecendo a essência histórica e a utopia de um mundo sem relação com as drogas. Contrário a esse discurso, Acselrad (2013), em seu artigo “Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos”, questiona esse mal por excelência que as drogas causariam, ao afirmar que elas dão prazer e eventualmente produzem danos.

Acerca do que comentamos, nota-se que os discursos de proibição que circulam em nossa sociedade e nos espaços educativos se depositam mais em “adestrar”, para uma compreensão mecânica das drogas, a propriamente preparar os estudantes para serem sujeitos capazes de agir com autonomia sobre as suas próprias vidas, caminho assumido pela Redução de Riscos e Danos, como apontado por Acselrad (2013) e Coelho (2019). Nessa ótica, Lourdes Silva (2019) faz uma contribuição importante para o campo da Educação para as Drogas ao pontuar que uma parte dos discursos proibicionistas definem a qualidade dos materiais educativos sobre drogas. Materiais didáticos e paradidáticos produzidos por editoras de todo o país trazem um Currículo Mínimo Irredutível, reduzindo o tema das drogas à tríade: classificação, efeitos e danos ao organismo, o que estimula uma abordagem drogacêntrica e menos centrada em questões sociais fundamentais vivenciadas no cotidiano. Nesse

sentido, o discurso da proibição e esse currículo atendem a produção e reprodução do poder e da ideologia hegemônica que vislumbra a droga como algo possível de ser extinto ou minimizada a sua complexidade. A construção de uma verdade expressa no currículo irredutível passa pelo discurso repetido sobre as drogas na escola, assim como por todo o material de consulta e reflexão disponível aos alunos. O proibido é ideologicamente construído, atribuindo significados e indicando o sentido que a droga deve ser concebida pelos diferentes grupos sociais.

Acselrad (2013) e Silva (2019) analisam o uso da expressão “prevenção para as drogas”, que teria como objetivo impedir o uso de toda e qualquer substância e livrar a sociedade desse risco nocivo, criando ilusões e direcionando soluções violentas e imediatistas, com caminhos impossíveis de serem alcançados. As autoras apontam para a perspectiva da Educação sobre Drogas e Educação para as Drogas, onde o objetivo é confrontar a verdade construída pelo proibicionismo e ao mesmo tempo permitir que o sentido do uso da droga seja pensado pelo sujeito (Acselrad, 2013, p. 97).

Sob o mesmo ponto de vista, Martins *et al.* (2020) alertam que caminhar no sentido contrário ao massacre da proibição favorece um panorama mais integrado no plano da Redução de Danos (RD), diferente das políticas de interdição, o entendimento do consumo de drogas nem sempre é visto como nocivo. Portanto, o cenário das práticas de uso e as condições de vulnerabilidade física, psíquica e emocional dos sujeitos são consideradas não enclausurando em julgamentos de ordem moral. Nessa ótica, entendemos que todo consumo de drogas pode gerar impactos orgânicos, mas não se deve descartar que as experiências de uso e abuso também se convertem em situações de aprendizagem (Coelho, 2019; Martins *et al.*, 2020), promovendo uma cultura de paz ao invés de guerra.

Partindo do que mencionamos acerca dos respingos do proibicionismo na Educação, reconhecemos o desafio dos profissionais de ensino no trato de tais abordagens, ainda que a Lei n. 11.343/2006 tenha sido uma garantia legal. Investir no temário, especificamente sobre a maconha, gera muito receio entre os professores. Dian-

te disso, Martins *et al.* (2020) avaliam os principais desafios para levar o tema para a sala de aula, dando suporte aos docentes para trabalharem com a temática da maconha e outras drogas de forma educativa e informativa, não se configurando como apologia ao uso, mas como uma pedagogia redutora de danos. Coelho (2019) chama atenção para um ponto fundamental na Educação para as Drogas que é a educação continuada, entendendo-a como uma formação necessária e potencializadora para que o docente tenha convicção e um arcabouço teórico que fundamente a sua prática.

Aliado a tal contexto, Martins *et al.* (2020) entendem que as audiovisuais – em especial o uso de documentários – podem ser um caminho disparador importante, mobilizando informações, imagens e impressões que possibilitem um panorama mais amplo de debate e, sem receios, incorpore as dúvidas e anseios dos estudantes. Nesse alinhamento, é possível pensar esses instrumentos como uma estratégia que mobilize a troca de saberes coletivos. Santana (2020) se aproxima das ideias de Martins *et al.* (2020) na medida em que percebe as audiovisuais, dentro do processo educacional, como um investimento favorável a uma educação crítica e reflexiva que dialogue, problematize e fomenta o debate sobre distintos temas de ordem social que permeiam a vida dos indivíduos.

Em suma, o trabalho em questão descreve um relato de experiência com cerne no uso de um documentário canábico – de acesso livre e gratuito – com estudantes do ensino médio noturno de uma escola pública. Neste eixo, o audiovisual serviu como disparador para um debate realizado com especialistas do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrando o trabalho de conclusão de curso (TCC) da primeira autora desse texto, no curso de Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas oferecido pela mesma instituição.

Metodologia

Este capítulo é um relato descritivo de uma atividade educativa na perspectiva da Educação para as Drogas, realizada em uma escola estadual no bairro do Colubandê, em São Gonçalo/RJ. A atividade aconteceu no dia 21 de agosto de 2024, com cerca de 35 estudantes da modalidade regular e da Nova Educação de Jovens e Adultos, em uma ação extensionista denominada Curta Cepap, parceria entre a escola e o GPED/Uerj.

O Projeto Curta Cepap foi iniciado no ano de 2023, com a intenção de transversalizar e interdisciplinarizar alguns debates contemporâneos, possibilitando aos alunos conhecerem pontos de vista distintos sobre um determinado tema, como drogas, racismo, violência sexual e contra a mulher, xenofobia e afins, utilizando os audiovisuais como tecnologia disparadora. Após assistirem a película, é constituída uma mesa formada por pelo menos dois especialistas, oportunizando ao grupo o contato com novos olhares e perspectivas. O Curta Cepap é uma linha de ação que integra algo maior, o Projeto de Educação Popular em Ciências (PEPCiências),¹² com tradição desde 2018 em levar especialistas/cientistas/pesquisadores ao espaço escolar.

A atividade teve como público-alvo os alunos do ensino noturno, 35 alunos do Ensino Regular e Educação para Jovens e Adultos, com faixa etária entre 17 e 50 anos, majoritariamente negros, moradores do bairro ou de localidades próximas. A exibição do documentário se deu no espaço do refeitório da unidade, com a utilização do quadro interativo e da internet. De forma complementar, eles produziram um relatório sobre a atividade e o entregaram na semana seguinte à exibição. O objetivo foi articular as informações do documentário, as reflexões do debate e a prática textual.

É importante pontuar que o curso noturno recebe uma grande parcela de jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho, o que impediu com que alguns estivessem na es-

12. Veja mais em: <http://bit.ly/40U3MQR>.

cola às 18 horas, início do turno. O espaço foi preenchido ao longo da exibição e no momento do debate as turmas já estavam completas. A conversa retomou e avançou sobre alguns pontos fundamentais do documentário, possibilitando a participação também dos que chegaram mais tarde.

A proposta veio de encontro às dúvidas dos estudantes do ensino noturno acerca da maconha, especificamente sobre a descriminalização do porte ocorrida em meados de 2024. Acharmos conveniente o uso do documentário *Baseado no Brasil* (de 29 minutos e 14 segundos).¹³ Em face de equívocos que circularam na escola, sobretudo de que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia legalizado a maconha no país, achamos pertinente convidar as turmas para o debate. O material, produzido em 2014, foi elaborado por alunos do curso de Jornalismo da PUC-Campinas e o foco da discussão é a regulamentação/descriminalização da substância. Ele foi postado como acesso livre apenas em 2016.

Baseado no Brasil foi uma tentativa de aproximar essa discussão dos estudantes. O uso do audiovisual como uma ferramenta pedagógica com a exibição de filmes, vídeos e documentário é uma experiência diferente, estimulante (no sentido lúdico) e bem recebida, concebendo as propostas de Santana (2020) e Martins *et al.* (2020) acerca da formação crítica e reflexiva dos sujeitos sociais. Neste alinhamento, pontualmente compreendemos que nem o debate aberto, nem o conteúdo do documentário configuram-se como apologia, mas como caminho pedagógico importante de informação, aprendizagem crítica-participativa e questionadora de caminhos centrados no proibicionismo. Com o propósito de reuni-los para a troca de ideias e informações a partir das demandas espontâneas, não elaboramos um roteiro com questões prévias para o debate.

Este artigo concentrará seus resultados em dois blocos de análise, com base na observação direta do evento e nos registros dos autores, questionamentos surgidos e discursos dos parti-

13. Disponível no YouTube através do link: <http://bit.ly/45yiWNk>.

participantes do Curta Cepap, a saber: (1) informação e desinformação social nos discursos circulantes do espaço escolar; (2) impressões discentes acerca do documentário enquanto recurso audiovisual. Relatórios demandados dos estudantes sobre o que depuraram do debate e do uso do audiovisual também auxiliaram nas impressões que apresentamos a seguir.

Para fins de análise, nossa intenção será observar os discursos produzidos ao longo da atividade pelos alunos, compreendendo que revelam o universo ideológico, sociocultural, político, econômico e racial em que se inserem. Para tal, utilizaremos o referencial metodológico de Mikhail Bakhtin (1988). Consideramos, à luz dos seus contextos de elaboração enunciativa (circulantes ao longo do curta Cepap), compreender o diálogo operado entre os registros e seus contextos, buscando rebatimentos e endereçamentos político-ideológicos. Analisamos os discursos circulantes como enraizados e ricos em sentidos e valores. Seja em suas interações verbais ou nos registros textuais, consumimos e nos preocupamos com o conteúdo e não meramente com as formas.

Resultados e discussão

Informação e desinformação social nos discursos circulantes do espaço escolar

Antes da apresentação dos dados desta seção, convém lembrar que o STF retomou, em junho de 2024, o julgamento da RE 635.659, onde a discussão gira em torno da descriminalização do porte de drogas (maconha) para o consumo próprio no país. A quantidade de até 40 gramas, ou seis plantas fêmeas, será o limite para a diferenciação entre usuário e traficante. Caso o indivíduo seja pego com uma quantidade maior e não tenha outros indícios que o associe ao tráfico de drogas (caderno de anotações, contabilidades, ocorrências anteriores etc.) será levado para a delegacia e autuado administrativamente, diferente do que ocorria até então, que em tais circunstâncias era compreendido

como crime. Na votação, oito ministros se manifestaram pela descriminalização de usuários (Gilmar Mendes – relator, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Dias Toffoli, Luiz Fux e Cármen Lúcia), e três foram contrários (Cristiano Zanin, André Mendonça e Nunes Marques).

O parágrafo anterior resume a decisão do STF acerca do tema, algo que circulava nas mídias sociais, podcasts, e jornais de circulação nacional há mais tempo. Contudo, ainda com tantos canais de disseminação, semanas anteriores ao Curta Cepap, distintos alunos, tanto da modalidade regular quanto da Neja, afirmavam que a maconha estava em fase de legalização e não em processo de descriminalização, como de fato ocorria. Embora o tema tenha estado e ainda esteja em foco nas mídias sociais, entendemos que falácias e equívocos também circulam dentro e fora da escola, exigindo que o professor esteja preparado com os aportes pedagógicos propostos pela Lei n. 11.343/2006, desafio já comentado nas páginas anteriores deste trabalho. Nessas ocasiões, compreendemos que recursos audiovisuais atualizados colaboram instigando o diálogo, trazendo reflexões contemporâneas e revendo equívocos, fugindo do que Acselrad (2013) denomina de “desinformação social”.

Impressões discentes acerca do documentário e o potencial das audiovisuais

Na publicação de Martins *et al.* (2020), uma intenção importante com o uso dos audiovisuais nos debates seriam as experiências que ajudariam a fomentar a crítica e a construção da cidadania, proporcionando um olhar mais apurado sobre a desinformação social circulante, assim como o resgate de suas experiências e problematizações a partir das provocações trazidas tanto pelo documentário quanto pelos convidados.

Ao desvendar novas realidades, as buscas compreendê-las são capazes de capturar melhor as conjunturas proibicionista que nutrem os diferentes discursos mecânicos e drogacêntri-

cos, quase sempre expostos de forma maniqueísta (droga faz mal, fugir dela faz bem).

O documentário retoma a possibilidade do que autora Gilberta Acselrad (2013) chama de educação para autonomia, quando se propõe: pensar uma droga como a maconha historicamente associada a diferentes formas de uso, discutir conceitos e trazer um modelo de abordagem mais compreensivo e menos pautado na opressão e na proibição como único caminho, linha adotada por programas como o Proerd, por exemplo. Ou seja, permitir aos estudantes – a maioria constituída por adultos, no nosso caso – um confronto com suas experiências e valores a partir de dados científicos e interlocução com saberes das Ciências Sociais.

Num panorama geral, o Curta Cepap tem a preocupação de promover, via animações, documentários ou outros tipos de curta-metragem, canais de participação democrática para o ensino noturno. Nesse cenário, o tema canábico foi preferido uma vez que o Congresso Federal tem intencionado debates duros e, por vezes, equivocado, sobre a regulamentação da maconha. Isso teve início a partir da proposta de um projeto de lei¹⁴ que contou com a participação popular.

Envolvidos em um contexto social onde as informações sobre drogas são enviesadas por noticiários alarmistas, confrontos, mortes, estigmas e pouca informação sobre a prevenção de danos, como já mencionado ao longo dessa exposição, a ideia de que um adulto possa fazer uso da maconha sem ser criminalizado, ou tornar-se imediatamente um viciado, foi o ponto de partida do debate. Na mesma perspectiva, alguns alunos questionaram a autonomia, presente na proposta da Redução de Danos. Será que uma pessoa que faz uso da maconha pode decidir por si?

14. O projeto de lei foi publicado no Portal e-Cidadania, do Senado Federal, em 30 de janeiro de 2014, pelo proponente André de Oliveira Kiepper, e contou com mais de 20 mil apoios contabilizados. A sugestão n. 8, de 2014, diz que a maconha deve ser regularizada como as bebidas alcoólicas e os cigarros. A lei deve permitir o cultivo caseiro, o registro de clubes e autotcultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda no atacado e no varejo, além de regularizar o uso medicinal.

Esses elementos iniciais apontam para a construção dos diferentes discursos no ambiente escolar, ou seja, nos apresenta uma arena de disputas e discursos além do pedagógico, revelando ideologias dominantes (Martins *et al.*, 2020, p. 407), ainda que o campo da disputa dos discursos e construções de signos seja um lugar possível de informação e inserção para a vertente da Redução de Danos.

Pensar nela como uma perspectiva de cuidado, que percebe o indivíduo na sua inserção e interação social, também foi uma informação nova para o grupo, por entender o uso da maconha somente pelo aspecto do adoecimento do corpo e da mente. Alguns alunos relacionaram a doença mental ao uso prolongado da droga e diante da gravidade das consequências, a sugestão era que a maconha fosse evitada tanto pelos adolescentes, quanto pelos adultos. Logo, deveria ser proibida para todos.

Tais observações vinham cercadas por exemplos pessoais, envolvendo parentes e vizinhos que faziam o uso da droga e passaram por internações psiquiátricas prolongadas ou que permaneciam em sofrimento mental devido ao uso abusivo.

Neste momento, o discurso proibicionista e os estigmas relacionados aos usuários foram externados e os mesmos responsabilizados individualmente pela vida degradante que levavam, assim como por traumas causados às famílias. Como pontuado nas análises de Martins *et al.* (2020), a essência aqui do proibicionismo é a formulação de uma verdade de que a droga é um mal e qualquer experiência com ela é algo irresponsável. Tais construções não surgem naturalmente, os discursos são produzidos em diferentes espaços sociais, como afirma Olmo (1990), contribuindo para confundir e ignorar as reais dimensões psicológicas, sociais, políticas e econômicas. Silva (2019) evidencia outro aspecto fundamental para a construção do pensamento e do discurso, pautado na forma como a maioria dos materiais didáticos e paradidáticos abordam o tema das drogas (classificação, efeitos e danos), colaborando com a manutenção e a reprodução do estigma construído sobre a substância e o usuário.

Com o intuito de fomentar essa desconstrução a partir de um olhar mais amplo, o debate teve a participação de especialistas que dialogam com a Redução de Danos.

Comparando a discussão com o material entregue nos relatórios, foi possível identificar outro cenário. A devolutiva dos textos produzidos pelos alunos ficou aquém do esperado. Somente para o terceiro ano regular foi atribuída uma pontuação pela entrega. Logo, foram recebidos majoritariamente atividades da turma onde a pontuação comporia a nota bimestral. Há uma grande dificuldade em romper a naturalização da relação direta entre conhecimento e nota. A prática da entrega de um relatório como atividade avaliativa pode ter reforçado essa relação, além de direcionar a atividade para este fim, ou seja, a mensagem atendendo as expectativas do leitor (professor).

Soma-se a tal fragilidade a dificuldade que muitos estudantes apresentam na produção textual. Neste sentido, o debate, realizado logo após a exibição do documentário, ajudou na medida em que alavancou questões e reflexões que foram pontuadas nos trabalhos escritos. Em todas as produções, foi possível observar que eles atingiram o foco do documentário, ou seja, o impacto positivo da regulamentação das drogas, o que, em nosso entendimento, revela um pensamento menos inclinado ao perfil de proibir por proibir.

Para análise dos relatórios, tomamos como aporte teórico, metodológico Mikhail Bakhtin. No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o autor evidencia a relação entre a linguagem e a sociedade e questiona em que sentido a ideologia determina a linguagem (Bakhtin, 2006, p. 7).

O autor entende a ideologia como um reflexo das estruturas sociais, a linguagem e o pensamento são modelados por ela, logo, a pesquisa que envolve análise de discurso deve levar em consideração essas associações e os contextos narrativos. Essa atenção foi observada tanto na análise dos relatórios, quanto nos discursos produzidos no debate.

De uma forma geral, a maior parte das produções evidencia um afastamento da perspectiva negacionista, chamando a aten-

ção para o número de vítimas fatais em função da Guerra às Drogas. Pontuam a vulnerabilidade de certos grupos e territórios que a Guerra às Drogas encontra e vitimiza (negros, pobres e periféricos). Citam as vantagens econômicas da regulamentação, como, por exemplo, a arrecadação de impostos. Ainda narraram os discursos pró e contra a regulamentação da maconha.

A Guerra às Drogas não somente é contra aos entorpecentes, mas também as pessoas inocentes que vivem em periferias da nação brasileira. São jovens negros os mais encarcerados em penitenciárias por tráfico de drogas [...] (Estudante P, turma 3004).

Comparando o Brasil com países que já legalizaram a cannabis, o documentário propõe uma reflexão sobre a necessidade de mudança na política de drogas [...] (Estudante K, turma 3004).

Os dois trechos, retirado dos relatórios, refletem o olhar crítico dos estudantes sobre essa guerra, sendo eles e o entorno os alvos da política do encarceramento e da morte, que avança bruscamente em direção aos negros e pobres. Um cenário de criminalização que, como afirma Olmo, não é recente. Na década de 70, a maconha era considerada a “erva maldita” e essa diferenciação entre os usuários, se estabelecia a partir da classe social e da cor, quando morador da favela, o indivíduo era construído como um sujeito agressivo, criminoso e traficante, ao passo que “os meninos do bem” ficavam apáticos e eram direcionados aos tratamentos da dependência química (Olmo, 1990).

No que tange ao uso recreativo da maconha, a pesquisa de Martins *et al.* (2020), realizada na mesma unidade, tendo como foco a liberalização no Uruguai e o retorno do debate do STF para o consumo próprio no Brasil, revelou ser mais natural aos alunos jovens falarem sobre a maconha recreativa e assumirem o uso, do que entre os mais velhos do noturno (Neja), onde o estigma e o pré-julgamento estão mais presentes.

Comparando a pesquisa analisada por Martins *et al.*, em 2020, e os dados que obtivemos com os relatórios entregues pelos alunos, observamos que o uso recreativo não aparece nos relatos. O fato de ser uma atividade escrita e identificada com nome e turma pode ter colaborado para que preferissem não mencionar situações pessoais, além do receio do estigma e do julgamento.

Ainda que em alguns relatos reservassem um espaço para a conclusão, o discurso do currículo irredutível, tal como analisado por Silva (2019), não foi reproduzido.

Muitas informações importantes e vários pontos de vista e mostrando a realidade, mas mudou muito de uns anos pra cá e faz pensar sobre o assunto e é necessário a educação nas escolas, palestras explorando a ascensão da indústria da cannabis, que podem usar como medicamento, isso aborda várias questões políticas, econômicas e sociais [...] (Estudante A, turma 3004).

Considerando a dificuldade já apontada de introduzir a temática das drogas nas escolas e a abordagem da Redução de Danos, é compreensível que tais possibilidades não se apresentem tão claramente nos relatórios, indicando que a desnaturalização da droga como um mal ainda percorrerá um longo caminho. Por outro lado, os avanços científicos e a divulgação de tratamentos de saúde relacionados ao óleo da cannabis aparecem como fatores positivos da droga, contribuindo para a reflexão sobre as diferentes formas de uso da maconha na sociedade.

Considerações finais

Levar a Educação para as Drogas na escola requer uma série de tentativas de inserção do tema. O trabalho com o audiovisual é uma delas e consideramos uma ferramenta interessante para iniciar o debate, rompendo as barreiras já existentes, diferenciando-se das atividades exclusivamente teóricas de uso

habitual nas salas de aula e apresentando aos alunos outras possibilidades de refletir sobre a vida social.

No que apresentamos e discutimos, os documentários e demais audiovisuais sobre drogas e outros temas correlatos se colocam como uma possibilidade de democratizar o letramento audiovisual com bons acervos de filmes, documentários e séries, oportunizando aos alunos a reflexão e o diálogo. O temário canábico é apenas um exemplo de tópicos contemporâneos transversais que problematizam e divulgam distintos assuntos científicos, proposta do macroprojeto de Educação Popular em Ciências na unidade de ensino observada.

Ao combinar o audiovisual com a Educação para as Drogas na abordagem da Redução de Danos é notório que uma exibição anual ou esporádica não seja suficiente. A Educação para as Drogas deve ser inserida em um contexto interdisciplinar, mobilizando distintas questões de uso e abuso, incluindo as substâncias lícitas como medicamentos, álcool e até mesmo drogas digitais.

A experiência com alunos do período noturno, ainda que tímida, ajudou a reforçar esses argumentos e pensar em estratégias de rodas de conversa, com grupos menores, que antecedam a exibição (nas aulas), já fomentando questões para o Curta Cepap e “quebrando o gelo”, na tentativa de ampliar a participação da turma no dia da exibição, valorizando a prática da oralidade e a construção do conhecimento a partir das experiências em grupo. É importante ressaltar que a utilização de um documentário de acesso livre favorece a dinâmica do curso noturno, em que nem todos conseguem chegar no horário, mas conseguem participar do debate e podem acessar o vídeo futuramente.

Enfim, a experiência do uso do audiovisual se mostrou um aliado na prática pedagógica da Educação para as Drogas, um facilitador para encaminharmos a discussão de uma forma crítica, dialogando com as Ciências Humanas e Sociais e não orientando a questão apenas na égide do Currículo Mínimo Irreduzível. Tal proposta pode ser utilizada ainda para potencializar o debate sobre as drogas de forma interdisciplinar, conectando-o com temas contemporâneos, como a luta antirracista no Brasil.

Referências

ACSELRAD, Gilberta. Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos. **Revista da Emerj**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (edição especial), p. 96-104, out./dez. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/4lmg5wJ>. Acesso em: 15 out. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1988].

BRASIL. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/4ox4Sw8>. Acesso em: 17 out. 2024.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 6, p. 115-128. 2002. Disponível em: <http://bit.ly/4ftbZI7>. Acesso em: 17 out. 2024.

COELHO, Francisco J. F. **Educação sobre Drogas e formação de professores**: uma proposta de ensino a distância centrada na Redução de Danos. 22. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

FALAVIGNA, Vinicius. **Baseado no Brasil: Documentário (2014)**. YouTube, 20 de abr. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/4m14W5u>. Acesso em: 17 out. 2024.

MARTINS, Sandra *et al.* Debates sobre a legalização da maconha na sala de aula: pedagogia ou apologia na era da resistência? **RevistAleph**, n. 34, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i34.40829>.

OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

SANTANA, Renan Carlos. O audiovisual no ensino da Sociologia. **Revista Eletrônica: Lenpes-Pibid de Ciências Sociais – UEL**, Londrina, v. 1, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/41jscUf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Maria de Lourdes da. Educação sobre drogas: ensino, pesquisa e extensão na confluência da formação do profissional da Educação. In: COELHO, Francisco J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, Pricila; SOUSA, Célia (orgs.). **Educação em ciências, saúde e extensão universitária**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 73-84.

CAPÍTULO 9.

CORPO, DOR E ANALGESIA: UMA PROPOSTA DE OFICINA CENTRADA NA REDUÇÃO DE RISCOS E DANOS

*Guacimara Catharino Freitas
Francisco José Figueiredo Coelho*

Introdução

A dor é uma sensação desagradável que acontece de forma inesperada por fatores externos e internos, podendo apresentar diferentes intensidades. Esta condição pode ser influenciada em graus variáveis por fatores biológicos, psicológicos e sociais, como lembrado por Santana *et al.* (2020). Dor é uma reação do organismo de que algo não funciona bem, podendo – inclusive – ser algo crônico (dor crônica). Gosling (2012) descreve que os sintomas podem acontecer de diferentes formas, ser intolerante, persistente, de origem emocional, comportamental ou tecidual.

Na perspectiva de Florentino *et al.* (2012), a dor vai estar em um lugar de dependência física, e esta ou pode gerar adaptações para minimização da condição, ou pode trazer um estado de prostração e entrega total quando não há uma provável solução. Nesse sentido, a abordagem medicamentosa é a forma mais utilizada para o controle da dor, porém outros recursos não medicamentosos também oferecem meios para melhorar esta condição (Lemos *et al.*, 2019; Florentino, 2012).

O combate às dores pode ser por meio de analgésicos, anti-inflamatórios ou opioides. Por serem lícitos e de fácil acesso, combinando uma ou mais drogas que atuam mitigando o processo da dor, tais substâncias têm sido utilizadas frequentemente por jovens adultos sem a devida prescrição médica, como apontado por Lemos *et al.* (2019).

Autores como Lemos *et al.* (2019) e Gomes *et al.* (2022) reconhecem a automedicação como um grave problema de saúde pública, que demanda a necessidade de uma nova organização e modificação no controle e normas para a dispensação de medicamentos, sendo necessário investimentos educativos com fins para sensibilizar e minimizar a prática dentro e fora da escola, de intervenção centradas na Redução de Danos e que desenvolvessem diálogos favoráveis para uma aprendizagem mais sensível.

Em concordância com a abordagem da Redução de Danos, um espaço educativo tem a possibilidade de criar estratégias para educar os seus alunos de maneira que eles encontrem uma outra solução para reduzir um dano causado pelo uso indevido de qualquer tipo de droga (Coelho; Monteiro, 2017, p. 1).

Os jovens são os que estão mais próximos desta vivência. São alcançados desde pequenos com informações no seu ambiente familiar ou social. A obra infantil *Maria dos Excessos* trata disso com o seguinte texto:

Naquele mesmo dia, ao retornar para casa, sua mãe se queixou de estar com dor de cabeça. Maria ficou preocupada... Então, como ajudar sua mãe a melhorar? Na dúvida, resolveu arriscar. Fora da vista de sua mãe, Maria abriu o analgésico medicamento para a dor e despejou quase metade do copo com água que sua mãe bebia. Achou que dessa forma estivesse ajudando. Sua mãe percebeu um gosto diferente na água e, intrigada, perguntou: – Cof, cof, cof... Maria, o que você colocou aqui dentro? Maria, com naturalidade, respondeu: – Coloquei só mais um pouquinho desse remédio para ver se sua dor de cabeça passava logo, mãe (Coelho; Silva, 2024).

Assim, de maneira lúdica, o livro abordou a informação de que a automedicação acontece a partir do que foi aprendido pela convivência do uso diário de um analgésico. Mostra que a vivência em sociedade tem como base a vida educacio-

nal e do lar por serem ambientes que desenvolvem o nosso caráter (Libâneo, 2010, p. 92).

Segundo Coelho e Monteiro (2017) e Lemos *et al.* (2019), compreendemos que pensar ações educativas que explorem e combinem experiências de vida, proponham caminhos de intervenção centradas na Redução de Danos e desenvolvam diálogos parecem favoráveis para uma aprendizagem mais sensível.

Esse caminho se mostra relevante por servir como contraponto aos discursos maçantes que pouco sensibiliza a sociedade.

Diante de tal contexto, este capítulo descreve uma oficina intitulada “Ciência da dor: caminhos redutores de danos”, oferecida em outubro de 2024, pelo Projeto de Educação Popular em Ciências (PEPCiências), realizada com jovens e adultos de uma escola pública da rede estadual do Rio de Janeiro. Tal intervenção corresponde ao trabalho de conclusão de curso (TCC) da Pós-Graduação *lato sensu* em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE).

Metodologia

Descrevendo o contexto das intervenções e suas etapas

As atividades preventivo-educativas foram organizadas em duas etapas e seguem o perfil de outras oficinas realizadas na Escola Estadual Antonieta Palmeira, através do projeto PEP-Ciências, atividade de extensão coordenada pelo Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte, que ocorre nesta unidade desde 2018 (Silva; Coelho, 2020). O evento foi desenvolvido no turno da noite, com 16 estudantes de perfil heterogêneo.

Primeira etapa

O primeiro passo dos alunos foi a escolha da oficina. As cadeiras da sala de aula foram arrumadas em formato de roda para que

houvesse mais interação entre os participantes. Iniciei a atividade com um bate papo para apresentações. No primeiro momento, solicitei que dessem o seu nome e justificassem a escolha daquela oficina. Após vinte minutos dessa inicial dinâmica de aproximação, pedi que permanecessem sentados, respirando fundo e com os olhos fechados. Coloquei uma música de relaxamento e enquanto eles ouviam a canção instrumental, quase todas as partes do corpo eram descritas. Assim ficaram por cinco minutos, até que eu pedi que abrissem os olhos. Novamente, perguntei sobre como eles se sentiam em relação a uma música mais calma.

Segundo Fróes e Oliveira (2019, p. 147), esta experiência traz uma vivência de “modo passivo, introspectivo, individual, sensorialmente ruidoso”, com o objetivo de trazer de forma cognitiva o momento de início e redução de uma dor. Na continuidade da primeira etapa, 2 grupos foram separados, com 8 pessoas em cada. Para um, pedi que os participantes girassem uma bexiga, enquanto os colegas ficariam com os olhos fechados, até que, sob meu comando, as estourassem. Observei que a maioria que estava com os olhos fechados se assustou, os que estavam com a bexiga acharam graça, mas alguns ficaram desconfortáveis com o barulho. E, com eles mais à vontade, reiniciei o bate papo sobre a próxima etapa. Esta vivência possibilitou ao aluno se conhecer naquele ambiente, reconhecer a sua postura, iniciando sua consciência corporal por meio de estímulos externos (Froes; Oliveira, 2019).

Segunda etapa

Nesta segunda intervenção, foram utilizados recursos didáticos para que ficasse claro o entendimento de que a dor pode acontecer de formas diferentes. Cada grupo (que já estava dividido) ficou com um papel onde estava escrito dor crônica e dor aguda. Este papel foi colado no quadro branco e cada equipe foi descrevendo qual era a sensação específica para cada tipo de dor, conforme descrito no Quadro 1:

Acontece sempre	Tem queimação	Tem formigamento	Forte
Dor crônica	Dor aguda	Acontece às vezes	Moderada

Quadro 1. Tipos de dor

Fonte: Autoria própria.

O segundo recurso didático foi um questionário para analisar as diferentes percepções dos participantes acerca de:

- (1) Pode desenhar o seu corpo?
- (2) Como é a sua dor?
- (3) Você usa analgésicos? Se sim, quais?
- (4) Conforme o quadro abaixo, o que você acha que pode reduzir a sua dor?

O bate-papo final com os participantes aconteceu para que eles refletissem as diferentes possibilidades de redução de dor. Na Figura 1 abaixo, há palavras-chave que podem identificar estratégias para minimizar os danos causados pelo uso de analgésicos. Esta proposta educativa foi elaborada para que o estudante, com suas vivências cotidianas, use estratégias para minimizar os danos pelo uso desses medicamentos.

**Figura 1. Estratégia de minimização da dor**

Fonte: Programa Entendendo Dor Crônica (Domingues, 2018).

Resultados e discussão

Os resultados apresentados identificaram que o diálogo sobre dor é desconfortável dentro de um ambiente escolar e que os analgésicos já fazem parte do cotidiano do jovem adulto. Durante a oficina, algumas perguntas foram feitas durante a aula e todos os relatos foram unânimes em dizer que falar sobre dor é muito desconfortável. As drogas lícitas utilizadas para diminuí-la são como um recurso terapêutico da Medicina. Existe uma cultura de automedicação que acontece desde muito cedo e que passa dos pais para os filhos (Lemos *et al.*, 2019, p. 1).

A automedicação é um grave problema de saúde pública que demanda a necessidade de uma nova organização e modificação no controle e normas para a dispensação de medicamentos (Rodrigues *et al.*, 2022). A facilidade de acesso a analgésicos de venda livre leva muitos brasileiros a utilizá-los sem orientação médica.

Apesar de eficazes e seguras, as terapêuticas não farmacológicas são pouco utilizadas pelos indivíduos com dor. Como efeitos colaterais, o uso excessivo pode causar danos aos órgãos, como fígado e rins, além de problemas gastrointestinais.

Se faz necessário a educação em saúde e uso drogas, com campanhas de conscientização sobre o consumo seguro de analgésicos, podendo ajudar a reduzir a automedicação. O tratamento da dor deve incluir estratégias não só farmacológicas, mas também fisioterapêutica, psicológica, técnicas de relaxamento etc.

Considerações finais

Durante as observações e as entrevistas realizadas através de um questionário, foi possível detectar que é possível falar sobre Redução de Danos em diferentes ambientes, para diferentes classes sociais e idades. No ambiente escolar, os estudantes ficam mais à vontade para discorrer sobre suas experiências. Foi observado que adolescentes e jovens também aprendem mui-

to cedo a utilizar analgésicos, observando seus familiares, para aliviar algum tipo de dor. Com o tempo, passam a reproduzir o que aprenderam com os mais velhos – a naturalização do uso de analgésicos – e passam a fazer uso também. Mas ainda se faz necessário aplicar outras oficinas com temas sobre dor e analgésicos e maneiras de encontrar argumentos a favor de um instrumento de aferição dual sobre programas e materiais paradidáticos sobre alternativas para diminuir esta dor.

Referências

- COELHO, Francisco José Figueiredo; MONTEIRO, Simone. O álcool e os adolescentes: entre proibir e o reduzir danos no contexto do ensino de Química e Ciências. *In: I ENCONTRO DA REDE RIO DE ENSINO DE QUÍMICA*, 2017, Macaé. **Anais [...]**. Macaé, 2017.
- COELHO, Francisco José Figueiredo; SILVA, Maria de Lourdes da. **Maria dos Excessos**. Niterói: Ed. dos Autores, 2024.
- DOMINGUES, Marcus Vinicius Dassie. **Programa Entendendo Dor Crônica**. [S.l.]: [s.n.], 2018.
- FLORENTINO, Danielle de M. *et al.* A fisioterapia no alívio da dor: uma visão reabilitadora em cuidados paliativos. **Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2012.
- FROES, Máira M.; OLIVEIRA, Edmar Junio de. Anatomia das paixões: o corpo sujeito sensível. *In: COELHO, Francisco J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, Pricila; SOUSA, Célia (orgs.)*. **Educação em Ciências, Saúde e Extensão Universitária**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- GOSLING, Artur Padão. Mecanismos de ação e efeitos da fisioterapia no tratamento da dor. **Revista Dor**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 65-70, 2012.
- LEMO, Lucia Helena Oliveira de *et al.* Automedicação, saúde e adolescência: uma experiência preventivo-educativa sobre drogas nas aulas de Ciências Naturais. *In: IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA*, 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Camilly Julia de Souza *et al.* **Efeitos da automedicação de analgésicos e polivitamínicos:** sua ocorrência entre jovens e adultos. 2022. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Enfermagem) – Escola Técnica Estadual de Mauá.

SILVA, Sandra Martins da; COELHO, Francisco José Figueiredo. Mídias sociais, meio ambiente e consumo: percepções e reflexões estudantis a partir de um curso livre de popularização da Ciência. *In: I WORKSHOP: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE QUÍMICA*, 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020, p. 108.

ÍNDICE REMISSIVO

A

álcool

6, 10, 51, 56, 68, 70, 77, 103, 105, 106, 111, 113, 115, 116, 122, 127, 130, 131, 140, 141, 142, 147, 154, 175, 183, 185, 197

alimentação saudável

6, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 185

alimento

10, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 144, 185

alunos

11, 39, 57, 65, 66, 93, 97, 100, 101, 102, 108, 113, 127, 135, 136, 149, 150, 152, 154, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 185

analgésicos

12, 177, 181, 182, 183, 184, 185

audiovisual

6, 11, 76, 135, 140, 146, 161, 165, 167, 168, 169, 174, 175, 176, 185

audiovisualidades

161, 165, 169, 185

automedicação

12, 178, 182, 183, 184, 185

B

Brasil

9, 12, 13, 17, 19, 20, 23, 24, 29, 30, 31,
33, 35, 39, 44, 48, 50, 51, 52, 56, 60, 63,
67, 68, 69, 70, 88, 89, 94, 102, 103, 107,
108, 112, 113, 128, 129, 130, 137, 141, 147, 149, 159,
162, 167, 173, 175, 176, 182, 186, 195

C

canábico

12, 161, 165, 170, 175, 186

cannabis

37, 51, 173, 174, 186

Caps

5, 6, 9, 10, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63,
64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 76,
77, 79, 82, 85, 86, 87, 88, 186, 197

Caps-AD

10, 56, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 82,
85, 86, 87, 88, 186, 197, 6

Centro de Atenção Psicossocial

10, 186, 197

cigarro

36, 43, 106, 107, 154, 170, 186

contracultura

5, 19, 45, 46, 47, 48, 186

corpo

15, 19, 94, 95, 109, 129, 143, 157, 161, 162, 165,
171, 177, 180, 181, 183, 186, 198

Currículo Mínimo Irredutível

10, 40, 45, 46, 48, 96, 105, 109, 139, 163, 175,
187

D

desenvolvimento humano

150, 187

documentário

12, 76, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172,
173, 175, 176, 187

dor

3, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 20, 21, 24, 26,
27, 28, 31, 35, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47,
49, 51, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66,
67, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85,
86, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 108, 112, 114, 135,
136, 138, 139, 140, 145, 146, 150, 151, 152, 154, 156,
157, 158, 161, 162, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 177,
178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 195, 195, 198, 199,
199, 201

droga

3, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 19,
20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31,
32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,
44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 51, 53, 56,
68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80,
81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94,

96, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113,
115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139,
140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153,
154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165,
166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177,
178, 179, 182, 183, 187, 188, 195, 195, 197, 198, 199,
199, 201

drogas digitais

175, 188

E

educação

3, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20,
21, 22, 24, 28, 29, 31, 38, 39, 40, 45, 46,
48, 49, 50, 51, 51, 64, 66, 68, 71, 72, 73,
74, 75, 76, 83, 88, 89, 91, 94, 103, 105, 106,
107, 108, 109, 111, 112, 114, 129, 130, 131, 136, 137,
138, 139, 140, 143, 146, 147, 150, 152, 158, 159, 162,
163, 164, 165, 166, 170, 174, 175, 176, 179, 182, 183,
184, 188, 189, 195, 195, 197, 198, 199, 199, 201

educação básica

20, 114, 188

Educação para as Drogas

3, 6, 13, 40, 49, 71, 89, 105, 106, 129,
163, 164, 165, 166, 174, 175, 188, 200,

educação popular

72, 74, 75, 76, 88, 89, 166, 175, 179, 188, 189,
195

educação popular em saúde

89, 189

Educação sobre Drogas

9, 10, 11, 17, 19, 21, 29, 48, 49, 89, 103,
105, 111, 112, 130, 146, 164, 176, 189, 196, 198, 199,
200

emancipação

106, 129, 152, 153, 156, 189

enfermagem

9, 55, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67,
68, 184, 189, 197

ensino

11, 12, 19, 29, 38, 41, 65, 66, 73, 95, 97,
103, 112, 114, 130, 136, 146, 149, 152, 156, 161, 164,
165, 166, 167, 170, 175, 176, 183, 184, 189, 195, 200,
201

escola

10, 11, 12, 13, 19, 29, 39, 41, 42, 44,
47, 50, 67, 83, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 101,
102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 118,
129, 130, 135, 136, 137, 149, 151, 152, 155, 156,
157, 158, 159, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171,
174, 178, 179, 182, 184, 189, 196, 199

estigma

6, 11, 20, 23, 37, 51, 66, 69, 74, 77, 79,
80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 105, 113, 127, 128,
135, 153, 156, 157, 162, 170, 171, 173, 174, 189

estudante

6, 12, 24, 32, 40, 42, 50, 57, 65, 95,
96, 100, 102, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113,
114, 118, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 145, 146,
149, 155, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173,
174, 179, 181, 182, 190

G

Guerra às Drogas

19, 20, 29, 46, 48, 69, 89, 113, 137, 141, 158,
162, 173, 190

I

intervenção

10, 13, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 127, 128,
150, 178, 179, 180, 190

L

livros didáticos

38, 39, 43, 46, 48, 51, 190

livros paradidáticos

9, 21, 41, 190

M

maconha

22, 23, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43,
44, 46, 47, 51, 115, 140, 141, 161, 162, 164, 165,
167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 190

materiais educativos

21, 163, 190, 199, 200

Materialismo Histórico-Dialético

11, 150, 153, 191

merenda escolar

96, 100, 191

O

O Globo

24, 25, 26, 38, 191

P

pacientes

62, 63, 64, 65, 66, 72, 87, 191

pedagógica

6, 3, 13, 15, 38, 45, 49, 73, 105, 109, 118
135, 151, 152, 156, 167, 175, 191, 196, 198, 199, 200,
201

práticas educativas

6, 9, 10, 12, 13, 15, 20, 53, 69, 73, 143,
165, 179, 191, 195, 195, 197, 198, 200

precarização

9, 59, 60, 61, 65, 67, 191

preconceito

11, 13, 79, 80, 81, 85, 87, 105, 113, 128, 136,
138, 145, 156, 191

processados

10, 91, 92, 96, 102, 191, 194

Proerd

11, 107, 118, 149, 155, 157, 159, 170, 192

proibicionismo

10, 11, 20, 21, 43, 44, 45, 49, 69, 89, 112,
135, 136, 137, 138, 141, 143, 146, 153, 156, 158, 163,
164, 167, 171, 176, 192

psicoativo

94, 192, 195

psicotrópicos

25, 26, 28, 44, 48, 49, 51, 192

R

Redução de Danos

3, 10, 11, 12, 13, 20, 71, 81, 91, 92, 93,
94, 97, 101, 106, 109, 111, 128, 129, 130, 136,
137, 140, 143, 146, 164, 170, 171, 172, 174, 175, 176,
178, 179, 182, 192, 195, 200, 201

relato de experiência

12, 110, 130, 165, 192

roda de conversa

74, 76, 79, 82, 85, 192

S

saúde

9, 10, 12, 13, 14, 19, 24, 27, 28, 29, 31,
37, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58,
59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,
70, 71, 72, 73, 76, 78, 79, 81, 86, 88, 89,

92, 94, 95, 96, 102, 103, 108, 109, 112, 120, 127, 130, 137, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 154, 174, 176, 178, 179, 182, 183, 189, 192, 195, 197, 200, 201

saúde mental

9, 31, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 81, 112, 127, 130, 193, 197

sistematização

43, 74, 75, 76, 85, 87, 88, 193

social

10, 11, 14, 20, 21, 22, 23, 33, 44, 46, 51, 55, 56, 58, 59, 60, 67, 68, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 85, 87, 88, 93, 95, 96, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 127, 128, 129, 135, 137, 138, 139, 143, 145, 146, 150, 152, 155, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 178, 186, 193, 197

sociedade

5, 6, 9, 11, 13, 15, 19, 23, 24, 31, 35, 37, 38, 49, 53, 62, 70, 73, 76, 77, 80, 87, 88, 93, 102, 107, 111, 113, 117, 123, 124, 126, 128, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 178, 179, 193, 195, 195, 197, 198, 199, 200, 201

T

tabaco

6, 10, 105, 107, 111, 115, 127, 130, 131, 142, 193

tóxico

25, 26, 28, 31, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 51,
52, 194

U

ultraprocessados

10, 91, 92, 96, 102, 194

uso de substâncias

10, 11, 50, 56, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 115,
118, 127, 128, 135, 145, 146, 149, 152, 155, 157, 194

Uso de Substâncias

10, 11, 50, 56, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 115,
118, 127, 128, 135, 145, 146, 149, 152, 155, 157,
194,

V

violência

6, 11, 24, 48, 70, 74, 82, 83, 105, 106, 107,
130, 147, 149, 157, 162, 163, 166, 194

SOBRE OS ORGANIZADORES E DEMAIS AUTORES(AS)

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes da Silva: Pós-doutor em História da Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora associada na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química (PEQui), do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) da Uerj. Membro da Associação Nacional de História (Anpuh), do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicóaticos (Neip) e da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD). Coodenadora e professora da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE) da Uerj.

E-mail: lullua2@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8068521353320954>

Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho: Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente da Seeduc/RJ e Coordenador de núcleo do Projeto de Educação Popular em Ciências (PEPCiências). Docente do PGEBS/IOC/Fiocruz. Coordenador e professor responsável do curso Educação, Drogas e Redução de Danos (Prática docente) do Programa de Formação Continuada de Professores, da Fundação Cecierj. Coodenador e professor da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE) da Uerj.

E-mail: educacaosobredrogas@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7119765838113303>

Me. João Paulo Cunha Parada: Doutorando em Ciências no Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Mestre em Ciências pelo PPGEBS/IOC/Fiocruz. Pesquisador

colaborador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) da Uerj. Mediador voluntário em Prática Docente do curso Educação, Drogas e Redução de Danos, do Programa de Formação Continuada de Professores, da Fundação Cecierj. Mediador voluntário da disciplina Metodologia de Pesquisa em Educação sobre Drogas da especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj). E-mail: joaopauloparadapos@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1615775751241776>

Sobre os autores

Ana Talia Fernandes Gregolin Oliveira: Especialista em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas pela Uerj. Bacharel em Psicologia pela UFMT. Colaboradora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Psicologia e Educação de Mato Grosso (Geppemat) da UFMT. Psicóloga no Núcleo de Mediação Escolar Seeduc/MT.
E-mail: anataliagregolin@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2838259400627990>

Egberto Rodrigues Alves de Sousa: Especialista em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas pela Uerj. Formado em Gestão de Produção em Rádio e TV pela Unesa. Produtor executivo e repórter cinematográfico.
E-mail: egbertoras@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1656437445521683>

Guacimara Catharino Freitas: Especialista em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas pela Uerj. Especialista em Fisioterapia do Trabalho pela Faculdade Redentor. Graduada em Fisioterapia pela Faculdade Anhanguera.
E-mail: guacyfreitas@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2932011337836938>

Gustavo Henrique Medri: Pós-graduado em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas pela Uerj. Graduado em Psicologia pela Unesp – *Campus* Bauru. Psicólogo clínico e redutor de danos pelo coletivo Bem Te Vi.
E-mail: ghmedri@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3358325095782217>

Maria Fernanda Batista Bittencourt Guimarães: Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação (Uerj). Especialista em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (Uerj). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED).

E-mail: atr.fernanda@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4936065815707371>

Mônica Gomes Lírio Pimentel: Graduada em Enfermagem. Atua como enfermeira na Prefeitura Municipal de Macaé, no Centro de Atenção Psicossocial Betinho e no Laboratório de Anatomia e Necropsia da UFRJ. Preceptora em Saúde Mental no PET Saúde e na Estácio de Sá (Polo Macaé). Possui diversas especializações, incluindo Enfermagem em Centro Cirúrgico, Gestão de Saúde, Enfermagem Oncológica e Saúde Mental. Especialista em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas/Uerj.

E-mail: monicagomeslp@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9521693363045927>

Rosely Silva de Albuquerque Souza: Pós-graduada em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE) pela Uerj. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente de Sociologia da Seeduc/RJ.

E-mail: ralbuquers@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8606948658820196>

Tamires Souza Diz: Pós-graduada em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE) pela Uerj. Graduada em Serviço Social. Assistente social no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas (Caps-AD) em Valença/RJ.

E-mail: tamires.diz@hotmail.com

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6806949895960717>

Sobre a equipe pedagógica da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas

CORPO DOCENTE

Prof.^a Dra. Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi: Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFF). Professora associada de História da Educação da Faculdade de Educação da Uerj. Professora da disciplina Educação sobre Drogas: aspectos históricos, teóricos e conceituais, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE/Uerj).

E-mail: anamagaldi29@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7462229410947193>

Prof.^a Dra. Ângela Sanches Rocha: Licenciada e bacharel em Química, mestre em Química pela UFBA e doutora em Físico-Química pela UFRJ, docente do Departamento de Físico-Química do Instituto de Química da Uerj, docente do PPGQ/Uerj e PROFQUI/UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento de Materiais do CNPq e do Laboratório de Materiais, Sustentabilidade e Educação do DFQ/IQ/Uerj. Professora da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE/Uerj).

E-mail: angela.rocha@uerj.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080624063866527>

Prof.^a Dra. Letícia de Luna Freire: Doutora em Antropologia, professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (Nupec/Uerj), pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/UFF) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) e colaboradora do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais e Educação (GPCSE/ICS-Uerj). Professora da disciplina de Educação, Drogas e Formação de Professores, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj).

E-mail: nupec.edu@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0955215168329417>

Prof. Dr. Marcos Alexandre Veríssimo da Silva: Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), onde coordena o subprojeto Laboratório de Iniciação Acadêmica em Administração de Conflitos (Labiac). Áreas de interesse: conflitos relacionados às “drogas” (lícitas e ilícitas) e seus usos, mercados, produção e repressão; antropologia visual; estudos de manifestações artísticas e culturais construídas por grupos sociais mais ou menos definidos; conflitos escolares. Coordenador do Laboratório Escolar de Pesquisa e Iniciação Científica (Lepic). Professor da disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação sobre Drogas, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj). E-mail: maverissimo.silva@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5763341984697518>

Prof.^a Dra. Rosângela Malachias: Professora associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Uerj. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom-Uerj). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Demandas Populares e Contextos Contemporâneos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPG-Educ-UFRRJ). Pesquisadora do n-Periferias Núcleo de Pesquisa das Periferias do IEA-USP (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo). Coordenadora do Afrodíaspóras: Núcleo de Pesquisa sobre Mulheres Negras, Cultura Visual, Política e Educomunicação. Professora da disciplina de Iniciativas pedagógicas, programas e materiais educativos sobre drogas: seleção, análise e produção, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj). E-mail: rosmalach@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6701701513806977>

PROFESSORES(AS) MEDIADORES

Prof. Dr. Cauê Almeida Galvão: Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) da Uerj. Fundador do

Observatório de Política e Educação para as Drogas em Abaya Yala (Opeday). Professor substituto do Departamento de Educação no Centro de Ensino Superior do Seridó, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mediador da disciplina de Educação sobre Drogas: aspectos históricos, teóricos e conceituais, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Educativas (DSPE/Uerj).

E-mail: cauealmeidalgalvao@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8121421402248445>

Me. Flávio da Silva Miranda

Mestrando em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/Uerj). Professor docente da SME/RJ e Seeduc/RJ. Mediador voluntário em Prática Docente do curso Educação, Drogas e Redução de Danos do Programa de Formação Continuada de Professores, da Fundação Cecierj e da disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação sobre Drogas, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj).

E-mail: flaviosmiranda@outlook.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0403239614968885>

Ma. Layla Magalhães Waltenberg

Doutoranda em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED) da Uerj. Professora de Artes das redes de Araruama e Rio das Ostras e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pós-Temporalidades Inconciliáveis da Uerj. Mediadora voluntária da disciplina de Iniciativas pedagógicas, programas e materiais educativos sobre drogas: seleção, análise e produção, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj).

E-mail: laylamagalhaeswaltenberg@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0388933621764226>

Me. Vinicius Motta da Costa

Doutorando em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS), do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Mestre em Ciências pelo PPGEBS/IOC/Fiocruz. Pesquisador colaborador do GPED/Uerj. Mediador em Prática Docente do curso Educação, Drogas e Redução de Danos do Programa de Formação Continuada de Professores, da Fundação Cecierj. Docente de Sociologia pela Seeduc/RJ. Mediador voluntário da disciplina de Educação, Drogas e Formação de Professores, da Especialização em Drogas, Sociedade e Práticas Pedagógicas (DSPE/Uerj).

E-mail: vinimctr@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7258554048951410>

Título	Educação para as drogas em multicontextos
Organizadores	Maria de Lourdes da Silva Francisco José Figueiredo Coelho João Paulo Cunha Parada
Assistência Editorial	Sarita M. de Moraes Batista
Capa	Gabriel Luis Pereira
Projeto Gráfico	Vanessa Menegatti Fonseca
Preparação	Andressa Marques
Revisão	Eloísa Montes Marcia Santos Taine Barriviera Renata Moreno Talita Franco Giovanna Ferreira
Formato	14x21
Número de Páginas	204
Tipografia	Life BT
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Dezembro de 2025

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315
 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100



Este livro, *Educação para as drogas em multicontextos*, é resultado de um esforço coletivo entre docentes e discentes que adotam essa abordagem como ponto de partida. Produzida no âmbito da especialização "Drogas, Sociedade e Práticas Educativas", vinculada ao Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/Uerj), a obra reúne dez capítulos que articulam teoria e prática sob uma perspectiva crítica, interdisciplinar e comprometida com os direitos humanos. Trata-se de uma coletânea que analisa o fenômeno das drogas a partir da perspectiva da Redução de Danos, propondo caminhos concretos para uma educação que valorize a autonomia, a singularidade e a dignidade dos sujeitos.

Site: www.gped.net

Instagram: [@gped.uerj](https://www.instagram.com/gped.uerj)



**DSPE - Drogas, Sociedade
e Práticas Educativas**
Curso de Especialização

ISBN 978-85-462-3073-0



9 788546 230730

 /PacoEditorial

 @PacoEditorial

 @Paco_Editorial